Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 9

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 10

Demonstração de Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 21

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 22

Demonstração de Valor Adicionado 23

Comentário do Desempenho 24

Notas Explicativas 41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 148

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 149

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 150

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não) 151

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 152

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 153

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	14.292.662	13.755.761
1.01	Ativo Circulante	566.998	600.765
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.049	18.629
1.01.02	Aplicações Financeiras	137.350	315.399
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	137.350	315.399
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos vinculados	137.350	315.399
1.01.03	Contas a Receber	26.996	25.582
1.01.03.01	Clientes	26.996	25.582
1.01.03.01.01	Clientes	26.996	25.582
1.01.04	Estoques	282	286
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.118	58.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.118	58.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149.203	182.499
1.01.08.03	Outros	149.203	182.499
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	23.865	74.789
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	83.179	64.986
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	25	25
1.01.08.03.05	Outros créditos	42.134	42.699
1.02	Ativo Não Circulante	13.725.664	13.154.996
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.443.624	3.850.707
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.358.680	2.320.928
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	2.358.680	2.320.928
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.535.785	1.277.925
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	1.535.785	1.277.925
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	549.159	251.854
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	1.134	741
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	121.739	100.616
1.02.01.10.07	Instrumentos Finnanceiros Derivativos	75.790	0
1.02.01.10.08	Outros créditos	350.496	150.497
1.02.02	Investimentos	9.168.769	9.191.868
1.02.02.01	Participações Societárias	9.168.769	9.191.868
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.048.228	9.139.523
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	120.541	52.345
1.02.03	Imobilizado	61.866	66.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	61.866	66.164
1.02.04	Intangível	51.405	46.257
1.02.04.01	Intangíveis	51.405	46.257
1.02.04.01.02	Intangíveis	51.405	46.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	14.292.662	13.755.761
2.01	Passivo Circulante	2.379.922	2.842.935
2.01.02	Fornecedores	2.627	12.643
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.627	12.643
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.785.055	1.758.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	806.461	790.368
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	579.879	580.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	226.582	210.046
2.01.04.02	Debêntures	978.594	968.050
2.01.05	Outras Obrigações	592.240	1.071.874
2.01.05.02	Outros	592.240	1.071.874
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.403	389.891
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	37.260	27.323
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	13.183	12.520
2.01.05.02.06	Beneficios pós emprego	1.452	1.452
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Sociais	10.860	13.501
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	447.419	547.963
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	195	168
2.01.05.02.11	Outros Passivos	79.468	79.056
2.02	Passivo Não Circulante	4.453.550	4.264.089
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.452.920	3.203.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	599.833	399.790
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	599.833	399.790
2.02.01.02	Debêntures	2.853.087	2.803.788
2.02.02	Outras Obrigações	654.638	740.503
2.02.02.02	Outros	654.638	740.503
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	184	108
2.02.02.02.05	Benerficios pós emprego	12.507	12.144
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	448.645	549.154
2.02.02.02.08	Provisão para perdas em participações societárias	166.179	152.133
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	665	715
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais	2.490	2.279
2.02.02.02.12	Outros Passivos	23.968	23.970
2.02.03	Tributos Diferidos	345.992	320.008
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	345.992	320.008
2.03	Patrimônio Líquido	7.459.190	6.648.737
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	309.274	307.828
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas	374.997	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	3.263.561	3.274.317
2.03.04.01	Reserva Legal	303.058	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.960.503	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	819.763	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-297.093	-297.093

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.461	56.712
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.016	-28.171
3.02.01	Pessoal e administradores	-24.597	-24.363
3.02.02	Benefícios pós emprego	-97	-408
3.02.03	Material	-449	-309
3.02.04	Serviços de Terceiros	-2.386	-2.081
3.02.05	Amortização e Depreciação	-647	-558
3.02.06	Outras Despesas	-840	-452
3.03	Resultado Bruto	25.445	28.541
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	572.057	151.674
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.681	-14.390
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-3.288	-5.127
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-672	-590
3.04.02.04	Material	-505	-307
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-5.433	-6.865
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-3.148	-2.375
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-68	2.261
3.04.02.08	Outras	-1.567	-1.387
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	65	0
3.04.04.02	Outros	65	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19	-29
3.04.05.02	Outras despesas	-19	-29
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	586.692	166.093
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	597.502	180.215
3.06	Resultado Financeiro	248.246	390.625
3.06.01	Receitas Financeiras	95.456	57.050
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	62.872	39.010
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	19.828	13.188
3.06.01.03	Receita de aval	7.087	7.057
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-4.264	-2.902
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	9.933	697
3.06.02	Despesas Financeiras	152.790	333.575
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-63.029	-67.638
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	273.389	446.296
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	21.682	91.796
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-79.722	-127.020
3.06.02.05	Despesas bancárias	-277	-96
3.06.02.06	IOF	-2	0
3.06.02.07	Despesas de aval	-2.148	-3.131
3.06.02.08	Atulaização de provisões p/ contingência	-8	0
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	3.488	-5.802
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-583	-830
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	845.748	570.840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.985	2.183
3.08.01	Corrente	0	-1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.08.02	Diferido	-25.985	2.184
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	819.763	573.023
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	819.763	573.023
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,5	0,32
3.99.01.02	PN	0,5	0,32
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,5	0,32
3.99.02.02	PN	0,5	0,32

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	819.763	573.023
4.03	Resultado Abrangente do Período	819.763	573.023

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.525	8.817
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.753	11.375
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	819.763	573.023
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	60.832	135.429
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-586.692	-166.093
6.01.01.05	Amortização e depreciação	3.795	2.933
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	25.985	-2.183
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, civeis e fiscais	78	209
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-21.682	-91.796
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-273.389	-446.296
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-3.488	5.802
6.01.01.13	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo	0	29
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	551	318
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.772	-2.558
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de clientes	-1.414	16.633
6.01.02.02	Diminuição Títulos e créditos a receber	0	38
6.01.02.03	(Aumento) de cauções e depositos vinculados	-393	-707
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de estoques	4	-31
6.01.02.05	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	5.129	-4.330
6.01.02.06	Valor justo dos títulos cedidos ao FIDC	9.660	0
6.01.02.08	(Aumento) diminuição de outros créditos	575	8.757
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-10.016	-15.544
6.01.02.11	(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	-2.431	-5.974
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	663	1.528
6.01.02.13	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-10	-2.470
6.01.02.15	Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	5	-458
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	864.545	56.028
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-56.902	-1.346
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	2.800	-113
6.02.03	Aplicações no intangível	-7.445	-2.499
6.02.04	Recebimento de dividendos	800.949	44.214
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	193.509	15.772
6.02.06	Caixa e equivalente de caixa na aquisição de cotas do FIDC	-68.366	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-689.650	-79.797
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-1.400	-58.448
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-51.947	0
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	0	36
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-398.244	0
6.03.09	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-27	-35
6.03.11	Partes relacionadas	-238.032	-21.350
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	202.420	-14.952
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.629	68.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.049	53.471

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.446	-10.756	0	0	-9.310
5.04.08	Transações com investimentos	0	-581	0	0	0	-581
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756
5.04.10	Programa de remuneração variável - ILP	0	2.231	0	0	0	2.231
5.04.11	Investimento PUT	0	-204	0	0	0	-204
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	819.763	0	819.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	819.763	0	819.763
5.07	Saldos Finais	3.363.685	309.274	3.263.561	819.763	-297.093	7.459.190

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.234	0	0	0	-3.234
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-42	0	0	0	-42
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.091	0	0	0	1.091
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-4.283	0	0	0	-4.283
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	573.023	0	573.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.023	0	573.023
5.07	Saldos Finais	3.363.685	344.289	2.332.052	573.023	-345.002	6.268.047

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	61.547	64.066
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.482	64.066
7.01.02	Outras Receitas	65	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.911	-7.890
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.773	-9.562
7.02.04	Outros	-1.138	1.672
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.636	56.176
7.04	Retenções	-3.795	-2.933
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.795	-2.933
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.841	53.243
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	686.411	226.045
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	586.692	166.093
7.06.02	Receitas Financeiras	99.719	59.952
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	734.252	279.288
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	734.252	279.288
7.08.01	Pessoal	24.190	26.384
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.770	20.174
7.08.01.02	Benefícios	5.049	4.920
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.371	1.290
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	41.925	12.444
7.08.02.01	Federais	40.400	10.740
7.08.02.02	Estaduais	101	127
7.08.02.03	Municipais	1.424	1.577
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-151.626	-332.563
7.08.03.01	Juros	-152.790	-333.575
7.08.03.02	Aluguéis	1.164	1.012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	819.763	573.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	819.763	573.023

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	44.928.855	45.562.807
1.01	Ativo Circulante	12.635.109	13.594.051
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.240.489	1.062.102
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.834.274	4.944.045
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.834.274	4.944.045
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.834.274	4.944.045
1.01.03	Contas a Receber	4.058.694	4.474.964
1.01.03.01	Clientes	4.058.694	4.474.964
1.01.03.01.01	Clientes, Consumidores e Concessionárias	4.058.694	4.474.964
1.01.04	Estoques	140.581	118.761
1.01.06	Tributos a Recuperar	727.003	674.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	727.003	674.326
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.634.068	2.319.853
1.01.08.03	Outros	2.634.068	2.319.853
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	8.636	13.591
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	601.353	683.965
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	771.147	368.033
1.01.08.03.04	Contas a receber da concessão	111.762	87.063
1.01.08.03.06	Outros créditos	1.141.170	1.167.201
1.02	Ativo Não Circulante	32.293.746	31.968.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.009.909	15.776.191
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	611.321	617.236
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	611.321	617.236
1.02.01.04	Contas a Receber	1.256.495	1.260.878
1.02.01.04.01	Clientes, Consumidores e Concessinárias	1.256.495	1.260.878
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.142.093	13.898.077
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	98.296	11.762
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.488.758	1.470.208
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.287.079	1.425.626
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	795.855	767.415
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.492.772	1.329.233
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	6.305.491	6.062.396
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	171.382	904.543
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	1.729.119	1.357.582
1.02.01.10.11	Outros créditos	773.341	569.312
1.02.02	Investimentos	63.981	64.154
1.02.02.01	Participações Societárias	63.981	64.154
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	63.981	64.154
1.02.03	Imobilizado	423.936	417.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	423.936	417.640
1.02.04	Intangível	15.795.920	15.710.771
1.02.04.01	Intangíveis	15.795.920	15.710.771
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.330.101	14.485.291
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.170.095	933.924

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01.04	Intangíveis	295.724	291.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	44.928.855	45.562.807
2.01	Passivo Circulante	10.506.587	12.401.270
2.01.02	Fornecedores	1.919.530	2.445.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.919.530	2.445.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.688.640	5.671.807
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.037.517	3.891.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.668.347	2.035.635
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.369.170	1.855.758
2.01.04.02	Debêntures	1.651.123	1.780.414
2.01.05	Outras Obrigações	3.898.417	4.284.359
2.01.05.02	Outros	3.898.417	4.284.359
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.228	420.948
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	26.290	26.448
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	129.280	118.574
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	105.221	103.982
2.01.05.02.08	Beneficios pós-emprego	62.717	62.732
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	152.184	158.563
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	365.293	203.865
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	777.712	812.733
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	1.113.151	1.179.656
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	74.404	69.955
2.01.05.02.18	Instrumento finaneiros derivativos	562.683	598.882
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	23.207	20.095
2.01.05.02.20	Outros passivos	497.047	507.926
2.02	Passivo Não Circulante	26.050.747	25.645.868
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.130.902	14.509.599
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.298.505	5.913.196
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.006.227	4.329.666
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.292.278	1.583.530
2.02.01.02	Debêntures	8.832.397	8.596.403
2.02.02	Outras Obrigações	6.337.137	6.517.432
2.02.02.02	Outros	6.337.137	6.517.432
2.02.02.02.03	Fornecedores	108.982	111.698
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	701.772	800.768
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	663.837	631.394
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	43.899	49.752
2.02.02.02.07	Beneficio pós-emprego	616.170	607.521
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.152.316	2.138.587
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	348.951	327.159
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	125.202	262.551
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	147.203	152.778
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	35.383	42.481
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	1.077.484	1.053.993
2.02.02.02.17	Outros Passivos	315.938	338.750
2.02.03	Tributos Diferidos	4.582.708	4.618.837

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.582.708	4.618.837
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.371.521	7.515.669
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	309.274	307.828
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas	374.997	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	3.263.561	3.274.317
2.03.04.01	Reserva Legal	303.058	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.960.503	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	819.763	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-297.093	-297.093
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	912.331	866.932

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.465.430	4.782.314
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.303.818	-4.028.865
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.668.124	-2.323.007
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-443.164	-313.492
3.02.03	Pessoal e administradores	-248.413	-250.415
3.02.04	Benefícios pós emprego	-3.343	-3.929
3.02.05	Material	-36.459	-38.705
3.02.06	Serviços de terceiros	-137.599	-157.422
3.02.07	Amortização e Depreciação	-267.104	-269.365
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	154	276
3.02.09	Custo de construção	-488.676	-525.267
3.02.11	(Reversão) provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	3.306	-126.062
3.02.12	Outras	-14.396	-21.477
3.03	Resultado Bruto	1.161.612	753.449
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-156.031	-205.884
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-177.091	-155.403
3.04.02.01	Pessoal	-49.635	-61.180
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-9.883	-10.160
3.04.02.03	Material	-13.832	-13.014
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-47.513	-36.438
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	19.524	52.688
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-34.357	-31.654
3.04.02.07	Outras	-41.395	-55.645
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	133.896	4.187
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	133.896	4.187
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-112.836	-54.668
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-24.337	-21.730
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	-13.900	-30.078
3.04.05.04	Outras	-74.599	-2.860
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.005.581	547.565
3.06	Resultado Financeiro	103.978	124.098
3.06.01	Receitas Financeiras	169.448	146.166
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	26.699	18.429
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	117.506	80.409
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	4.312	0
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	8.584	0
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	-7.932	9.159
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-12.857	-10.855
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	8.165	5.394
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	24.971	43.630
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.470	-22.068
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-201.252	-228.991
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-399.656	-1.104.949

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	5.329	6.069
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-12.546	8.001
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	93.312	360.164
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	375.225	1.023.186
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-1.225	-2.400
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.978	-3.178
3.06.02.10	Atualização contingências	-19.770	-9.568
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	182.690	80.231
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-2.217	-4.973
3.06.02.13	Despesa de aval	-2.148	-3.131
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-8.165	-5.394
3.06.02.15	Incorporações de redes	-8.111	0
3.06.02.16	Outras despesas financeiras	-62.958	-137.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.109.559	671.663
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-236.222	-89.957
3.08.01	Corrente	-156.246	-68.981
3.08.02	Diferido	-79.976	-20.976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	873.337	581.706
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	873.337	581.706
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	819.763	573.023
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	53.574	8.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,5	0,32
3.99.01.02	PN	0,5	0,32
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,5	0,32
3.99.02.02	PN	0,5	0,32

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	873.337	581.706
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	873.337	581.706
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	819.763	573.023
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	53.574	8.683

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	749.931	739.649
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.107.784	906.697
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	873.337	581.706
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	236.222	89.957
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	543.440	1.268.928
6.01.01.04	Amortização e depreciação	301.461	301.019
6.01.01.05	(Reversão) provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-3.306	126.062
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias	-542	-868
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	-10.170	17.543
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-182.690	-80.231
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-93.312	-360.164
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-375.225	-1.023.186
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-131.380	-27.925
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	2.291	1.149
6.01.01.13	Marcação a mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	13.900	30.078
6.01.01.14	PIS & COFINS diferido das Transmissoras	0	3.296
6.01.01.16	Remuneração do ativo de contrato	-36.154	-20.667
6.01.01.17	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-30.088	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-357.853	-167.048
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	252.650	-218.788
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de ativos financeiros setoriais	-414.704	280.017
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de títulos e créditos a receber	-112.559	1.218
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-21.820	-10.936
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-10.197	-91.947
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-19.856	-8.846
6.01.02.07	Recebimentos Despachos ANEEL - CONTA COVID	7.980	0
6.01.02.09	(Aumento) de outros créditos	150.604	-12.099
6.01.02.11	(Diminuição) de fornecedores	-722.765	-80.488
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais a recolher	6.435	112.022
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-133.722	-57.201
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	10.706	11.607
6.01.02.16	Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	681.909	-91.152
6.01.02.17	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-31.341	-43.334
6.01.02.18	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-1.173	42.879
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	477.402	-1.073.604
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-16.645	-23.728
6.02.03	Aplicações no intangível	-303.953	-534.671
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	1.132.725	-455.488
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangivel	20.787	18.170
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-115.812	-77.887
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócios	-239.700	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.048.946	984.464
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.816.604	2.285.132
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-2.386.905	-1.363.897
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-216.160	-175.803
6.03.05	Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	205.677	262.284
6.03.06	Pagamento de dividendos	-436.035	0
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-21.887	-15.715
6.03.12	Parcelamento de impostos	-6.011	-4.105
6.03.14	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-4.229	-3.432
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	178.387	650.509
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.062.102	663.103
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.240.489	1.313.612

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.446	-10.756	0	0	-9.310	-8.175	-17.485
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	6.308	6.308
5.04.08	Transações com investimentos	0	-581	0	0	0	-581	-984	-1.565
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756	-13.559	-24.315
5.04.10	Programa de remuneração variável -ILP	0	2.231	0	0	0	2.231	60	2.291
5.04.11	Investimento PUT	0	-204	0	0	0	-204	0	-204
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	819.763	0	819.763	53.574	873.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	819.763	0	819.763	53.574	873.337
5.07	Saldos Finais	3.363.685	309.274	3.263.561	819.763	-297.093	7.459.190	912.331	8.371.521

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.234	0	0	0	-3.234	-3.812	-7.046
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-637	-637
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-42	0	0	0	-42	-3.233	-3.275
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.091	0	0	0	1.091	58	1.149
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-4.283	0	0	0	-4.283	0	-4.283
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	573.023	0	573.023	8.683	581.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.023	0	573.023	8.683	581.706
5.07	Saldos Finais	3.363.685	344.289	2.332.052	573.023	-345.002	6.268.047	768.833	7.036.880

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	8.067.925	7.013.323
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.430.570	6.580.371
7.01.02	Outras Receitas	133.896	4.187
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	500.156	554.827
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.303	-126.062
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.259.463	-3.734.050
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.397.159	-2.895.538
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-246.361	-251.763
7.02.04	Outros	-615.943	-586.749
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.808.462	3.279.273
7.04	Retenções	-301.465	-301.019
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-301.465	-301.019
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.506.997	2.978.254
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	182.305	157.021
7.06.02	Receitas Financeiras	182.305	157.021
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.689.302	3.135.275
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.689.302	3.135.275
7.08.01	Pessoal	273.858	288.689
7.08.01.01	Remuneração Direta	188.333	194.380
7.08.01.02	Benefícios	67.970	76.732
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.555	17.577
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.468.173	2.232.823
7.08.02.01	Federais	1.132.756	912.459
7.08.02.02	Estaduais	1.326.849	1.311.071
7.08.02.03	Municipais	8.568	9.293
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	73.934	32.057
7.08.03.01	Juros	70.799	28.137
7.08.03.02	Aluguéis	3.135	3.920
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	873.337	581.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	819.763	573.023
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	53.574	8.683

Comentário do Desempenho

Energisa S/A

Cataguases, 13 de maio de 2021 – A administração da Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia") apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T21).

Destaques

Apesar das adversidades da Pandemia, neste trimestre, a Companhia apresenta crescimento do EBITDA de 54,0% e Lucro Líquido de R$50,1% em relação ao 1T20

- ✓ **Vendas de energia (mercado cativo + TUSD)** reduziu 0,8% no 1T21 sobre 1T20 atingindo 9.179,3 GWh, apesar de bom desempenho do setor industrial e rural;
- ✓ **Custos operacionais controláveis (PMSO)** reduziu 7,1% no trimestre. Nos últimos 12 meses, a disciplina de custos permitiu uma redução de R$ 13,3 milhões frente ano anterior.
- ✓ **Lucro líquido consolidado** de R$ 873,3 milhões no 1T21, crescimento de 50,1% (R$ 291,6 milhões) sobre 1T20;
- ✓ **EBITDA ajustado consolidado** totalizou R$ 1.424,5 milhões no 1T21, acréscimo de 53,3% (R$ 495,6 milhões) sobre 1T20;
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais consolidados** atingiram R$ 5.670,2 milhões em março de 2021, contra os R$ 6.898,6 milhões em dezembro de 2020;
- ✓ **Dívida líquida consolidada** totalizou R$ 14.220,9 milhões em março de 2021, contra R$ 13.574,3 milhões em dezembro de 2020. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado reduziu de 3,1 vezes em dezembro de 2020 para 3,0 vezes em março de 2021;
- ✓ **Investimentos consolidados** de R$ 697,5 milhões no 1T21, redução de 2,3% (R$ 16,4 milhões) em relação ao mesmo período ano anterior.

Descrição	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	7.911,5	7.131,0	+ 10,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.904,4	4.205,1	+ 16,6
Custos e despesas controláveis	579,5	721,5	- 19,7
EBITDA	**1.307,0**	**848,6**	**+ 54,0**
EBITDA Ajustado	**1.424,5**	**929,0**	**+ 53,3**
Lucro Líquido	**873,3**	**581,7**	**+ 50,1**
Endividamento Líquido (1)	14.220,9	13.699,5	+ 3,8
Investimentos	697,5	713,9	- 2,3
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	7.466,3	7.724,7	- 3,3
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	9.179,3	9.253,1	- 0,8
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	9.119,9	9.279,4	- 1,7
Número de Consumidores Totais	8.091.683	7.861.947	+ 2,9
Número de Colaboradores Próprios	14.661	15.073	- 2,7
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) (2)	20.056	20.556	-

(1) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA); (2) Não incluem terceirizados em obras e terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços do Grupo.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 116 anos em 26 de fevereiro de 2021 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia elétrica do país, atendendo aproximadamente 8,1 milhões de consumidores em onze Estados ou o equivalente a 10% da população do Brasil.

A Companhia controla 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, a atuação no segmento de geração de energia elétrica distribuída, bem como ativos em transmissão de energia, decorrentes das adjudicações nos leilões de 2017, 2018 e 2020, isto é, Energisa Goiás Transmissora I, em operação desde 13 de março de 2020, Energisa Pará Transmissora I, em operação desde 2 de novembro de 2020, e três projetos em construção: Energisa Para Transmissora II, Energisa Tocantins Transmissora e Energisa Amazonas Transmissora, totalizando 1.761 km de linhas de transmissão.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

11 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

862 municípios atendidos

8,1 milhões de clientes

20,0 milhões de pessoas atendidas (10% do Brasil)

2.034 mil km² total de área coberta (24% do território brasileiro)

7 empresas de serviços (sedes nos estados de MG e RJ, atuantes em todo território nacional)

5 empresas de transmissão (sedes no estado de MG, atuantes nos estados de PA, GO, TO, BA e AM)

1 empresa de geração distribuída (sede no estado de MG, atuantes em 2 estados brasileiros)

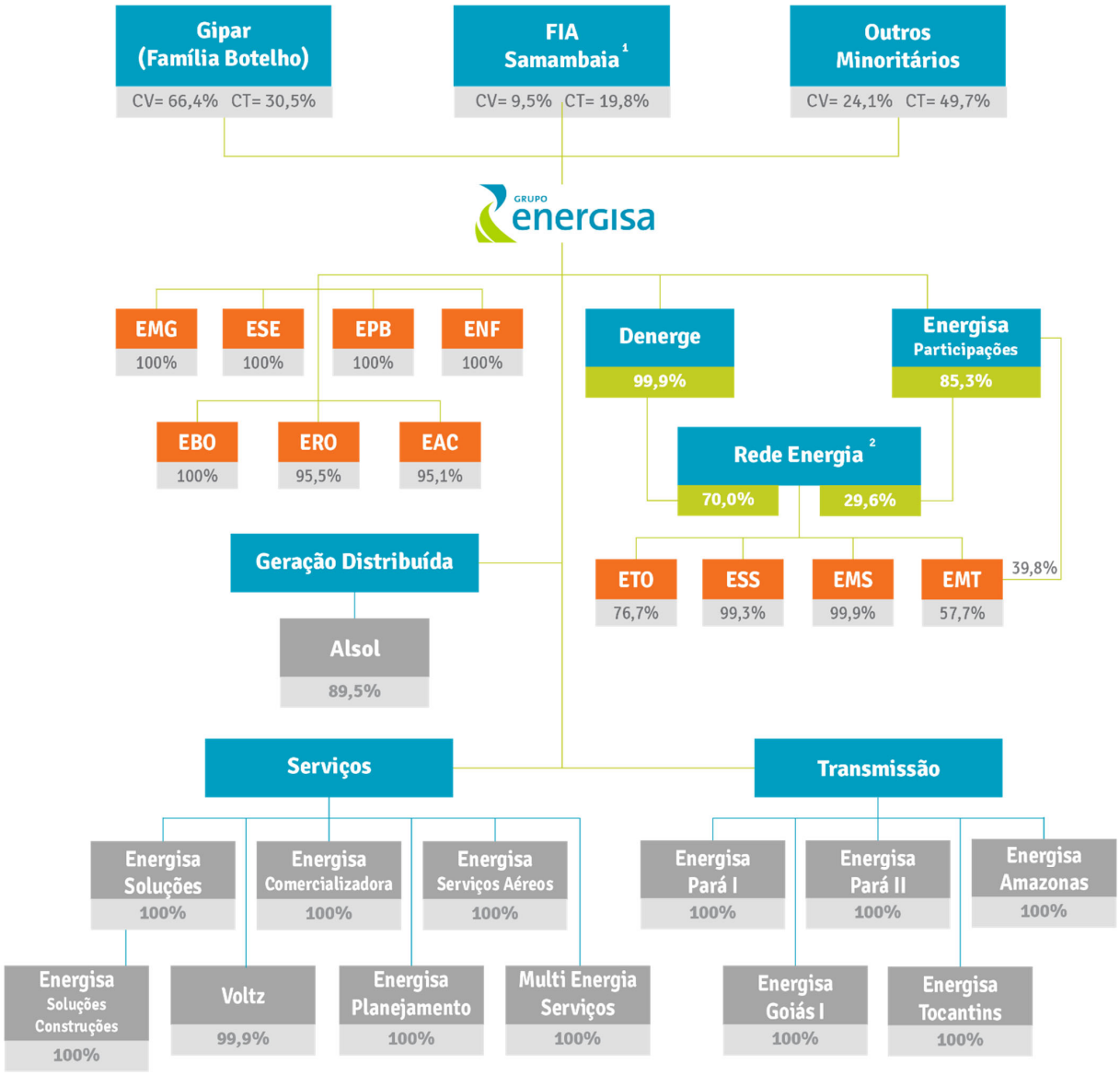
5º Maior Grupo de distribuição de energia do Brasil

Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Capital Votante | CT - Capital Total
(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.
(2) A Energisa detém, indiretamente, através da Denerge Desenvolvimento Energético S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A, 95,2% da Rede Energia Participações S/A.

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1. Mercado de energia

Desempenho das vendas no 1º trimestre:

No primeiro trimestre de 2021 (1T21), o consumo total de energia elétrica (mercado cativo + livre) nas áreas de concessão das 11 distribuidoras do Grupo Energisa, atingiu 9.179,3 GWh, o que representa uma redução de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Vale ressaltar que na maior parte do primeiro trimestre de 2020 não havia impacto no consumo de energia associado à pandemia, e seguia com taxas bem elevadas devido ao clima e atividade econômica. Contribuiu para o decréscimo neste primeiro trimestre, o recrudescimento da pandemia, que resultou em diversas cidades voltarem a implementar medidas restritivas. Outros fatores que contribuíram acessoriamente foram o ano bissexto no ano passado e ajustes no calendário de leitura a menor neste ano.

Os segmentos de maiores destaques no trimestre foram as classes industrial (+2,3% ou 41,1 GWh), residencial (+1,1% ou 38,8 GWh) e rural (+2,6 ou 22,9 GWh). O consumo industrial apresentou incremento motivado pelo bom desempenho de algumas atividades setoriais, principalmente aquelas ligadas a cadeia de construção (minerais não metálicos e metalurgia), a reboque da manutenção das obras imobiliárias e autoconstrução, mesmo com fim do auxílio emergencial e a piora dos indicadores associados ao COVID. Além disso, parte dos segmentos industriais ainda passa pelo processo de recomposição de estoques, e segue beneficiado pela transferência de gastos com consumo de bens em detrimento de serviços em geral. Já o segmento rural se beneficiou das atividades em torno da soja, diante do período de colheita da safra 20/21 e da perspectiva de aumento na produção (+8,6%, segundo a CONAB). No segmento residencial, além do aumento do número de consumidores (+3,4%) e do efeito positivo da questão climática - sobretudo no Sudeste, houve influência da maior presença das famílias em seus domicílios devido ao COVID.

Por outro lado, a retração no consumo no 1T21 foi direcionada pela classe comercial (-8,8% ou 162,8 GWh) e pela categoria outros (-1,2% ou 13,8 GWh), onde o principal ofensor foi o poder público (-18,8% ou 80,1 GWh). Em ambos os casos os desempenhos foram impactados pela pandemia, devido à limitação de funcionamento de restaurantes e centros comerciais em diversas cidades, baixa dinâmica de serviços relacionados à mobilidade (combustíveis, serviços aéreos e de hospedagem), além da restrição às aulas presenciais em escolas e universidades e ao atendimento de alguns serviços públicos. O resultado fraco destes segmentos tem sido observado tanto nos indicadores econômicos como nos dados de consumo de energia na área de concessão do Grupo e do Brasil.

Em relação ao desempenho das distribuidoras, 7 das 11 avançaram, com os principais destaques ficando a cargo das seguintes concessões: EMG (+4,7% ou 18,0 GWh), ESS (+1,5% ou 17,3 GWh), EMT (+0,3% ou 8,0 GWh).

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição Valores em GWh)	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.466,3	7.724,7	- 3,3
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.712,9	1.528,4	+ 12,1
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	**9.179,3**	**9.253,1**	**- 0,8**
✓ Consumo não faturado	(59,4)	26,3	-
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	**9.119,9**	**9.279,4**	**- 1,7**

2.2. Consumo por Classe

No 1T21, as principais classes de consumo apresentaram os seguintes comportamentos:

• Classe industrial (20,1% do mercado total cativo + livre): incremento de 2,3% (41,1 GWh) no consumo, impulsionado principalmente pelos segmentos de minerais não-metálicos, metalurgia e têxtil. Destaque para as concessões da EMS (+9,1% e 29,1 GWh), beneficiada pelo dinamismo nas indústrias de metalurgia, minerais não metálicos e alimentos; EMG (+11,6% e 11,1 GWh), motivada sobretudo pelo retorno das atividades do setor de

Comentário do Desempenho

mineração; EMT (+1,6% e 7,8 GWh), desempenho impulsionado principalmente na produção de cimento; ESS (+2,3% 7,7 GWh), devido aos setores de papel e celulose, alimentos e minerais não metálicos; e ETO (+8,1% e 5,6 GWh), também puxada pela produção local de cimento.

• Classe residencial (39,2% do mercado total cativo + livre): aumento de 1,1% (38,8 GWh) no consumo, impactado principalmente pelos resultados nas áreas de concessão da EPB (+3,7% ou 18,4 GWh) e ESS (+4,1% ou 16,7 GWh), influenciadas pelo clima quente e seco; EMG (+6,5% ou 9,2 GWh) e EAC (+4,2% ou 5,6 GWh), motivadas pelas temperaturas elevadas e base baixa em 2020. Em contrapartida as concessões da EMS (-2,3% ou 12,9 GWh), ERO (-3,1% ou 10,5 GWh) e ESE (-0,2% ou 0,5 GWh) registraram queda no consumo, impactadas pela base alta de comparação devido às temperaturas mais elevadas no mesmo período de 2020. No caso da primeira, o calendário de faturamento menor em 2 dos 3 meses do ano também pesou.

• Classe rural (9,7% do mercado total cativo + livre): acréscimo de 2,6% (22,9 GWh), apresentando alta em 10 das 11 concessões, a exceção foi a EMS (-1,8% ou 2,7 GWh), afetada principalmente pelo resultado de março (base alta em 2020 e calendário 0,6 dia menor). Os maiores crescimentos vieram da EMT (+2,3% ou 7,1 GWh), onde as culturas de soja, milho, arroz e algodão impulsionaram o consumo de energia; EPB (+7,6% ou 6,5 GWh) e ESE (+14,6% ou 5,5 GWh), devido ao maior uso de sistemas de irrigação para compensar o clima seco no período; EMG (+4,7% ou 2,1 GWh), pela combinação de base baixa e bom desempenho do café e hortaliças, e ETO (+2,6% ou 1,5 GWh), movida pela criação de aves e produtores de ovos e arroz.

• Classe comercial (18,4% do mercado total cativo + livre): redução de 8,8% (162,8 GWh), apresentando baixa em todas as concessões, sendo a classe mais afetada pelas medidas restritivas impostas para contrapor o avanço da pandemia.

• Demais classes (12,6% do mercado total cativo + livre): caiu 1,2% (13,8 GWh), consumo impactado especialmente pelo poder público (-18,8%), que apresentou recuo em todas as distribuidoras, sendo uma das atividades mais afetadas pelas restrições derivadas da pandemia. Diante da ausência em aulas presenciais em escolas e universidades públicas além da limitação no atendimento ao público por alguns serviços. Por outro lado, houve crescimento na iluminação pública (+14,7%), diante do ajuste do faturamento à resolução da ANEEL, que estabeleceu a obrigatoriedade de faturamento dentro do mês civil (N°888/2020).

O quadro, a seguir, mostra o comportamento consolidado das classes de consumo no primeiro trimestre de 2020 e 2021:

Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
✓ **Residencial**	**3.596,1**	**3.557,3**	+ 1,1
✓ **Industrial**	**1.844,2**	**1.803,0**	+ 2,3
• Cativo	479,8	553,9	- 13,4
• Livre	1.364,3	1.249,1	+ 9,2
✓ **Comercial**	**1.688,4**	**1.851,2**	- 8,8
• Cativo	1.410,8	1.621,6	- 13,0
• Livre	277,7	229,6	+ 20,9
✓ **Rural**	**890,9**	**868,0**	+ 2,6
• Cativo	867,1	846,4	+ 2,4
• Livre	23,8	21,6	+ 10,6
✓ **Outras classes**	**1.159,7**	**1.173,5**	- 1,2
• Cativo	1.112,6	1.145,4	- 2,9
• Livre	47,1	28,1	+ 67,7
Vendas de energia a consumidores (Mercado Cativo Faturado)	**7.466,3**	**7.724,7**	**- 3,3**
Energia associada a consumidores livres (TUSD)	1.712,9	1.528,4	+ 12,1
Mercado Cativo Faturado + TUSD	**9.179,3**	**9.253,1**	**- 0,8**
Consumo não faturado	(59,4)	26,3	-
Mercado Cativo Faturado + TUSD + Não faturado	**9.119,9**	**9.279,4**	**- 1,7**

Comentário do Desempenho

3. Desempenho financeiro

3.1. Receita operacional bruta e líquida

No 1T21, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R$ 4.904,4 milhões, o que representa crescimento de 16,6% (R$ em 699,3 milhões) em relação ao registrado no mesmo período do ano passado.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por segmento:

Receita operacional por segmento Descrição (R$ milhões)	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**5.489,7**	**5.482,0**	**+ 0,1**
Residencial	2.827,7	2.714,5	+ 4,2
➢ Baixa renda	247,4	200,4	+ 23,5
Industrial	344,7	380,1	- 9,3
Comercial	1.136,5	1.256,2	- 9,5
Rural	555,4	496,1	+ 12,0
Outras classes	625,3	635,1	- 1,5
(+) Suprimento de energia elétrica	157,8	152,9	+ 3,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	130,9	44,0	+ 197,9
(+) Vendas pela comercializadora (ECOM)	214,1	317,0	- 32,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	408,5	365,9	+ 11,7
(+) Receitas de construção	561,1	577,2	- 2,8
(+) Constituição e amortização - CVA	453,9	(188,8)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	326,3	308,2	+ 5,9
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	131,4	27,9	+ 370,5
(+) Outras receitas	37,7	44,8	- 15,8
Receita Bruta	**7.911,5**	**7.131,0**	**+ 10,9**
(-) Impostos sobre vendas	1.982,2	1.931,5	+ 2,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(13,9)	1,9	-
(-) Encargos setoriais	477,8	415,3	+ 15,1
(=) Receita líquida	**5.465,4**	**4.782,3**	**+ 14,3**
(-) Receitas de construção	561,1	577,2	- 2,8
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**4.904,4**	**4.205,1**	**+ 16,6**

Comentário do Desempenho

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R$ milhões	Trimestre		
	1T21	1T20	Var.%
I - Distribuição de energia elétrica	**5.101,3**	**4.380,9**	**+ 16,4**
✓ EMG	199,8	185,3	+ 7,9
✓ ENF	45,7	42,9	+ 6,7
✓ ESE	368,0	332,9	+ 10,5
✓ EBO	74,8	61,9	+ 20,8
✓ EPB	602,9	528,7	+ 14,0
✓ EMT	1.431,0	1.111,5	+ 28,7
✓ EMS	878,1	692,8	+ 26,7
✓ ETO	371,2	338,5	+ 9,7
✓ ESS	496,5	421,4	+ 17,8
✓ ERO	470,3	488,0	- 3,6
✓ EAC	163,0	177,0	- 7,9
II - Holding, Comercialização e serviços de energia	**493,8**	**529,9**	**- 6,8**
✓ Energisa S/A (ESA)	54,5	56,7	- 3,9
✓ Energisa Comercializadora (ECOM)	194,6	287,9	- 32,4
✓ Energisa Soluções Consolidada (ESOL Consol.)	45,2	54,5	- 17,1
✓ Multi Energisa	10,7	10,2	+ 4,9
✓ Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	13,3	40,4	- 67,0
✓ Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	16,8	43,2	- 61,2
✓ Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	95,7	28,0	+ 241,9
✓ Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	47,0	5,1	+ 821,9
✓ Outras	16,0	3,9	+ 310,8
(=) Total (I+II)	**5.595,0**	**4.910,8**	**+ 13,9**
Eliminações intercompany	**(129,6)**	**(128,4)**	**+ 0,9**
(=) Energisa Consolidada	**5.465,4**	**4.782,3**	**+ 14,3**
(-) Receitas de construção	561,1	577,2	- 2,8
(=) Energisa Consol, s/ receita de construção	**4.904,4**	**4.205,1**	**+ 16,6**

3.2. EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 1.307,0 milhões no trimestre, incremento de 54,0% (R$ 458,5 milhões) em relação ao ano anterior. Esse valor está influenciado pelos seguintes efeitos:

- Positivos:

(i) Atualização financeira do VNR, sendo R$ 131,4 milhões nesse trimestre e R$ 27,9 milhões no mesmo período do ano anterior;
(ii) Adoção do IFRS 15 no segmento de transmissão com reconhecimento de Ativo de Contrato de R$ 35,5 milhões;
(iii) Recebimento de R$ 264,4 milhões referentes à constituição de Fundo de Investimento em Cotas em Direitos Creditórios não padronizados (FIDC), com efeito de R$ 159,8 milhões no EBITDA.

- Negativos:

(i) Custos rescisórios de R$ 6,3 milhões nesse trimestre e R$ 7,3 milhões no mesmo trimestre do ano anterior;
(ii) Marcação a mercado do portfólio da Energisa Comercializadora, com efeito negativo de R$ 14,6 milhões nesse trimestre e de R$ 30,1 milhões no mesmo período do ano passado (CPC 48);

Comentário do Desempenho

A seguir, os valores de **EBITDA e EBITDA Ajustado** trimestral por subsidiária nos períodos:

EBITDA por Empresa	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**1.323,0**	**807,5**	**+ 63,8**
EMG	70,7	34,4	+ 105,3
ENF	8,8	8,1	+ 8,5
ESE	89,9	79,5	+ 13,1
EBO	15,5	10,7	+ 44,9
EPB	161,1	138,6	+ 16,2
EMT	457,2	175,5	+ 160,5
EMS	214,2	155,9	+ 37,4
ETO	88,1	59,6	+ 47,9
ESS	97,7	67,3	+ 45,1
ERO	81,8	26,0	+ 214,8
EAC	38,1	51,8	- 26,6
Comercialização, serviços de energia e outros	**53,1**	**23,8**	**+ 123,4**
ECOM	(20,6)	(30,1)	- 31,8
ESOL Consol.	6,7	6,4	+ 3,4
MULTI	3,5	2,9	+ 20,0
EGO	12,2	16,2	- 24,2
EPA I	15,1	23,0	- 34,3
EPA II	19,2	6,0	+ 219,8
ETT	14,9	2,0	+ 639,4
Outras	2,1	(2,6)	-
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**16,5**	**17,1**	**- 3,2**
ESA Controladora	14,6	17,1	- 14,4
Rede Controladora	(0,5)	0,1	-
Denerge	(0,0)	(0,0)	- 92,9
Demais holdings	2,4	(0,1)	-
Combinação de negócios	**(85,5)**	**0,2**	**-**
Energisa Consolidada	**1.307,0**	**848,6**	**+ 54,0**
Margem EBITDA (%)	23,9	17,7	+ 6,2 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado por Empresa	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**1.440,5**	**888,0**	**+ 62,2**
EMG	74,6	37,3	+ 100,0
ENF	9,0	8,8	+ 2,0
ESE	98,7	85,5	+ 15,4
EBO	17,1	11,9	+ 43,2
EPB	176,9	150,0	+ 17,9
EMT	493,8	200,4	+ 146,5
EMS	232,3	169,6	+ 36,9
ETO	97,6	65,5	+ 49,0
ESS	104,8	73,0	+ 43,5
ERO	96,2	31,3	+ 207,7
EAC	39,5	54,6	- 27,7
Comercialização, serviços de energia e outros	**53,1**	**23,8**	**+ 123,4**
ECOM	(20,6)	(30,1)	- 31,8
ESOL Consol.	6,7	6,4	+ 3,4
MULTI	3,5	2,9	+ 20,0
EGO	12,2	16,2	- 24,2
EPA I	15,1	23,0	- 34,3
EPA II	19,2	6,0	+ 219,8
ETT	14,9	2,0	+ 639,4
Outras	2,1	(2,6)	-
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**16,5**	**17,1**	**- 3,2**
ESA Controladora	14,6	17,1	- 14,4
Rede Controladora	(0,5)	0,1	-
DENERGE	(0,0)	(0,0)	- 92,9
Demais holdings	2,4	(0,1)	-
Combinação de negócios	**(85,5)**	**0,2**	**-**
Energisa Consolidada	**1.424,5**	**929,0**	**+ 53,3**
Margem EBITDA (%)	26,1	19,4	+ 6,6 p.p.

Comentário do Desempenho

3.3. Resultado financeiro

No 1T21, o resultado financeiro líquido refletiu receitas financeiras líquidas de R$ 104,0 milhões, contra R$ 124,1 no 1T20, redução de 16,2% (R$ 20,1 milhões).

Resultado Financeiro Valores em R$ milhões	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
Receitas financeiras	**169,4**	**146,2**	**+ 15,9**
Receita de aplicações financeiras	26,7	18,4	+ 44,9
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	117,5	80,4	+ 46,1
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	(7,9)	9,2	-
Atualização de créditos tributários a recuperar	4,3	9,0	- 52,0
Atualização monetária dos depósitos judiciais	8,6	6,9	+ 25,2
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(12,9)	(10,9)	+ 18,4
Outras receitas financeiras	33,1	33,2	- 0,1
Despesas financeiras	**(65,5)**	**(22,1)**	**+ 196,7**
Encargos de dívidas - Juros	(201,3)	(229,0)	- 12,1
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(399,7)	(1.104,9)	- 63,8
Instrumentos financeiros derivativos	375,2	1.023,2	- 63,3
Ajuste a valor presente	(12,5)	8,0	-
Marcação a mercado derivativos	17,5	360,2	- 95,1
Marcação a mercado da dívida	182,7	80,2	+ 127,7
Atualização financeira de passivos regulatórios	(2,2)	(5,0)	- 55,4
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1,2)	(2,4)	- 49,0
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	5,3	6,1	- 12,2
Despesas bancárias	(4,0)	(3,2)	+ 25,2
Incorporação de redes	(8,1)	(10,3)	- 21,5
Despesa de Aval	(2,1)	(3,1)	- 31,4
Outras despesas financeiras	(15,1)	(141,8)	- 89,3
Resultado financeiro	**104,0**	**124,1**	**- 16,2**

No trimestre, as receitas financeiras apresentaram incremento de R$ 23,3 milhões.

Por sua vez, nesse trimestre, as despesas financeiras apresentaram incremento de R$ 43,4 milhões, influenciada, principalmente:

- Pelo impacto, meramente contábil e sem efeito caixa das linhas de Marcação a Mercado de Derivativos e de Dívida, que somadas pioraram R$ 240,2 milhões. Esse efeito é explicado pela contabilização da opção de conversibilidade do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A (1ª, 2ª e 3ª séries) com impacto positivo de R$ 201,1 milhões no 1T21, contra impacto também positivo de R$ 440,5 milhões no 1T20, sem efeito caixa.
- Pelo efeito positivo referente à contabilização de R$ 75,8 milhões, em outras despesas financeiras, da marcação a mercado da opção de compra pela companhia da participação de minoritários da Energisa Participações Minoritárias.

Comentário do Desempenho

3.4. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R$ 873,3milhões, incremento de 50,1% (291,6 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Além dos efeitos mencionados no EBITDA, o lucro líquido também foi afetado pelo efeito positivo de R$ 251,1 milhões referente à Marcação a Mercado de Derivativos, sem efeito caixa, sendo R$ 201,1 milhões referente ao bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S.A, e R$ 50,0 milhões referente a opção de compra pela companhia da participação de minoritários da Energisa Participações Minoritárias.

A seguir, o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R$ milhões	Trimestre		
	1T21	1T20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**756,6**	**234,4**	**+ 222,7**
EMG	37,0	9,4	+ 293,6
ENF	3,3	3,0	+ 11,4
ESE	55,8	39,6	+ 41,1
EBO	10,9	7,9	+ 37,9
EPB	116,2	95,9	+ 21,2
EMT	284,0	36,9	+ 670,1
EMS	120,2	84,8	+ 41,8
ETO	53,0	13,7	+ 285,5
ESS	49,3	23,9	+ 106,8
ERO	6,4	(107,5)	-
EAC	20,4	26,9	- 24,0
Comercialização, serviços de energia e outros	**32,5**	**19,2**	**+ 69,1**
ECOM	(14,0)	(20,6)	- 31,8
ESOL Consol.	2,1	1,9	+ 10,8
MULTI	2,2	1,7	+ 28,0
EGO	10,7	13,9	- 22,6
EPAI	9,5	21,1	- 55,0
EPAII	16,7	4,1	+ 304,1
ETT	9,8	1,3	+ 650,3
Outras	(4,5)	(4,2)	+ 5,9
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**127,8**	**389,4**	**- 67,2**
ESA Controladora	143,6	406,9	- 64,7
Rede Controladora	(6,3)	(9,6)	- 34,8
DENERGE	(12,5)	(7,5)	+ 66,0
Demais holdings	2,9	(0,4)	-
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma" (esperando CSE)	**(43,6)**	**(61,4)**	**- 29,0**
Energisa Consolidada	**873,3**	**581,7**	**+ 50,1**

Comentário do Desempenho

4. Estrutura de capital

4.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 5.670,2 milhões em 31 de março de 2021, frente aos R$ 6.898,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante negativo de R$ 15,9 milhões em 31 de março de 2021, contra o saldo positivo de R$ 275,2 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de março de 2021, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 14.220,9, contra R$ 13.574,3 milhões em dezembro e R$ 13.594,4 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 3,1 vezes em dezembro de 2020 para 3,0 vezes em março de 2021. Os limites dos *covenants* para o ano de 2021 estão em 4,0 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	30/09/2020	31/03/2021	31/12/2020	30/09/2020
Circulante	**2.188,0**	**2.270,2**	**2.013,8**	**4.891,2**	**5.834,5**	**5.182,2**
Empréstimos e financiamentos	806,5	790,4	776,1	3.037,5	3.891,393	3.641,0
Debêntures	978,6	968,1	943,7	1.651,1	1.780,414	1.691,1
Encargos de dívidas	37,3	27,3	27,6	152,2	158,6	134,4
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,5	1,5	2,1	89,0	89,2	95,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	364,2	483,0	264,3	(38,7)	(85,1)	(380,2)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	(83,2)	(65,0)	(86,7)	(486,1)	(633,0)	(731,2)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	447,4	548,0	351,0	447,4	548,0	351,0
Não Circulante	**3.838,3**	**3.764,9**	**3.038,8**	**15.000,0**	**14.638,4**	**13.939,7**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	599,8	399,8	150,0	6.298,5	5.913,196	6.165,4
Debêntures	2.853,1	2.803,8	2.526,3	8.832,4	8.596,403	7.789,7
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	12,5	12,1	10,3	660,1	657,3	771,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	372,9	549,2	352,2	(791,0)	(528,5)	(786,5)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	(74,6)	1,2	1,2	(1.238,4)	(1.076,4)	(1.137,5)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	447,4	548,0	351,0	447,4	548,0	351,0
Total das dívidas	**6.026,3**	**6.035,0**	**5.052,6**	**19.891,1**	**20.472,9**	**19.121,9**
(-) Disponibilidades financeiras	2.717,1	2.655,0	2.261,6	5.686,1	6.623,4	5.474,9
Total das dívidas líquidas	**3.309,2**	**3.380,1**	**2.790,9**	**14.205,0**	**13.849,5**	**13.647,0**
(-) Créditos CDE	-	-	-	289,0	265,5	221,8
(-) Créditos CCC	-	-	-	214,7	244,0	98,1
(-) Créditos CVA	-	-	-	(519,6)	(234,2)	(267,3)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**3.309,2**	**3.380,1**	**2.790,9**	**14.220,9**	**13.574,3**	**13.594,4**
Indicador Relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses (1)	-	-	-	3,0	3,1	3,3

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses). As dívidas por distribuidoras estão no Anexo I.

Comentário do Desempenho

5. Investimentos

No 1T21, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R$ 697,5 milhões, 2,3% menor que o valor investido no mesmo período do anterior.

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
Valores em R$ milhões	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %
EMG	11,5	10,8	+ 6,5	0,5	(0,1)	-	0,6	2,0	- 70,0	12,6	12,7	- 0,8
ENF	1,8	2,5	- 28,0	0,1	0,1	-	0,2	0,1	+ 100,0	2,1	2,7	- 22,2
ESE	19,1	18,3	+ 4,4	1,2	2,1	- 42,9	0,2	2,5	- 92,0	20,5	22,9	- 10,5
EBO	3,2	4,2	- 23,8	0,4	0,2	+ 100,0	0,1	0,1	-	3,7	4,5	- 17,8
EPB	42,3	42,8	- 1,2	2,3	1,1	+ 109,1	0,4	2,5	- 84,0	45,0	46,4	- 3,0
EMT	102,0	82,5	+ 23,6	(15,2)	64,9	-	2,2	2,7	- 18,5	89,0	150,1	- 40,7
EMS	118,3	41,4	+ 185,7	3,0	7,0	- 57,1	1,7	2,7	- 37,0	123,0	51,1	+ 140,7
ETO	44,9	44,9	- 0,0	9,5	2,8	+ 239,3	2,1	2,4	- 12,5	56,5	50,1	+ 12,8
ESS	27,8	39,3	- 29,3	8,5	4,2	+ 102,4	(3,7)	2,1	-	32,6	45,6	- 28,5
ERO	106,3	159,6	- 33,4	42,6	24,2	+ 76,0	1,4	5,1	- 72,5	150,3	188,9	- 20,4
EAC	19,6	48,5	- 59,6	1,9	2,1	- 9,5	3,7	7,3	- 49,3	25,2	57,9	- 56,5
Total Distribuidoras	**496,8**	**494,8**	**+ 0,4**	**54,8**	**108,6**	**- 49,5**	**8,9**	**29,5**	**- 69,8**	**560,5**	**632,9**	**- 11,4**
EPA I	-	20,2	-	-	-	-	-	-	-	-	20,2	-
EPA II	75,6	22,0	+ 243,6	-	-	-	-	-	-	75,6	22,0	+ 243,6
EGO I	-	24,2	-	-	-	-	-	-	-	-	24,2	-
ETT	32,2	3,0	+ 973,3	-	-	-	-	-	-	32,2	3,0	+ 973,3
ALSOL	-	-	-	-	-	-	21,0	9,0	+ 133,3	21,0	9,0	+ 133,3
ESOL Consolidada	-	-	-	-	-	-	5,7	0,6	+ 850,0	5,7	0,6	+ 850,0
Outras	1,8	-	-	-	-	-	0,7	2,0	- 65,0	2,5	2,0	+ 25,0
Total	**606,4**	**564,2**	**+ 7,5**	**54,8**	**108,6**	**- 49,5**	**36,3**	**41,1**	**- 11,7**	**697,5**	**713,9**	**- 2,3**

Comentário do Desempenho

6. Fluxo de Caixa

No 1T21, a geração de caixa operacional da Energisa foi R$ 10,3 milhões acima do 1T20. As atividades de investimento tiveram decréscimo de R$ 1.551,0 milhões, e as atividades de financiamento variaram R$ 2.033,4 milhões.

Fluxo de Caixa Consolidado Valores em R$ milhões	Trimestre	
	1T21	1T20
(a) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.062,1**	**663,1**
(b) Caixa Líquido Atividades Operacionais (a=i+ii)	**749,9**	**739,6**
(i) Caixa Gerado nas Operações	**1.107,8**	**906,7**
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda das Operações Continuadas	1.109,6	671,7
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	543,4	1.268,9
Provisões/reversões	(3,8)	125,2
Valor residual de ativos permanentes baixados	(10,2)	17,5
Depreciação e amortização	301,5	301,0
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(131,4)	(27,9)
Marcação a mercado e instrumentos derivativos	(651,2)	(1.463,6)
Programa de Remuneração Variável	2,3	1,1
Marcação a mercado dos contratos de energia comercializada	13,9	30,1
Margem de Construção, Operação e remuneração do ativo de contrato (Transmissão)	(66,2)	(20,7)
PIS & COFINS diferido das transmissoras	-	3,3
(ii) Variações nos Ativos e Passivos	**(357,9)**	**(167,0)**
Capital de giro	(593,8)	(297,4)
Tributos	(127,3)	54,8
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	(31,3)	(43,3)
Impostos a recuperar	(10,2)	(91,9)
Ativos / passivos regulatórios	267,2	188,9
Cauções e depósitos vinculados	(19,9)	(8,8)
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID	8,0	-
FIDC	-	-
Outros	149,4	30,8
(c) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**477,4**	**(1.073,6)**
Aplicações no imobilizado, ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(320,6)	(558,4)
Alienação de bens do imobilizado / intangível / ativos de geração	20,8	18,2
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(115,8)	(77,9)
Aplicações financeiras	1.132,7	(455,5)
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócios	(239,7)	-
(d) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(1.048,9)**	**984,5**
Financiamentos obtidos	1.816,6	2.285,1
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(2.386,9)	(1.363,9)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(216,2)	(175,8)
Liquidação de derivativos	205,7	262,3
Dividendos	(436,0)	-
Parcelamento de impostos, fornecedores e encargos setoriais	(6,0)	(4,1)
Pagamento de incorporação de redes	(21,9)	(15,7)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(4,2)	(3,4)
(e) Aumento (Redução) de Caixa (e=b+c+d)	**178,4**	**650,5**
(f) Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa (f=a+e)	**1.240,5**	**1.313,6**
(g) Saldo aplicações financeiras e créditos setoriais	4.429,7	4.118,4
(h) Saldo Final de Caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (h=f+g)	**5.670,2**	**5.432,0**

Em março de 2021 as aplicações financeiras somaram R$ 4.445,6 milhões e os créditos setoriais foram negativos em R$ 15,9 milhões, de forma que a posição consolidada de caixa totalizou R$ 5.670,2 milhões.

Comentário do Desempenho

7. Mercado de capitais

7.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 – Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de –11,5% no 1T21 e encerraram o exercício cotadas a R$ 45,22 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou baixa de 2,0%, enquanto o IEE teve queda de 2,3%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do exercício:

	Março 2021	Março 2020	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R$ milhões) (1)	30.511,60	27.006,77	13,0%
Valor de mercado no final dos 3 meses (R$ milhões)	16.410,90	13.307,27	23,3%
Volume médio diário negociado no exercício – Units (R$ mil)	83.476,7	70.892,2	17,8%
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R$/Unit)	45,22	36,67	23,3%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	15,91	11,40	39,6%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	7,33	6,33	15,8%
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % (2)	3,05%	1,64%	1,42 p.p.
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - %	27,09%	-4,17%	-
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,2	1,9	15,2

(1) EV = Valor de mercado (R$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;
(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

8. Eventos subsequentes

8.1. Sentença em Arbitragem Sigilosa Relevante

Em 05 de maio de 2021 a Companhia divulga a prolação, em fase de liquidação, de sentença em arbitragem sigilosa relevante movida pela Energisa S.A. e sua controlada, Energisa Soluções S.A. (“Requerentes”) em face da São João energética s.a. (“Requerida”), informada nas demonstrações financeiras da Energisa S.A.

O tribunal arbitral, por unanimidade, condenou a Requerida a pagar à Energisa S.A. o valor histórico de R$ 110.250.518,62 a ser corrigido monetariamente pelo IPCA e acrescido de juros de 1% ao mês desde 22/10/2016, bem como a ressarcir os custos e despesas incorridas com arbitragem (“Sentença Arbitral”). A Sentença Arbitral ainda está sujeita a eventual pedido de esclarecimentos a ser apresentado pelas partes da arbitragem.

8.2. Encerramento do Programa de Recompra de Ações

Encerramento, em 23 de abril de 2021, do Plano de Recompra aprovado pelo conselho da administração da Energisa S.A. em 15 de abril de 2021, mediante a aquisição da totalidade de Units objeto deste Programa, em que foram adquiridas, em ambiente de bolsa, a preço de mercado, 1.100.000 Units de emissão da Companhia, representativas de 1.100.000 ações ordinárias e 4.400.000 ações preferencias de emissão da Companhia, equivalente, nesta data, a 0,30% e 0,44% das ações totais emitidas e em circulação da Companhia, respectivamente.

As ações recompradas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria para posteriormente

Comentário do Desempenho

fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de concessão de ações aprovados, de tempos em tempos, pelo Conselho de Administração da Companhia com base no Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abri de 2018 (“Programas de Concessão de Ações - ILP”).

As ações adquiridas que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações - ILP deverão ser destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações.

8.3. Aneel Homologa Reajustes Tarifários da EMT, EMS e ESE

Em 22 de abril de 2021, a Aneel, aprovou os reajustes tarifários da Energisa Mato Grosso (“EMT”), Energisa Mato Grosso do Sul (“EMS”) e Energisa Sergipe (“ESE”), a serem válidos a desta data.

Os índices de reajuste aprovados constam da tabela abaixo:

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT	Efeito Médio para o Consumidor da EMS	Efeito Médio para o Consumidor da ESE
Baixa Tensão	8,34%	8,27%	8,66%
Alta e Média Tensão	10,36%	10,69%	9,43%
Total	8,90%	8,90%	8,90%

8.4. OPA Rede Energia

Em 07 de abril de 2021, a CVM comunicou à Companhia o deferimento do registro da Oferta, por meio do Ofício n.º 185/2021/CVM/SRE/GER-1. Dessa forma, em 13 de abril, a Companhia publicou o edital da Oferta na forma do art. 11 da Instrução CVM n.º 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada (“ICVM 361/02”). Nos termos do Edital, a Oferta será efetivada por meio de leilão (“Leilão”) a ser realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 14 de maio de 2021, tendo por objeto a aquisição das até 8.975.847 (oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentas e quarenta e sete) ações ordinárias de emissão da Rede Energia atualmente em circulação.

A Oferta será realizada pelo preço atualizado de R$ 8,11 por ação, de acordo com o mecanismo de ajuste previsto no item 3.7.1 do Edital e com as divulgações anteriores sobre o assunto. Esse preço, já refletido no Edital ora publicado, equivale ao montante de R$ 8,42, já deduzindo a distribuição de dividendos intercalares aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2021 e pagos em 29 de março de 2021, correspondente a R$ 0,3171531230597 por ação.

8.5. Bandeiras Tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de abril de 2021 e Bandeira Vermelha Patamar 1 para o mês de maio de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

8.6. Aumento de Capital - Controlada EPM

Em AGE de 01 de abril de 2021 foi aprovado o aumento de capital da controlada Energisa Participações Minoritárias S/A no valor de R$ 200.000, passando o capital social da Companhia de R$ 5.009.167 para R$ 5.209.167, tendo sido destinado também R$ 200.000 à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1.º, alínea “a”, da Lei das Sociedades por Ações, mediante a emissão de 15.707.835 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, pelo preço de emissão de R$ 25,465 por ação, fixado, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora (“Novas Ações Preferenciais”), devidamente aprovado pela unanimidade dos acionistas presentes a esta Assembleia e arquivado na sede da Companhia, a serem integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional, sendo R$ 12,7325 por ação destinado ao capital social da Companhia e R$ 12,7325 por ação destinado à reserva de capital da Companhia.

Comentário do Desempenho

8.7. Empréstimos Contratados

Em 07 de abril de 2021 a Companhia e suas controladas diretas captaram o montante de R$315.000 em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil, com remuneração do CDI mais 1,70% a.a., conforme segue:

Controladas	Valor Captado	Vencimentos
Energisa S/A	145.000	11/04/2023
Energisa Minas	25.000	11/04/2023
Energisa Rondônia	45.000	11/04/2023
Energisa Acre	100.000	11/04/2023
Total	**315.000**	

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o período findo em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("EMG")	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF")	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A ("ESE")	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia ("EMT") (*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("EBO")	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("EPB")	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ("ERO")	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ("EAC")	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048

(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias, revisão tarifária extraordinária, bandeiras tarifárias e outros assuntos regulatórios, sobrecontratação, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, ativos vinculados à concessão, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 12, 15.1, 16, 19.1 e 31, respectivamente.

Notas Explicativas

Transmissão de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I") (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	13/08/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I") (**)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II – Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II – Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II – Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	LT 230 kV Lechuga – Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo – capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km. Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	31/03/2021 (***)

(*) **Início de operação:** a obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão, operação iniciada em 14/03/2020; e

(**) **Início de operação:** a obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão, operação iniciado em 13/11/2020.

(***) **Leilão de Transmissão nº 001/2020 -** em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A. (controladora da ETE) sagrou-se vencedora do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R$ Mil)	RAP[1] Máxima (R$ Mil)	RAP Proposta (R$ Mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 Km novos e 385 km existentes	882.240	119.713	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue:

(i) **Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga – Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo – capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e

Notas Explicativas

(ii) **Empreendimentos existentes incorporados e que serão revitalizados:** – Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; – Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.

Em 31 de março de 2021 o contrato de concessão foi celebrado pela EAM (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação e os novos empreendimentos, conforme destacados nos itens i e ii acima, serão construídos conforme prazos estabelecidos no contrato de concessão.

As Transmissoras controladas indiretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	Subsidiária possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Rio Vermelho	A subsidiária possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A subsidiária possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”)	Cerca de 57,1 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 46,5 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 104,5 MWp, dos quais 72,2 MWp são de usinas próprias ALSOL.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

Notas Explicativas

As Geradoras controladas diretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficientização energética e à geração distribuída via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia.

Comercializadora de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“ECOM”)	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Participação, prestação e desempenho de atividades dos serviços de tecnologia da informação – TI e prestação de serviços, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”), incorporada posteriormente pela Denerge em 22/11/2019 e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, respondido pela Energisa. Aguarda-se remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Notas Explicativas

A posição em 31 de março de 2021 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R$614.223, dos quais R$480.454 refere-se a empréstimos, R$69.833 a debêntures e R$63.936 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	**208.714**	**283.982**	**56.205**	**548.901**
(+) Atualização (1)	4.466	29.654	(626)	33.494
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	27.307	7.152	25.789	60.248
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.573)	(961)	(34.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**236.031**	**291.215**	**80.407**	**607.653**
(+) Atualização (1)	1.099	7.272	236	8.607
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	7.462	2.162	(11.661)	(2.037)
Saldos em 31 de março de 2021	**244.592**	**300.649**	**68.982**	**614.223**

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.

(2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Capital Circulante - controladora:

A Companhia apresentou em 31 de março de 2021 capital circulante líquido negativo, no montante de R$1.812.924 (R$2.242.170 em 31 de dezembro de 2020) na controladora, sendo positivo no consolidado em R$2.128.522 (R$1.192.781 em 31 de dezembro de 2020) A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas, associado ao processo de alongamento da dívida de curto prazo, atualmente em curso, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes da controladora.

1.1 Efeitos COVID-19:

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Notas Explicativas

Impactos observados no primeiro trimestre de 2021

Nos primeiros três meses de 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação iniciada para os grupos da população considerados de alto risco.

A Administração da Companhia e em suas controladas segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas pela Companhia e suas controladas com o intuito de mitigar tais riscos. As principais ações adotadas pela Companhia e suas controladas estão listadas a seguir:

- A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento do incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, a determinados grupos de consumidores. As controladas implementaram ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital. A Companhia e suas controladas possuem expectativas que, aliado as ações tomadas, o reestabelecimento do corte de energia, previsto para 1 de julho de 2021, elimine o efeito temporal provocado pela inadimplência, e volte a normalizar a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) a patamares históricos. As controladas distribuidoras de energia realizaram os cálculos de perdas esperadas com inadimplência, baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2021 reversão de R$33.323 (R$25.232 de provisão no mesmo período findo em 31 de março de 2020). Em 31 de março de 2021 o montante total reconhecido é de R$116.582 (R$149.905 em 31 de dezembro de 2020);
- Supervisão constante das obras em andamento das controladas com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. Até o momento a Administração das controladas não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento.
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos Estados onde as controladas distribuem energia, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

Notas Explicativas

2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020"), publicadas na imprensa oficial em 11 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício de 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).

• Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

• A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.

Notas Explicativas

• Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2021	31/12/2020
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	95,52	95,52
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	95,09	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (2)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	85,31	85,31
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2021	31/12/2020
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energisa S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia I S/A (2)	Transmissão de energia	-	100
Energisa Transmissora de Energia II S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia III S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,21	89,21
Voltz Capital S.A (2) (a)	Serviços	100	100
Fundo de Investimento em Cotas (FIC – FIDC) (4)	Fundo de investimento	25,48%	-
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,21	95,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,2	95,2
QMRA Participações S/A	Holding	95,2	95,2
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	74,33	74,33
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (3)	Distribuição de energia	95,14	95,14
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,99	72,99
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,21	95,21
Energisa Sul – Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	94,49	94,49
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energisa S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,90	99,90

(a) Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Voltz Capital S.A., realizada em 02 de julho de 2020 que obteve aprovação, do estatuto social, alteração de atividades econômicas (principal e secundaria) e a alteração do objeto social, protocolado pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de julho de 2020.

(1) Companhias abertas.

(2) Em fase pré-operacional.

(3) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

(4) Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC)

A Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC – FIDC) o qual conta com participação de 74,25% do Banco BTG Pactual e 25,48% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs, conforme segue:

(i) Títulos de precatórios - foram avaliados conforme as suas respectivas posições nas filas de precatórios, capacidade fiscal e de pagamento dos entes federativos (municípios), sendo considerada a data de pagamento limite de 31 de dezembro de 2024 ou 2028. A taxa de recuperação dos precatórios foi classificada conforme a qualidade do crédito do ente federativo: os precatórios de municípios que possuem boa capacidade financeira atribui-se a taxa de recuperação estimada de 39,0%, já os com baixa capacidade financeira tiveram a sua taxa de recuperação estimada em 19,0%;

(ii) Títulos de empresas em recuperação judicial/falência: os créditos cedidos ao FIDC-NP consideraram os fluxos de pagamento e deságios previstos nos planos de recuperação judicial e, adicionalmente, taxas de recuperação estimadas, sendo de 50% para os créditos com planos de recuperação judicial homologados e 10% para os com planos de recuperação judicial não-homologados; já para os créditos das empresas em situação de falência, adotou-se a taxa de recuperação entre 5% a 8% do valor do crédito; e

(iii) Créditos de ações judiciais - Os créditos cedidos ao FIDC-NP foram separadas em dois blocos: no primeiro bloco estão os processos relevantes, cujas premissas para avaliação foram embasadas em análises de consultoria especializada; no segundo bloco têm-se duas subcategorias de processos judiciais – na primeira subcategoria, a das ações contra a administração pública em fases anteriores a do trânsito em julgado, denominadas pré-precatórios, considerou-se a expectativa de pagamento do crédito ao final

Notas Explicativas

de 2030; na segunda subcategoria estão os demais processos judiciais, cuja expectativa média do trânsito em julgado de ações semelhantes é de 10 anos. A taxa de recuperação estimada para as ações judiciais deste FIDC-NP foi de 42,4%.

Em 31 de março de 2021, a Companhia consolidou o fundo devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato da Companhia estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante inicial de R$ 200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a parir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja com uma atualização de CDI + 2,35%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

(a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

(b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

(c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2021					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	5.092.229	724	172.826	194.579	5.072	5.465.430
Receitas Intersegmentos	6.103	-	2.944	-	104.250	113.297
Total	**5.098.332**	724	175.770	194.579	**109.322**	**5.578.727**
Receitas Financeiras	161.415	2	1.069	334	103.678	266.498
Despesas Financeiras	(294.881)	(3)	(12.277)	(985)	145.626	(162.520)
Total	**(133.466)**	(1)	(11.208)	(651)	**249.304**	**103.978**
Amortização e depreciação	288.997	46	12	36	12.370	301.461
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	900.667	127	52.676	(21.254)	177.343	1.109.559

	31/03/2020					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	4.376.223	102	116.632	287.939	1.418	4.782.314
Receitas Intersegmentos	4.635	-	-	-	114.027	118.662
Total	**4.380.858**	**102**	**116.632**	**287.939**	**115.445**	**4.900.976**
Receitas Financeiras	141.492	7	241	651	78.695	221.086
Despesas Financeiras	(360.111)	(4)	(7.052)	(1.671)	271.850	(96.988)
Total	**(218.619)**	**3**	**(6.811)**	**(1.020)**	**350.545**	**124.098**
Amortização e depreciação	**220.703**	**43**	**8**	**12**	**80.253**	**301.019**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**270.330**	**(224)**	**80.634**	**(31.169)**	**352.092**	**671.663**

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	31/03/2021	31/12/2020
Ativos dos segmentos	**38.709.784**	**13.494**	**2.181.162**	**594.454**	**5.942.382**	**47.441.276**	**41.224.171**
Ativo circulante	10.327.738	1.275	675.086	274.080	2.099.563	13.377.742	10.240.247
Ativo não circulante	28.382.046	12.219	1.506.076	320.374	3.842.819	34.063.534	30.983.924
Passivos dos segmentos	**30.051.031**	**185**	**1.613.695**	**581.455**	**6.823.389**	**39.069.755**	**34.761.951**
Passivo circulante	8.028.280	173	68.965	226.979	2.570.689	10.895.086	7.916.276
Passivo não circulante	22.022.751	12	1.544.730	354.476	4.252.700	28.174.669	26.845.675

Notas Explicativas

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2021	31/03/2020
Receita		
Receita líquida total de segmentos	5.578.727	4.900.976
Eliminação de receitas intersegmentos	(113.297)	(118.662)
Receita líquida consolidada	**5.465.430**	**4.782.314**
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	301.461	301.019
Amortização e depreciação consolidada	**301.461**	**301.019**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	266.498	221.086
Eliminação de receitas intersegmentos	(97.050)	(74.920)
Receita financeira consolidada	**169.448**	**146.166**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(162.520)	(96.988)
Eliminação de despesa intersegmentos	97.050	74.920
Despesa financeira consolidada	**(65.470)**	**(22.068)**
Total do resultado dos segmentos	1.109.559	671.663
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.109.559	**671.663**

	31/03/2021	31/12/2020
Ativo		
Ativo total dos segmentos	47.441.276	47.820.730
Outros valores não alocados	(2.512.421)	(2.257.923)
Total Ativo consolidado	**44.928.855**	**45.562.807**
Passivo		
Passivo total dos segmentos	39.069.755	40.305.061
Outros valores não alocados	(2.512.421)	(2.257.923)
Total passivo consolidado	**36.557.334**	**38.047.138**

Notas Explicativas

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2021 equivale a 101,2% do CDI (104,3 % do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**7.037**	**5.381**	**219.650**	**266.201**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**214.012**	**13.248**	**1.020.839**	**795.901**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	54.254	13.248	822.884	795.306
Operações compromissadas	159.758	-	197.955	595
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante (1)	**221.049**	**18.629**	**1.240.489**	**1.062.102**

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2021 equivale a 120,1% do CDI (150,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**2.496.030**	**2.636.327**	**4.445.595**	**5.561.281**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	11.564	11.510	117.075	128.081
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) [1]	-	-	7.505	10.466
Operações compromissadas em debêntures [2]	-	-	7.961	3.590
Debêntures [3]	2.156.041	2.094.921	-	-
Fundos de Investimentos [4]	30.361	30.409	111.563	75.876
Fundos de Investimentos Exclusivos [5]	**298.064**	**499.487**	**4.108.098**	**5.246.381**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.993	5.829	52.601	52.291
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	231	477	4.052	4.277
Títulos públicos	784	51.946	20.691	572.226
Fundo Multimercado	2.645	2.085	26.698	24.723
Fundo de Renda Fixa	65.188	102.031	989.247	964.277
Letra financeira do Tesouro (LFT)	51.628	106.798	875.028	1.110.326
Letra financeira (LFS)	19.892	114.755	200.751	1.360.586
Letra financeira (LF)	3.899	27.850	96.399	305.535
Letra financeira (LTN)	92.032	4.771	928.785	55.869
Nota do tesouro nacional (NTNB)	58.276	76.127	908.845	720.805
Nota do tesouro nacional (NTNF)	496	6.818	5.001	75.466
Títulos CCBs [6]	-	74.219	-	74.219
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs	-	(74.219)	-	(74.219)
Fundos de Investimentos em direitos creditórios [7]	-	-	93.393	96.887
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados [8]	**2.496.030**	**2.636.327**	**4.445.595**	**5.561.281**
Circulante	137.350	315.399	3.834.274	4.944.045
Não Circulante	2.358.680	2.320.928	611.321	617.236

Notas Explicativas

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - são aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,5% a 100,0% (90,0% a 100,0% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 99,8% (99,7% em 31 de dezembro de 2020) do CDI;

(2) Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 60,0% a 80,0% (65,0% a 80,0% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 60,9% (65,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI e estão lastreadas em debêntures;

(3) Debêntures – refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

(4) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 43,0% a 331,4% (-35,5% a 160,9% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 61,9% (102,6% em 31 de dezembro de 2020) do CDI.

(5) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 84,5% (113,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 140,7% (83,8% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Cataguases e 115,8% (63,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Zona da Mata.

(6) Cédula de Crédito Bancário – títulos CCBs. O título foi cedido para o fundo de investimentos, conforme consta da nota explicativa nº 3.

(7) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034;

(8) Inclui na controladora R$15.548 (R$15.478 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R$295.536 (R$276.991 em 31 de dezembro de 2020) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
Recursos vinculados	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Depósito judicial credores	15.522	15.452	15.522	15.452
Bloqueio Judicial	26	26	6.495	6.482
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	93.393	96.887
Programa Luz para todos	-	-	146.850	116.100
Garantia com comercialização de energia	-	-	10.187	13.194
Conselho do consumidor	-	-	5.205	4.433
Outros	-	-	17.884	24.443
Total	**15.548**	**15.478**	**295.536**	**276.991**

Notas Explicativas

6. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 – transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	31/03/2021	31/12/2020	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (7)	31/03/2021	31/12/2020
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	427.604	-	489.999	96.834	41.326	113.089	(271.377)	897.475	987.443
Industrial	-	-	119.197	-	27.673	6.848	10.980	42.540	(43.010)	164.228	218.238
Comercial	-	-	239.842	-	98.247	19.348	16.438	59.813	(80.703)	352.985	423.368
Rural	-	-	123.961	-	74.165	21.477	23.172	18.947	(24.251)	237.471	249.933
Poder público	-	-	82.516	-	19.832	3.673	2.041	11.074	(14.988)	104.148	109.631
Iluminação pública	-	-	76.621	-	10.712	1.613	2.491	13.771	(16.949)	88.259	57.960
Serviço público	-	-	49.774	-	6.542	10.665	14.961	88.659	(118.652)	51.949	69.631
Serviço taxado	-	-	4.112	-	-	-	-	-	-	4.112	4.112
Fornecimento não faturado	-	-	1.371.983	-	-	-	-	-	-	1.371.983	1.241.052
Fornecimento Liminar	-	-	1.598	-	-	-	-	-	-	1.598	1.598
Arrecadação Processo Classificação	-	-	(11.957)	-	-	-	-	-	-	(11.957)	23.241
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	73.280	185.698	48.014	13.980	11.083	67.664	(167.106)	232.613	260.687
Industrial	-	-	10.653	24.668	5.871	1.244	1.803	25.792	(33.846)	36.185	41.280
Comercial	-	-	23.634	126.438	13.487	4.114	4.119	26.569	(64.796)	133.565	143.747
Rural	-	-	9.751	30.307	5.769	1.962	2.390	6.839	(26.749)	30.269	35.807
Poder público (2)	-	-	14.390	309.583	5.022	1.065	195	6.711	(12.138)	324.828	375.481
Iluminação pública	-	-	4.437	42.498	246	73	198	92	(673)	46.871	56.553
Serviço público	-	-	1.445	12.074	135	5	89	3.530	(3.860)	13.418	9.455
(-) Ajuste valor Presente (2) e (3)	-	-	(475)	(72.177)	-	-	-	-	-	(72.652)	(112.082)
Subtotal-clientes	**-**	**-**	**2.622.366**	**659.089**	**805.714**	**182.901**	**131.286**	**485.090**	**(879.098)**	**4.007.348**	**4.197.135**
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional (4)	-	-	255.238	-	-	-	-	34.589	(2.610)	287.217	500.547
Serviços Especializados	26.996	25.582	31.491	-	4.425	-	-	-	(2.306)	33.610	33.353
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Energia Comercializadora com clientes livres	-	-	102.614	-	-	-	-	-	-	102.614	138.125
Outros (6)	-	-	36.243	-	352.532	40.870	2.486	460.898	(20.830)	872.199	854.481
Total	**26.996**	**25.582**	**3.047.952**	**659.089**	**1.162.671**	**223.771**	**133.772**	**992.778**	**(904.844)**	**5.315.189**	**5.735.842**
Circulante	26.996	25.582								4.049.663	4.474.964
Não Circulante										1.265.526	1.260.878

Notas Explicativas

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas as controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R$13.369 (valores históricos), vencidas a partir das datas de emissão. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança.

Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos.

O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 9 anos, sendo o prazo de 8 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento.

Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a Codevasf empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal.

Em 31 de março de 2021 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acordão do TRF, monta em R$119.662 (R$118.162 em 31 de dezembro de 2020), que inclui R$1.500 (R$17.024 em 31 de dezembro de 2020) de atualização monetária, reconhecidos na receita financeira- outros, naquela data. No período findo de 31 de março de 2021 foram contabilizados atualização monetária de mais R$1.500. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$23.587 (R$23.332 em 31 de dezembro de 2020), contabilizados na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações; e

(ii) A controlada EMT- realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, liquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). Em 31 de março de 2021 o valor a receber referente a esse crédito monta em R$86.577 (R$86.271 em 31 de dezembro de 2020). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$16.927 (R$21.263 em 31 de dezembro de 2020), contabilizados na demonstração de resultado do período/exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(3) Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI de 2,23% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020);

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercializção de Energia Elétrica – CCEE, que se apresenta como segue:

	Consolidado	
Composição dos créditos da CCEE	31/03/2021	31/12/2020
Saldos a vencer	255.238	470.840
Créditos vinculados a liminares [a]	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE [*]	**289.827**	**505.429**
(-) Aquisição de energia na CCEE	(276.016)	(761.598)
(-) Encargos de serviços do sistema	(122.455)	(49.617)
Total débitos CCEE	**(108.644)**	**(305.786)**

(*) O subtotal de R$289.827 (R$505.429 em 31 de dezembro de 2020) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R$2.610 (R$4.882 em 31 de dezembro de 2020).

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha

Notas Explicativas

os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201 (R$12.201 em 31 de dezembro de 2020), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado;

(6) Outros - inclui o montante de R$520.575 (R$490.704 em 31 de dezembro de 2020) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre criculação de mercadora e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores;

(7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial - circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	**1.126.406**	**872.812**
(Reversões) Provisões constituídas no período/exercício (*)	(94.415)	380.390
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(5.776)	(126.796)
Saldo final - circulante -31/03/2021 e 31/12/2020	**1.026.215**	**1.126.406**
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	904.844	845.345
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 7)	9.750	71.151
Outros créditos (nota explicativa nº 12)	111.621	209.910
Saldo final	**1.026.215**	**1.126.406**

(*) Segue detalhamento da movimentação das provisões - consolidado:

	31/12/2020	Constituição	Reversão	Efeito líquido	31/03/2021
Clientes e consumidores (*)	845.345	96.414	(36.915)	59.499	904.844
Títulos e créditos (**)	71.151	1.564	(62.965)	(61.401)	9.750
Outros créditos (**)	209.910	-	(98.289)	(98.289)	111.621
Total	1.126.406	97.978	(198.169)	(100.191)	1.026.215

(*) Inclui reversão de R$ 33.323 no trimestre decorrente dos esforços e melhoras dos índices de cobrança, conforme indicado na nota explicativa nº 1.1.

(**) As operações do fundo não produziram efeitos no resultado da Companhia, todavia, em decorrência de melhores perspectivas de recebimento e outras formas estruturadas de monetização, proporcionadas pela contratação de uma estrutura dedicada, independente e especializada, através dos FIDCs que hoje detém esses ativos, permitiu uma ação contundente de cobrança junto aos créditos inadimplidos gerando uma nova expectativa de recuperabilidade desses ativos.

Notas Explicativas

7. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	5.064	5.981
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	99.837	69.664
Títulos de créditos a receber (2 e 3)	25	25	34.428	43.567
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(9.750)	(71.151)
Ajuste a valor presente (1, 2 e 3)	-	-	(22.647)	(22.708)
Total	**25**	**25**	**106.932**	**25.353**
Circulante	25	25	8.636	13.591
Não circulante	-	-	98.296	11.762

Em 31 de março de 2021, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	31/03/2021	31/03/2021
Vencidos	-	8.102
2021	25	1.599
2022	-	9.138
2023	-	3.394
2024 em diante	-	94.449
Total	**25**	**116.682**

(*) Demonstrado líquido do ajuste a valor presente.

(1) Controlada indireta EMT

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R$5.064 (R$5.981 em 31 de dezembro de 2020):

(i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública – Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R$5.064 (R$5.981 em 31 de dezembro de 2020) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 56 parcelas, restando 11 parcelas, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R$6 (R$9 em 31 de dezembro de 2020), utilizando a taxa média anual de CDI 2,23% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Precatório de Órgãos Públicos Municipais

- **Precatório da Prefeitura Municipal de Juscimeira - R$7.456 (R$7.457 em 31 de dezembro de 2020):**

Em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios, a Companhia renegociou os títulos precatórios da Prefeitura de Juscimeira. O valor acordado foi de R$8.456, com entrada de R$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, com juros de 0,4% a.m., sendo a primeira vencendo em abril de 2021.

Notas Explicativas

- **Precatório de Prefeituras Municipais – R$92.381**

Em janeiro de 2021, conforme maior detalhamento na nota explicativa nº 3, as controladas efetuaram cessão de títulos precatórios ao FIDC. Em 31 de março de 2021, o montante dos créditos cedidos a valor justo nas demonstrações consolidadas é conforme segue:

Precatórios	31/03/2021
Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	55.845
Prefeitura Municipal de Cáceres	1.310
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	2.462
Serviço de Água e Esgoto de rio Branco	17.881
Prefeitura de Guarajá-Mirim	3.024
Prefeitura de Manhuaçu	2.248
Prefeitura Porto Nacional	1.212
Prefeitura de Taguatinga	1.070
Prefeitura de Mirinorte	322
Prefeitura de Cachoeirinha	230
Prefeitura de Divinópolis	146
Prefeitura de Santa Fé do Tocantins	87
Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus	63
Prefeitura de Colméia	34
Outros Municípios	6.447
Total	**92.381**

(2) Títulos de créditos a receber – R$34.428 (R$43.567 em 31 de dezembro de 2020):

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 31 de março de 2021 saldo de R$1.625 (R$1.625 em 31 de dezembro de 2020) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

(i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R$44.034 (R$44.034 em 31 de dezembro de 2020), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R$21.400 (R$21.400 em 31 de dezembro de 2020) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R$22.633 (R$22.633 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R$3.113 (R$3.111 em 31 de dezembro de 2020). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R$762 (R$762 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R$1.451 (R$1.900 em 31 de dezembro de 2020), é como segue:

(i) R$1.287 (R$5.700 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica e o montante de R$164 (R$356 em 31 de dezembro de 2020) referente à outros títulos de créditos.

Notas Explicativas

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R$13 (R$13 em 31 de dezembro de 2020) e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R$8 (R$66 em 31 de dezembro de 2020) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

(3) Controladora e demais controladas:

(i) Na controladora o montante de R$25 (R$25 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à títulos a receber junto a Raizen do Brasil, enquanto no consolidado inclui R$5.578 (R$6.354 em 31 de dezembro de 2020) referente a outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.

(ii) A controlada ERO constituiu no período perda do valor recuperável de R$6.063 (R$4.501 em 31 de dezembro de 2020) e ajuste a valor presente de R$105 em 31 de dezembro de 2020.

8. Dividendos a receber

Controladas	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	-	567
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	304	304
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	-	8.586
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	2.026
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	-	17.977
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	-	2.154
Energisa Soluções S/A	1.109	1.109
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	19.614
Energisa Participações Minoritários S/A	22.452	22.452
Total - Ativo Circulante	**23.865**	**74.789**

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	329.492	316.148
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	144.753	150.367	474.686	424.347
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.972	7.410	99.645	77.271
Contribuições ao PIS e a COFINS	787	865	163.615	204.267
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	-	-	1.088.797	1.065.087
Outros	345	344	59.526	57.414
	153.857	**158.986**	**2.215.761**	**2.144.534**
Circulante	32.118	58.370	727.003	674.326
Não circulante	121.739	100.616	1.488.758	1.470.208

(*) As controladas EPB, EBO, ETO, ESS e ESE possuem créditos de PIS e de COFINS a recuperar no montante de R$1.088.797 (R$1.065.087 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$465.205 (R$449.919 em 31 de dezembro de 2020), R$75.254 (R$72.030 em 31 de dezembro de 2020), R$251.828 (R$250.926 em 31 de dezembro de 2020), R$29.819 e R$266.691 (R$29.729 e R$262.483 em 31 de dezembro de 2020) respectivamente, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições em face das ações judiciais com trânsito em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que no período montou em R$8.165 somando um valor de R$92.398 (R$84.233 em 31 de dezembro de 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período. Os valores das controladas ESE e ESS foram reconhecidos em junho de 2020. As controladas estabelecerão procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 31.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e

Notas Explicativas

contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

10.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07/07/2020	4,87%	12/07/2020
EMG (*)	Resolução 2.696, de 17/06/2020	6,41%	22/06/2020
EBO	Resolução 2.665, de 28/01/2020	-1,78%	04/02/2020
ENF (*)	Resolução 2.698, de 17/06/2020	2,39%	22/06/2020
EPB	Resolução 2.763, de 27/08/2020	4,28%	28/08/2020
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
ESE (*)	Resolução 2.678, de 20/04/2020	1,20%	22/04/2020
EMS (*)	Resolução 2.671, de 07/04/2020	6,90%	08/04/2020
EMT (*)	Resolução 2.672, de 07/04/2020	2,47%	08/04/2020
ERO	Resolução 2.648, de 10/12/2019	0,11%	13/12/2019
EAC	Resolução 2.649, de 10/12/2019	-4,24%	13/12/2019

(*) As resoluções nº 2.671, 2.672, 2.678, 2.696 e 2.698, devido a pandemia do COVID-19, permitiram o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 das controladas EMS, EMT, ESE, EMG e ENF tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético – CDE em iguais montantes financeiros. Os reajustes tarifários foram aplicados a partir do 01 de julho de 2020.

10.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.832, de 02/02/2021	5,21%	04/02/2021
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO (*)	Resolução 2.819 de 08/12/2020	-11,29%	13/12/2020

Notas Explicativas

EAC (*)	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

(*) Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

10.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória n°2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2021	31/12/2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde

10.4 Outros assuntos regulatórios

10.4.1 Sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o

Notas Explicativas

descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R$4.495 (R$4.495 em 31 de dezembro de 2020) que deverão ser compensados.

Para o 1º trimestre de 2021, as controladas distribuidoras de energia EMT, EMG e EAC, vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), sem expectativa de prejuízo para o Grupo. No intuito de minimizar os impactos de sobrecontração a Companhia e suas controladas vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores. Estima-se que as demais controladas EMS, EPB, ERO, ESS, ESE, ETO, EBO e ENF encerrarão 2021 dentro do limite regulatório.

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais – Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2020	Receita Operacional		Adesão Covid (12)	Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 31/03/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização		Remuneração						
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	72.016	9.329	(2.552)	(2.499)	(1.327)	(12.358)	62.609	381	62.228	37.058	25.551
Transporte de energia elétrica - Rede básica	88.721	78.462	(5.583)	(679)	74	(1.770)	159.225	10.842	148.383	138.602	20.623
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	8.163	15.872	1.470	(63)	94	(245)	25.291	4.574	20.717	22.054	3.237
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.421	6.215	(242)	-	2	34	11.430	165	11.265	10.015	1.415
Conta de desenvolvimento energético - CDE	52.462	71.129	(9.384)	(2.173)	(54)	625	112.605	38.584	74.021	102.494	10.111
Encargo de serviços de sistema ESS	158.380	228.911	30.369	(1.237)	1.263	(1.094)	416.592	118.690	297.902	349.762	66.830
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	13.368	2.576	(4.307)	-	(213)	211	11.635	4.620	7.015	10.475	1.160
Sobrecontratação de energia (4)	64.126	(45.515)	-	-	(550)	7.291	25.352	-	25.352	6.907	18.445
CUSD	5.582	1.329	(605)	-	13	(1.162)	5.157	1.263	3.894	4.385	772
Exposição de submercados (6)	55.513	50.428	(9.158)	(1.329)	(312)	(505)	94.637	12.214	82.423	72.943	21.694
RGR designadas (7)	727.130	-	-	-	(6.032)	(721.098)	-	-	-	-	-
Garantias financeiras (8)	4.855	1.063	(1.113)	-	16	-	4.821	1.338	3.483	4.059	762
Saldo a compensar (9)	16.163	(1.707)	(2.283)	-	277	49	12.499	4.044	8.455	11.898	601
Efeitos postergação tarifárias (10)	-	-	-	-	(354)	354	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (11)	676	-	-	-	(829)	829	676	-	676	495	181
Total Ativo	**1.272.576**	**418.092**	**(3.388)**	**(7.980)**	**(7.932)**	**(728.839)**	**942.529**	**196.715**	**745.814**	**771.147**	**171.382**

Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2020	Receita Operacional		Adesão Covid (12)	Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 31/03/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização		Remuneração						
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	473.377	(14.992)	(45.225)	-	(1)	(12.358)	400.801	314.338	86.463	395.223	5.578
Transporte de energia elétrica - Rede básica	50.495	1.695	18.725	-	(16)	(1.770)	69.129	57.150	11.979	67.500	1.629
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	11.560	-	(2.757)	-	-	(245)	8.558	8.558	-	8.558	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	54.211	(15.552)	(20.373)	-	31	(1.094)	17.223	17.223	-	17.223	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	64.810	(12.900)	14.012	-	(46)	625	66.501	56.016	10.485	66.447	54
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.878	-	1.994	-	-	34	6.906	6.906	-	6.906	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	84.600	(17.453)	(16.571)	-	47	211	50.834	10.471	40.363	48.129	2.705
Sobrecontratação de energia (4)	131.167	66.657	(34.882)	-	(173)	7.291	170.060	39.103	130.957	118.151	51.909
Devoluções Tarifárias (5)	291.000	28.056	(8.167)	-	2.688	-	313.577	13.198	300.379	28.257	285.320
CUSD	179	6.305	(153)	-	19	(1.162)	5.188	26	5.162	4.027	1.161
Exposição de submercados (6)	106.847	(5.719)	36.524	-	(61)	(505)	137.086	132.973	4.113	137.086	-
Saldo a compensar (9)	8.034	825	(3.243)	-	9	49	5.674	2.806	2.868	5.079	595
Efeitos postergação tarifárias (10)	11.239	(157)	-	-	(280)	354	11.156	-	11.156	11.156	-
Outros itens financeiros (11)	214.418	229	(16.067)	-	-	829	199.409	45.012	154.397	199.409	-
Total Passivo	**1.506.815**	**36.994**	**(76.183)**	**-**	**2.217**	**(7.741)**	**1.462.102**	**703.780**	**758.322**	**1.113.151**	**348.951**
Saldo líquido	**(234.239)**	**381.098**	**72.795**	**(7.980)**	**(10.149)**	**(721.098)**	**(519.573)**	**(507.065)**	**(12.508)**	**(342.004)**	**(177.569)**

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA) -** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.

Notas Explicativas

(3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

(4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente**) - as distribuidoras de energia devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

(5) **Devoluções tarifárias -** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

(6) **Exposição de submercados -** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados;

(7) **RGR designada -e**m julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. A ANEEL por meio do ofício 242 de junho de 2018 definiu que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos referentes aos aportes da RGR, mediante a sinalização do regulador. A Companhia constituiu Ativo Regulatório no mesmo montante das parcelas recebidas até novembro de 2018. O contrato de concessão 003/2018 assinado em 6 de dezembro de 2018 prevê que os recursos recebidos da RGR serão pagos mensalmente, em parcelas iguais, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão;

A Companhia ofertou 21% para ERO e 31% para EAC, de deságio sobre o saldo devedor dos empréstimos da RGR no montante de R$169.205, sendo R$101.038 e R$52.454, respectivamente captados até maio de 2018 conforme edital do leilão;

Em março de 2021 as controladas efetuaram a liquidação dos saldos de empréstimos e financiamentos tomados com recursos da reserva global de reversão (RGR) na totalidade de acordo com a Lei 14.120 de 01 de março de 2021 que extinguiu a obrigação de pagamento dos valores referentes aos Empréstimos a Designadas que fariam jus ao reconhecimento tarifário e foram realizados junto a Conta Reserva Global de Reversão (RGR), limitado ao montante correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio.

(8) **Garantias financeiras -** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;

(9) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior** - conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;

(10) **Efeitos postergação tarifárias** - devido a pandemia do COVID-19, as controladas EMT, EMS, ESE, EMG e ENF passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste à partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético – CDE em iguais montantes financeiros;

(11) **Outros itens financeiros -** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC e diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020; e

(12) **Adesão da conta COVID -** as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R$1.359.388, dos quais R$5.461 correspondem ao diferimentos e parcelamentos da demanda contratada do Grupo A, R$121.089 de antecipação do ativo financeiro setorial relativo a Parcela B e R$1.232.838 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais e demais itens constantes.

Até 12 de janeiro de 2021, foram recebidos o montante de R$1.359.388 da CONTA-COVID pelas controladas distribuidoras de energia.

Notas Explicativas

Segue os valores contratados pelas controladas:

					Entrada de recursos							
Controladas	Parcelamentos de demanda (grupo A)	Adiantamento parcela B	Ativo financeiro setorial	Total	31/7/2020 (1)	12/8/2020 (2)	14/09/2020 (3)	13/10/2020 (4)	12/11/2020 (5)	14/12/2020 (6)	28/12/2020 (7)	12/01/2021 (8)
Energisa Mato Grosso	-	-	377.985	377.985	206.454	31.347	41.691	11.994	39.830	22.284	24.385	-
Energisa Mato do Grosso do Sul	-	-	296.268	296.268	231.492	24.574	21.279	9.293	9.630	-	-	-
Energisa Tocantins	-	-	36.560	36.560	23.163	4.046	-	-	142	3.723	5.487	-
Energisa Sul Sudeste	-	-	97.396	97.396	97.396	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Paraíba	-	-	86.992	86.992	61.996	11.637	8.348	5.011	-	-	-	-
Energisa Sergipe	-	-	46.995	46.995	46.995	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Minas Gerais	-	-	49.949	49.949	49.315	634	-	-	-	-	-	-
Energisa Borborema	-	-	13.158	13.158	5.795	1.404	1.708	1.279	1.636	1.335	-	-
Energisa Nova Friburgo	-	-	6.963	6.963	6.738	225	-	-	-	-	-	-
Energisa Rondônia	3.964	71.410	205.425	280.799	201.402	8.011	19.902	13.384	2.801	27.319	-	7.980
Energisa Acre	1.497	49.679	15.147	66.323	66.323	-	-	-	-	-	-	
Total	5.461	121.089	1.232.838	1.359.388	997.069	81.878	92.928	40.961	54.039	54.661	29.872	7.980

(1) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020;
(2) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020;
(3) Despacho ANEEL nº 2.640, de 11 de setembro de 2020;
(4) Despacho ANEEL nº 2.914, de 09 de outubro de 2020;
(5) Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020;
(6) Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020;
(7) Despacho ANEEL nº 3.621, de 21 de dezembro de 2020; e
(8) Despacho ANEEL nº 46, de 11 de janeiro de 2021.

A criação da CONTA-COVID, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.
O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

Notas Explicativas

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC [1]	-	-	14.598	15.902
Aquisição de combustível p/ conta CCC [2]	-	-	3.664	4.417
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 [3]	-	-	147.021	174.307
Créditos CCC - ICMS a receber EAC [4]	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	**221.100**	**250.443**
Subvenção Baixa Renda [5]	-	-	96.311	89.303
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	189.025	178.650
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	34.639	18.573
Ordens de desativação em curso	-	-	185	7.526
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.341	1.341
Adiantamentos a fornecedores e empregados	644	1.319	136.984	63.654
Subvenção CDE - Desconto Tarifário [6]	-	-	192.702	176.171
Banco Daycoval [7]	-	-	176.791	176.791
Outros créditos a receber - CELPA [8]	-	-	55.832	56.716
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.254	8.254
Despesas pagas antecipadamente	5.797	8.361	62.819	63.379
Contas a receber de venda das empresas de geração [9]	150.497	150.497	150.497	150.497
Créditos a receber de terceiros [10]	-	-	56.531	45.282
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT [11]	-	-	2.220	20.390
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	10.843	3.962
Adiantamentos - Inergus [12]	-	-	80.024	79.354
Indenização à concessão - AIC indenizável [13]	-	-	336.656	328.745
Indenização à concessão - sobras Físicas [14]	-	-	100.277	98.054
Títulos de créditos cedidos ao FIDC [15]	200.000	-	86.304	-
Outros [16]	35.692	33.019	88.707	92.959
Subtotal	**392.630**	**193.196**	**2.091.302**	**1.913.304**
Provisão para perdas esperadas	-	-	(176.791)	(176.791)
Total	**392.630**	**193.196**	**1.914.511**	**1.736.513**
Circulante	42.134	42.699	1.141.170	1.167.201
Não circulante	350.496	150.497	773.341	569.312

Notas Explicativas

(1) **Sub rogação CCC** - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					31/03/2021	31/12/2020
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	20.619	11.635	12.795
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.991	2.924	3.068
Total		**53.125**	**41.782**	**27.184**	**14.598**	**15.902**
Circulante					**6.732**	**5.374**
Não Circulante					**7.866**	**10.528**

(2) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. O saldo a receber nessa rubrica em 31 de março de 2021 é de R$3.664 (R$4.417 em 31 de dezembro de 2020).

(3) **CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Em março de 2021 foram recebidos o montante de R$70.932 pela controlada EAC referente aos meses de janeiro a março/2021. A controladora ERO não teve recebimento.

(4) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A administração tem expectativa de estar realizando o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(5) **Subvenção Baixa renda** – referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de fevereiro e março de 2021, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	**4.482**	**340**	**8.456**	**16.135**	**1.740**	**8.307**	**6.974**	**7.609**	**4.332**	**3.200**	**11.165**	**72.740**
Subvenção baixa renda	29.321	3.336	72.750	144.605	15.680	81.049	65.108	72.225	31.526	31.452	24.416	571.468
Ressarcimento realizados pela CCEE	(28.435)	(3.229)	(71.701)	(141.526)	(15.307)	(79.286)	(63.555)	(70.305)	(30.740)	(26.802)	(24.019)	(554.905)
Saldos consolidados em 31/12/2020	**5.368**	**447**	**9.505**	**19.214**	**2.113**	**10.070**	**8.527**	**9.529**	**5.118**	**7.850**	**11.562**	**89.303**
Subvenção baixa renda	6.147	695	14.297	28.927	3.189	15.183	12.550	14.686	6.232	6.098	4.829	112.833
Ressarcimento realizados pela CCEE	(6.055)	(671)	(14.217)	(28.760)	(3.159)	(15.057)	(12.699)	(14.372)	(6.128)	-	(4.707)	(105.825)
Saldos consolidados em 31/03/2021	**5.460**	**471**	**9.585**	**19.381**	**2.143**	**10.196**	**8.378**	**9.843**	**5.222**	**13.948**	**11.684**	**96.311**

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Notas Explicativas

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	EPA I	EPA II	EGO	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	**7.880**	**591**	**1.955**	**17.087**	**(68)**	**39.656**	**14.518**	**20.249**	**29.921**	**4.312**	**587**	**-**	**-**	**-**	**136.688**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	54.044	3.436	39.912	92.244	6.358	314.254	75.935	156.379	88.861	68.499	14.350	-	-	1.129	915.401
Ressarcimento realizados pela CCEE	(50.522)	(3.583)	(41.611)	(91.607)	(7.462)	(282.205)	(73.947)	(161.630)	(99.360)	(50.251)	(12.845)	-	-	(895)	(875.918)
Saldos consolidados em 31/12/2020	**11.402**	**444**	**256**	**17.724**	**(1.172)**	**71.705**	**16.506**	**14.998**	**19.422**	**22.560**	**2.092**	**-**	**-**	**234**	**176.171**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	11.426	955	8.136	22.453	2.070	73.883	16.091	37.683	25.029	11.608	3.278	522	12	348	213.494
Ressarcimento realizados pela CCEE	(12.539)	(789)	(9.470)	(21.547)	(1.496)	(66.167)	(18.498)	(37.877)	(24.497)	(99)	(3.332)	(300)	-	(352)	(196.963)
Saldos consolidados em 31/03/2021	**10.289**	**610**	**(1.078)**	**18.630**	**(598)**	**79.421**	**14.099**	**14.804**	**19.954**	**34.069**	**2.038**	**222**	**12**	**230**	**192.702**

(7) **Banco Daycoval** – refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas. Conforme divulgado na nota explicativa nº 3, as Controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R$176.791 referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos, de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S/A aportaram recursos no fundo.

(8) **Outros créditos a receber da Celpa** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(9) **Contas a receber de venda das empresas de geração** – a Energisa possui o montante a receber de R$113.500, contabilizados a valores históricos em seu ativo não circulante pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica ocorrido no ano de 2015, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e \venda, firmados com a compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners.

Desde o ano de 2015, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com expectativa de encerramento para o ano de 2021.

O objeto da controvérsia refere-se ao direito contratual puro e simples de um evento completo e acabado (a compra e venda das SPEs) e que não tem caráter contingente na discussão arbitral, somente uma mediação de uma divergência contratual, sendo a sentença arbitral inequívoca e inquestionável. Além disso, a decisão arbitral é a melhor avaliação disponível para o cumprimento dos requisitos do contrato de compra e venda.

Em 20 de agosto de 2020, as partes apresentaram manifestação acerca do cálculo de liquidação do valor da condenação e em 16 de dezembro de 2020, foi proferida Ordem Processual encerrando a fase instrutória da liquidação de sentença, e, portanto, declarando não haver necessidade de produção de novas provas e informando que a sentença será proferida no prazo previsto no Termo de Arbitragem, contado a partir de 15 de dezembro de 2020, data da última manifestação das partes.

Tendo em vista o reconhecimento pela empresa compradora em sua manifestação de que o valor devido seria de R$150.497, correspondente ao valor mínimo a ser recebido pela Companhia, a Administração procedeu a reversão da incontroversa de R$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2020, considerando o valor mínimo a ser recebido. Em 30 de abril de 2021 o tribunal arbitral condenou a compradora a pagar a Energisa S/A o valor histórico a ser corrigido pelo IPCA acrescido de juros de 1%.a.m desde 22 de outubro de 2016. A Administração aguarda os desfechos finais da sentença arbitral para reconhecer a totalidade do ativo.

(10) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(11) **Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras -** a controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche

Notas Explicativas

da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(12) **Adiantamento INERGUS** - refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(13) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** – refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas reconheceram no ativo não circulante a indenização a concessão em contrapartida da rubrica de Obrigações especiais vinculadas a concessão – pendente de recebimento, no consolidado no valor de R$317.267, sendo R$232.497 e R$84.770 de ERO e EAC, respectivamente, além de R$11.478 em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período consolidado. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic a serem iniciadas no exercício de 2021. O saldo em 31 de março de 2021 é de R$336.656 (R$328.745 em 31 de dezembro de 2020).

(14) **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, , através das Notas Técnicas nº 219/2020 e n°220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas reconheceram no ativo circulante e não circulante a indenização a concessão em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais no total de R$87.613, sendo R$48.339 e de R$39.274, de ERO e EAC, respectivamente, além de R$10.441 em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic, a serem iniciadas a partir do mês de março de 2021. O saldo em 31 de março de 2021 é de R$100.277 (R$98.054 em 31 de dezembro de 2020), que inclui R$2.223 de atualização financeira contabilizado na demonstração do resultado do período.

(15) Títulos créditos cedidos ao FIDC (conforme operação divulgada na nota explicativa nº3) – ações judiciais e títulos de recuperação liquido de perdas esperadas de R$85.681 no consolidado.

(16) Outros - inclui, na controladora R$803 (R$1.066 em 31 de dezembro de 2020) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R$25.940 (R$33.119 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,50% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (86,23% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2021	31/12/2020
	Ativo	Ativo
Clientes, consumidores e concessionárias – Serviços especializados	26.996	25.582
Outros Créditos – outros -Comissão de aval	803	1.066
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.156.041	2.094.921
Mútuos (1):		
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.688	2.625
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	38.500	36.866
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	84.200	80.458
. Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (1)	142.322	140.488
. Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A (1)	785.203	539.968
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	103.457	102.552
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	2.085	2.066
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	51.806	51.352
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (1)	16.635	16.490
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	36.219	35.771

Notas Explicativas

Controladora	31/03/2021	31/12/2020
	Ativo	Ativo
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	272.670	269.289
Total - não circulante	**1.535.785**	**1.277.925**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):		
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	10
. Parque Eólico Sobradinho S/A	470	370
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	1.080	1.080
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	7	6
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	7	6
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	7	6
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	7	6
. Energisa Transmissora de Energia S/A	3.475	3.475
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	520	470
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	200	150
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	1.392	747
. Voltz Capital S.A.	3.548	1.313
	10.723	**7.639**
Total	**3.730.348**	**3.407.133**

(1) **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,3785 a.a. (CDI + 0,4084 a.a. em 31 de dezembro de 2020), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a. e para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power;

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta;

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a divida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e

(4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2022
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2022
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora		Serviços administrativos prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (4)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A		3.523	4.171	1.343	93.282
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A		8.675	7.597	5.162	226.742
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A		4.339	4.801	2.230	125.181
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A		1.345	951	1.280	16.055
. Energisa Soluções S/A		683	-	272	-
. Energisa Nova Friburgo -Distribuidora de Energia S/A		328	750	155	10.693
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A		14.226	8.143	6.616	295.497
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A		8.381	3.947	3.938	187.781
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A		5.944	6.667	2.808	251.537
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.		7.047	6.848	2.954	249.627
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.		345	-	148	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia		-	1.664	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A		532	-	186	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.		2	-	5	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A		1	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.		219	406	179	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A		-	-	1	-
. Gipar S/A (2)		-	(2.148)	-	-
. Rede Energia Participações S/A		-	3.742	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A		4.064	23.395	1.719	459.279
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A		1.781	9.314	758	241.170
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A		-	24	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A		-	1.168	-	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A		-	585	-	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A		-	188	-	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A		-	-	2	-
. Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.		-	3.071	-	-
. Fundo de investimento em Cotas (FIC - FIDC) (5)		-	178.688	-	-
. Alsol Energias Renováveis S/A		19	-	13	-
	31/03/2021	**61.454**	**263.972**	**29.769**	**2.156.844**
	31/12/2020	**-**	**-**	**28.350**	**2.095.987**
	31/03/2020	**64.067**	**53.970**	**-**	**-**

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2020, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R$8.590, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 31 de março de 2021 foram contabilizados R$2.148 (R$11.212 em 31 de dezembro de 2020) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 31 de março de 2021 é de R$3.579 que será reconhecido até agosto de 2021;

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de março de 2021 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato; e

Notas Explicativas

(4) A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

Descrição	Debêntures emitidas pelas controladas											
	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	ERO	EAC	Total
Taxa de remuneração média	IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,6601% a.a.	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,1074% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75%	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75%	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75%	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75%	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75%	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,4744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	-
Vencimentos	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024 e 2027	Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e out/2022, 2024, 2027 e 2030	Out/2027e 2030	Out/2027 e 2030	Abr/2026 e out/202 e 20307	Abr/2026 e Out/2027 e 2030	-
Saldos em 31/03/2021	295.497	187.781	251.537	249.627	226.366	125.050	93.150	15.951	10.633	459.279	241.170	2.156.041
Saldos em 31/12/2020	287.354	183.834	244.870	242.779	221.212	122.371	90.735	15.389	10.259	443.324	232.794	2.094.921

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2021 monta em R$803 (R$1.066 em 31 de dezembro de 2020).

(5) Fundo de Investimentos – FIDC – referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos comentados na nota explicativa nº 3.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração Anual [(a)]	8.139	8.911	72.116	80.193
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	243	254	1.295	1.277
Remuneração da Diretoria	518	349	6.347	4.825
Outros Benefícios [(b)]	349	294	4.582	2.847

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores do exercício de 2020 foi aprovado em AGO/E de 28 de abril de 2020. Em AGO/E de 28 de abril de 2021 foi aprovado novo limite global de remuneração de R$72.116.
(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de março de 2021, foram de R$101 e R$2 na controladora e R$166 e R$2 no consolidado (R$101 e R$2 na controladora e R$101 e R$2 no consolidado em 31 de março de 2020), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2021 foi de R$23 na controladora e R$36 no consolidado (R$21 na controladora e R$16 no consolidado em 31 de março de 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as Controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Notas Explicativas

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora			Consolidado		
	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	62.584	50.913	58.277	234.703	205.302	206.204
Data da aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021
Data de início *vesting*	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020
Opções de ações prescritas	6.377	5.452	-	18.360	5.452	-
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco [(a)]	8,2%	7,7%	5,27%	8,2%	7,7%	5,27%
Volatilidade [(b)]	29,29%	25,06%	50,51%	29,29%	25,06%	50,51%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97	R$43,69	R$44,25	R$54,97	R$43,69

(a) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022. Para 3º programa taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023.

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2021. A partir do segundo trimestre de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuaram o valor justo das ações *(units)* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo de 31 de março de 2021, foram contabilizados R$2.231 (R$1.091 em 31 de março de 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R$551 (R$318 em 31 de março de 2020) e R$1.680 (R$773 em 31 de março de 2020) na controladora e no consolidado, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de março de 2021 foi de R$16.822 (R$14.591 em 31 de dezembro de 2020).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediarias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediarias de R$119.505 (R$106.847 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R$3.183.116 (R$3.123.983 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativo		
Prejuízos fiscais	196.079	195.977
Base negativa da contribuição social	72.816	72.852
Diferenças temporárias	1.018.184	1.156.797
Total - ativo não circulante	**1.287.079**	**1.425.626**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	254.406	235.300	3.369.638	3.396.204
Contribuição Social	91.586	84.708	1.213.070	1.222.633
Total - passivo não circulante	**345.992**	**320.008**	**4.582.708**	**4.618.837**
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	**(345.992)**	**(320.008)**	**(3.295.629)**	**(3.193.211)**

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado da dívida	(77.100)	(26.214)	2.178	741
Outras exclusões/adições	2.524	858	(331)	(113)
Total - Passivo Não Circulante	**(1.017.621)**	**(345.992)**	**(941.198)**	**(320.008)**

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	784.315	196.079	783.907	195.977
Base negativa da contribuição social	809.063	72.816	809.462	72.852
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	736.638	250.457	792.870	269.576
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	888.308	302.025	889.724	302.506
Créditos fiscais - ágio (1)	209.544	71.245	215.700	73.338
Provisão ajuste atuarial	739.405	251.398	730.151	248.251
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	317.094	107.812	465.744	158.353
Marcação a mercado da dívida	45.653	15.522	237.407	80.718
Outras adições temporárias	58.017	19.725	70.751	24.055
Intangível - mais valia (2)	(7.221.539)	(2.455.323)	(7.295.739)	(2.480.551)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.437.058)	(488.600)	(1.315.186)	(447.163)
Ajustes a valor presente (4)	(2.305.700)	(783.938)	(2.302.384)	(782.811)
Marcação a mercados - derivativos	(1.148.516)	(390.495)	(1.246.315)	(423.747)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(84.736)	(28.810)	(89.317)	(30.368)
Remuneração do ativo de contrato	(147.950)	(50.303)	(127.755)	(43.435)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Ganhos pelo valor de indenização	-	-	(76.672)	(26.068)
Total	**(8.814.730)**	**(3.269.861)**	**(8.589.104)**	**(3.193.211)**
Total - Ativo Não Circulante	4.662.221	1.312.302	4.995.716	1.425.626
Total - Passivo Não Circulante	(13.476.951)	(4.582.163)	(13.584.820)	(4.618.837)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

(1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R$71.245 (R$73.338 em 31 de dezembro de 2020) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.

(2) Intangível mais valia - inclui R$1.795.434 (R$1.811.690 em 31 de dezembro de 2020) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R$16.256 (R$65.027 em 31 de dezembro de 2020) de amortização realizada no período.

(3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF, ESS e ETO que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Notas Explicativas

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2021	91.951
2022	131.579
2023	112.391
2024	99.796
2025	98.603
2026 a 2027	214.448
2028 a 2030	538.311
Total	**1.287.079**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	845.748	570.840
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(287.554)	(194.086)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	199.475	57.756
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	68.370	149.768
Créditos tributários não constituído	(6.276)	(11.255)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(25.985)**	**2.183**
Alíquota efetiva	3.07%	0,38%

(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.109.559	671.663
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(377.250)	(228.365)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(1.406)	-
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM e SUDENE (1)	82.605	29.220
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	68.370	149.768
Efeito do regime tributário - lucro presumido	9.851	11.553
Créditos tributários de períodos anteriores não constituídos	8.516	(52.291)
Outras exclusões / (adições) permanentes (2)	(26.908)	158
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(236.222)**	**(89.957)**
Alíquota efetiva	21,29%	13,39%

(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

(1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Notas Explicativas

As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, junto a SUDENE. As controladas EMT e ETO, ainda aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei n°13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R$82.605 (R$29.220 em 31 de março de 2020). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa n°30.3).

(2) Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pelas Companhia controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

15. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

15.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica)

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$131.380 (R$27.925 em 31 de março de 2020).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2020	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 31/03/2021
Energisa Minas Gerais (EMG)	46.005	230	(5)	910	47.140
Energisa Paraíba (EPB)	762.906	31.886	(564)	15.324	809.552
Energisa Sergipe (ESE)	543.617	4.597	(244)	10.685	558.655
Energisa Nova Friburgo (ENF)	6.714	57	(1)	133	6.903
Energisa Borborema (EBO)	83.806	1.865	(31)	1.682	87.322
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	55.711	(3.512)	62.171	3.298.195
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	23	-	792	40.970
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	10.645	(236)	24.606	1.286.695
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	13.551	(124)	2.189	117.041
Energisa Rondônia (ERO)	31.546	761	(1.750)	11.204	41.761
Energisa Acre (EAC)	10.717	276	(1.420)	1.684	11.257
Saldo Não Circulante	**6.062.396**	**119.602**	**(7.887)**	**131.380**	**6.305.491**

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2019	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 31/12/2020
Energisa Minas Gerais (EMG)	31.232	13.486	(10)	1.297	46.005
Energisa Paraíba (EPB)	640.976	96.162	(680)	26.448	762.906
Energisa Sergipe (ESE)	466.695	56.622	(1.010)	21.310	543.617
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.927	2.649	(23)	161	6.714
Energisa Borborema (EBO)	74.014	6.967	(151)	2.976	83.806
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	395.689	(15.059)	113.759	3.183.825
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.792	(110)	5.176	40.155
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	114.844	(2.740)	44.129	1.251.680
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	36.561	(23)	2.807	101.425
Energisa Rondônia (ERO)	29.027	5.275	(5.405)	2.649	31.546
Energisa Acre (EAC)	9.829	662	(1.668)	1.894	10.717
Saldo Não Circulante	**5.130.960**	**735.709**	**(26.879)**	**222.606**	**6.062.396**

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

Controladas indiretas						
Descrição	**EGO I**	**EPA I**	**EPA II**	**ETT**	**EAM (*)**	**Consolidado**
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	LT 230 kV Lechuga /Tarumã -SE 230/138 kV Tarumã-SE 230/69 kV Pres. Figueiredo -LT 230 kV SE Pres. Figueiredo-LT Balbina -SE 230 kV Manaus-SE Balbina 230kV- SE nova 230kV	-
Margem de construção	67,38%	67,27%	21,97%	51,03%	37,13	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,99%	10,30%	9,50%	15,18	-
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	6% a 10% a.a.	-
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	-
Custos incorridos até 31/12/2020	255.912	318.257	213.477	49.169	-	836.815
RAP anual	36.703	46.320	33.515	62.854	63.000	242.392
Ativo de contrato em 31/12/2020	**477.049**	**610.807**	**278.454**	**78.335**	**-**	**1.444.645**
Aquisição de infraestrutura de transmissão	**-**		**-**	**-**	**239.700**	**239.700**
Receita de remuneração do ativo de contrato	12.154	15.564	6.538	1.898	**-**	36.154
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	-	14.042	13.133	-	27.175
Receita de operação e manutenção	1.355	1.488	70	-	-	2.913
Receita de construção da infraestrutura	-	-	78.701	35.441	**-**	114.142
Recebimento RAP	(10.650)	(12.830)	(368)	-	**-**	(23.848)
Ativo de contrato em 31/03/2021	**479.908**	**615.029**	**377.437**	**128.807**	**239.700**	**1.840.881**
Circulante	**38.613**	**49.375**	**2.774**	**-**	**21.000**	**111.762**
Não Circulante	**441.295**	**565.654**	**374.663**	**128.807**	**218.700**	**1.729.119**

(*) Na data de 31/03/2021 a controlada direta Energisa Amazonas pagou R$239.700 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permita prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa 17.

Notas Explicativas

16. Ativo contratual – Infraestrutura em construção – Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 31/03/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.745.441	551.065	(150.326)	(125.784)	2.020.396
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	811.517	54.794	(9.828)	(6.182)	850.301
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**933.924**	**496.271**	**(140.498)**	**(119.602)**	**1.170.095**

	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 31/12/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.701.625	2.138.427	(1.308.861)	(785.750)	1.745.441
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	232.712	700.277	(71.431)	(50.041)	811.517
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**1.468.913**	**1.438.150**	**(1.237.430)**	**(735.709)**	**933.924**

(1) Do montante de R$140.498 (R$1.237.430 em 31 de dezembro de 2020) cerca de R$140.448 (R$1.232.319 em 31 de dezembro de 2020) foram transferidos para o intangível enquanto o montante de R$464 (R$2.007 em 31 de dezembro de 2020) foi reclassificados para o intangível – softwares e outros e R$(414) (R$3.104 em 31 de dezembro de 2020) para o imobilizado;

(2) As baixas no montante de R$119.602 (R$735.709 em 31 de dezembro de 2020) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Participação em controladas	9.048.228	9.139.523	-	-
Outros	120.541	52.345	63.981	64.154
Total	**9.168.769**	**9.191.868**	**63.981**	**64.154**

Notas Explicativas

Participação em controladas:

31/03/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								**218.742**	**3.009.541**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.149.157	859.144	290.013	37.028	37.028	290.013
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.217.431	1.720.994	498.437	55.846	55.846	498.437
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.074.181	2.054.996	1.019.185	116.230	116.230	1.019.185
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	428.399	279.692	148.707	10.864	10.864	148.707
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	236.244	147.104	89.140	3.329	3.329	89.140
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.684.682	2.670.845	1.013.837	10.058	9.564	964.059
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.425.500	7.598.605	(173.105)	(14.781)	(14.119)	-
Geração de Energia Elétrica								**430**	**107.446**
Parque Eólico Sobradinho	100	9.871	9.871	4.941	46	4.895	(117)	(117)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	100	5.704	5.704	6.713	109	6.604	311	311	6.604
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.024	1.024	315	-	315	(4)	(4)	315
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	79	70	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	80	71	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	80	71	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	80	71	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.136	1.136	1.347	19	1.328	(41)	(41)	1.328
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	190	190	159	10	149	(36)	(36)	149
Alsol Energias Renováveis S/A	89,49	38	110.634	416.148	310.936	105.212	362	321	94.151
Transmissão de Energia Elétrica								**-**	**16**
Energisa Transmissora de Energia I S/A (*)	100	1	11	8	-	8	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	11	8	-	8	-	-	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	11	8	-	8	-	-	8
Comercialização de Energia Elétrica								**(14.044)**	**12.998**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	594.453	581.455	12.998	(14.044)	(14.044)	12.998
Prestação de Serviços								**2.055**	**141.461**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	217.047	79.993	137.054	2.120	2.120	137.054
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.663	6.663	1.459	777	682	(492)	(492)	682
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.604	1.210	6.394	733	427	3.725
Holdings e demais Companhias								**468.970**	**5.706.119**
Dinâmica Direitos Creditórios	100,00	1.955	1.877	1.857	1	1.856	(3)	(3)	1.856
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	2.761.964	710.004	2.051.960	239.127	239.069	2.051.463
Energisa Transmissora de Energia S/A (3)	100	32.707	32.706	2.181.162	1.613.695	567.467	43.567	43.567	567.467
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.645.419	28.982	3.616.437	221.052	188.589	3.085.333
Fundo de Investimento FIDC (2)	25,48	68.365.960	68.369	268.369	-	268.369	-	-	-
Voltz Capital S.A. (1)	99,90	1	1	778	1.603	(825)	(2.254)	(2.252)	-
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(85.681)	(85,681)
Ágio pago na aquisição de controladas								**(3.780)**	**156.328**
Total								**586.692**	**9.048.228**

(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) Consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. (“ETE”), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) Aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como “Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.”.

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R$166.179 das suas controladas Energisa Rondônia Distribuidora de Energisa S/A no valor de R$165.359 e R$820 da Voltz Capital S.A., respectivamente, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

(2) Conforme nota explicativa nº 3, os ativos do Fundo de Investimento FIDC foi consolidado devido suas atividades atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato da Companhia estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo.

Notas Explicativas

(3) Controlada indireta Energisa Transmissão Amazonas – a Energisa S.A, ao vencer o leilão do lote 11, após assinatura do contrato de concessão passou a ser detentora de ativos já existentes que compreendem, dentre outros, subestações avaliadas previamente pela ANEEL. Na data de 30/03/2021 a Energisa Transmissora de Energia (ETE) pagou R$239.700 pela assunção dos ativos já existentes.

Devido às características do setor de transmissão de energia, a controlada adota contabilmente o "Ativo de Contrato de Concessão", advindo da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que o contrato de concessão estabelece um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP - Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios. Os ativos de contrato de concessão foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

Descrição	Valores apurados
Data da aquisição	30/03/2021
Preço pago	239.700
Valor contábil	257.000
Valor justo pelo fluxo de caixa	239.700
Mais (menos) valia apurada	(17.300)

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A controlada ETE apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer.

Durante o período de mensuração, a controlada ETE poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. A controlada ETE não possui expectativa de alterações que possam modificar de forma relevante a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os ativos adquiridos na data das aquisições foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo pelo fluxo de caixa
Ativos			
Ativo de contrato de concessão	257.000	(4.844)	252.156
Passivos			
Fornecedores – materiais e serviços	-	(12.456)	(12.456)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	**257.000**	**(17.300)**	**239.700**

Notas Explicativas

31/12/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								**327.726**	**3.099.432**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.114.436	828.870	285.566	45.725	45.725	285.566
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.403	1.938.764	485.639	163.477	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.293.088	2.171.139	1.121.949	366.935	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	449.105	290.748	158.357	34.369	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	247.080	153.579	93.501	10.775	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.896.700	2.892.999	1.003.701	9.541	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.949.888	8.108.307	(158.419)	(316.805)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica								**(1.963)**	**52.979**
Parque Eólico Sobradinho	100	9.871	9.871	4.958	46	4.912	(139)	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	100	5.704	5.704	6.380	87	6.293	444	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.024	1.024	319	-	319	(7)	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	79	70	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.136	1.136	1.353	34	1.319	(242)	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	190	190	145	10	135	(164)	(164)	135
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	222.622	177.781	44.841	(2.052)	(1.831)	39.997
Transmissão de Energia Elétrica								**(6)**	**24**
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica								**(5.492)**	**27.020**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	597.618	570.598	27.020	(5.492)	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços								**4.449**	**138.668**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	220.062	85.221	134.841	4.486	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.663	6.663	1.533	1.004	529	(1.144)	(1.144)	529
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.158	1.497	5.661	1.901	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias								**1.244.872**	**5.661.292**
Dinâmica Direitos Creditórios	100,00	1.955	1.877	1.860	1	1.859	(18)	(18)	1.859
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	2.952.218	717.623	2.234.595	605.421	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.707	32.706	1.707.446	1.183.580	523.866	175.531	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.428.799	27.823	3.400.976	549.083	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A.(1)	99,90	1	1	27	832	(805)	(2.119)	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas								**(15.118)**	**160.108**
Total								**1.554.468**	**9.139.523**

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R$152.133 das suas controladas Energisa Rondônia Distribuidora de Energisa S/A no valor de R$151.330 e R$803 da Voltz Capital S.A., respectivamente, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no período:

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transferência	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2021
Distribuição de Energia Elétrica	**3.099.432**	**-**	**950**	**-**	**(323.611)**	**218.742**	**3.009.541**
Energisa Minas Gerais (EMG)	285.566	-	(2)	-	(32.579)	37.028	290.013
Energisa Sergipe (ESE)	485.639	-	93	-	(43.141)	55.846	498.437
Energisa Paraíba (EPB)	1.121.949	-	532	-	(219.526)	116.230	1.019.185
Energisa Borborema (EBO)	158.357	-	173	-	(20.687)	10.864	148.707
Energisa Nova Friburgo (ENF)	93.501	-	(12)	-	(7.678)	3.329	89.140
Energisa Acre (EAC)	954.420	-	75	-		9.564	964.059
Energisa Rondônia (ERO)	-	-	91	-		(14.119)	-
Geração de Energia Elétrica	**52.979**	**54.022**	**15**	**-**	**-**	**430**	**107.446**
Parque Eólico Sobradinho	4.912	100	-	-	-	(117)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	6.293		-	-	-	311	6.604
Energisa Geração Solar Coremas	319		-	-	-	(4)	315
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.319	50	-	-	-	(41)	1.328
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	135	50	-	-	-	(36)	149
Alsol Energias Renováveis S.A.	39.997	53.818	15	-	-	321	94.151
Transmissora de Energia Elétrica	**24**	**-**	**-**	**(8)**	**-**	**-**	**16**
Energisa Transmissora de Energia I S/A (*)	8	-	-	(8)	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	8	-	-	-	-	-	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	8	-	-	-	-	-	8
Comercialização de Energia Elétrica	**27.020**	**-**	**22**	**-**	**-**	**(14.044)**	**12.998**
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	27.020	-	22	-	-	(14.044)	12.998
Prestação de Serviços	**138.668**	**645**	**93**	**-**	**-**	**2.055**	**141.461**
Energisa Soluções S.A	134.841	-	93	-	-	2.120	137.054
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	529	645	-	-	-	(492)	682
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.298	-	-	-	-	427	3.725
Holdings e demais Companhias	**5.661.292**	**-**	**19**	**-**	**(426.414)**	**468.970**	**5.706.119**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.859	-	-	-	-	(3)	1.856
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	2.234.053	-	4.755	-	(426.414)	239.069	2.051.463
Energisa Transmissora de Energia S/A	523.866	-	34	-	-	43.567	567.467
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.901.514	-	(4.770)	-	-	188.589	3.085.333
Voltz Capital S.A	-	-		-	-	(2.252)	-
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas	**160.108**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.780)**	**156.328**
Total	**9.139.523**	**54.667**	**1.099**	**(8)**	**(750.025)**	**586.692**	**9.048.228**

(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) Consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) Aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias e Alsol Energisa Renováveis, reflexos de (perdas) no montante de R$581, refere-se a: (i) R$5.008 da Energisa Participações minoritárias, refere-se perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais; (ii) R$1 de ganho com a controlada Alsol Energisa Renováveis por conta do reflexo da mudança de percentual e; (iii) R$4.426, apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a distribuição de dividendos para as ações preferenciais da EMT.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R$1.680 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes (2)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Distribuição de Energia Elétrica	**3.027.209**	**-**	**(160.584)**	**(277.412)**	**31.163**	**327.726**	**3.099.432**
Energisa Minas Gerais (EMG)	256.367	-	488	(17.911)	897	45.725	285.566
Energisa Sergipe (ESE)	355.372	-	405	(60.417)	26.802	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	930.563	-	1.049	(182.070)	5.472	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	135.612	-	223	(11.866)	19	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	87.715	-	128	(5.148)	31	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	987.672	-	(41.958)		(366)	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO)	273.908	-	(120.919)		(1.692)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica	**52.719**	**2.104**	**65**	**-**	**54**	**(1.963)**	**52.979**
Parque Eólico Sobradinho	4.598	370	-	-	83	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	4.769	1.080	-	-	-	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	316	10	-	-	-	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.091	470	-	-	-	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	149	150	-	-	-	(164)	135
Alsol Energias Renováveis S.A.	41.792	-	65	-	(29)	(1.831)	39.997
Transmissora de Energia Elétrica	**30**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6)**	**24**
Energisa Transmissora de Energia I S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica	**32.272**	**-**	**107**	**-**	**133**	**(5.492)**	**27.020**
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	32.272	-	107	-	133	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços	**133.234**	**747**	**426**	**(2.126)**	**1.938**	**4.449**	**138.668**
Energisa Soluções S.A.	129.262	-	426	(1.110)	1.777	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	760	747	-	-	166	(1.144)	529
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.212	-	-	(1.016)	(5)	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias	**4.660.371**	**4.815**	**(24.435)**	**(241.269)**	**16.135**	**1.244.872**	**5.661.292**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.955	-	-	(78)	-	(18)	1.859
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	1.782.341	27	(3.754)	(156.425)	8.833	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	344.592	3.475	163	-	105	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.531.482	-	(20.844)	(84.766)	7.197	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A.	1	1.313	-	-	-	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas	**155.513**	**19.713**	**-**	**-**		**(15.118)**	**160.108**
Total	**8.061.348**	**27.379**	**(184.421)**	**(520.807)**	**49.423**	**1.554.468**	**9.139.523**

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias e Energisa Transmissora de Energia, reflexos de (perdas) no montante de R$27.921, refere-se a: (i) R$22.136 da Energisa Participações minoritárias, cerca de R$21.364 refere-se perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais e R$772 de perdas-reflexo de redução de participação apurada pelo o aumento de capital realizado pela controlada indireta EMT; (ii) R$7 de ganho com a controlada Energisa Transmissora de Energia S/A por conta do reflexo da mudança de percentual da controlada Energisa Tocantins Transmissora e; (iii) R$5.792, apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a aumento de capital da EMT.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R$7.104 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Inclui, como redução dos investimentos os montantes de R$111.046 e R$40.304 das controladas ERO e EAC, respectivamente, referente a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás por conta dos valores contabilizado no Ativo Imobilizado em Curso (AIC) na data base de fevereiro de 2017. Originalmente a Companhia havia reconhecido o montante R$163.604 a ser ressarcido a Eletrobrás calculado de acordo com a melhor estimativa da administração. Com a aprovação da Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas, foram apurados os novos valores de indenização que montaram R$151.350, resultado das aplicações de participação em cada controlada que passaram a ser responsável pelo pagamento da indenização, por consequência a Companhia reverteu a diferença de R$12.254 diretamente contra a mais valida dos ativos, conforme detalhamento na nota explicativa nº 29.

(2) Refere-se aos valores reflexo de Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Notas Explicativas

- **Outras informações das participações:**

Mais valia dos ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 31 de março 2021, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue:

	EMT	EMS	ERO	EAC	Total	
					31/03/2021	31/12/2020
Amortização no período/exercício	(15.967)	(17.852)	(32.099)	(15.714)	(81.632)	(331.834)
IR e CSSL	5.429	6.070	10.914	5.343	27.756	112.823
Amortização Líquida de tributos	**(10.538)**	**(11.782)**	**(21.185)**	**(10.371)**	**(53.876)**	**(219.011)**

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

31/03/2021					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	3.358.134	2.363.737	994.397	53.073
Energisa Mato Grosso	74,33	9.257.057	6.284.363	2.972.694	273.453
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.450.954	3.228.754	1.222.200	108.417
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.400.259	1.817.013	583.246	49.336
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	27.609	10.899	16.710	2.160
QMRA Participações S.A.	95,20	2.722	357	2.365	2
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	486.669	52.846	433.823	38.987
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.503	200.569	(195.066)	7.767

31/12/2020					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	3.254.520	2.357.856	896.664	123.737
Energisa Mato Grosso	74,33	9.575.653	6.619.979	2.955.674	378.166
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.231.365	2.914.660	1.316.705	210.409
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.397.394	1.774.998	622.396	83.293
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	25.033	11.828	13.205	4.931
QMRA Participações S.A.	95,20	2.707	348	2.359	9
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	497.373	52.160	445.213	75.605
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.338	205.611	(200.273)	(16.362)

Notas Explicativas

18. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,61%	26.146	-	8.752	-	34.898
Veículos	14,29%	17.486	-	-	-	17.486
Móveis e utensílios	6,81%	16.483	-	75	-	16.558
Total do imobilizado em serviço		88.786	-	8.827	-	97.613
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(4.752)	-	-	(236)	(4.988)
Máquinas e equipamentos		(13.924)	-	-	(847)	(14.771)
Veículos		(12.336)	-	-	(346)	(12.682)
Móveis e utensílios		(13.730)	-	-	(69)	(13.799)
Total Depreciação acumulada		(44.742)	-	-	(1.498)	(46.240)
Subtotal Imobilizado		44.044	-	8.827	(1.498)	51.373
Imobilizado em curso		22.120	(2.800)	(8.827)	-	10.493
Total do Imobilizado		**66.164**	**(2.800)**	**-**	**(1.498)**	**61.866**

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,07%	25.072	-	1.074	-	-	26.146
Veículos	14,29%	16.990	-	574	(78)	-	17.486
Móveis e utensílios	6,89%	16.161	-	322	-	-	16.483
Total do imobilizado em serviço		**86.894**	-	1.970	(78)	-	88.786
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(3.807)	-	-	-	(945)	(4.752)
Máquinas e equipamentos		(10.766)	-	-	-	(3.158)	(13.924)
Veículos		(11.022)	-	-	58	(1.372)	(12.336)
Móveis e utensílios		(13.426)	-	-	-	(304)	(13.730)
Total Depreciação acumulada		**(39.021)**	-	-	58	(5.779)	(44.742)
Subtotal Imobilizado		**47.873**	-	1.970	(20)	(5.779)	44.044
Imobilizado em curso		16.049	8.041	(1.970)	-	-	22.120
Total do Imobilizado		**63.922**	**8.041**	**-**	**(20)**	**(5.779)**	**66.164**

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	Saldos em 31/03/2021
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	(1.919)	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,90%	67.153	-	(24.670)	-	-	42.483
Máquinas e equipamentos	11,94%	351.738	-	64.894	(15)	-	416.617
Veículos	14,80%	81.114	-	(3.295)	(2.122)	-	75.697
Móveis e utensílios	6,38%	91.021	-	(1.185)	-	-	89.836
Total do Imobilizado em Serviço		**599.540**	-	33.825	(2.137)	-	631.228
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(956)	-	-	-	(19)	(975)
Edificações e benfeitorias		(26.643)	-	16.723	7	(352)	(10.265)
Máquinas e equipamentos		(194.547)	-	(18.841)	6	(6.561)	(219.943)
Veículos		(54.963)	-	1.980	1.840	(1.948)	(53.091)
Móveis e utensílios		(61.800)	-	408	-	(771)	(62.163)
Total Depreciação acumulada		**(338.909)**	-	270	1.853	(9.651)	(346.437)
Subtotal Imobilizado		260.631	-	34.095	(284)	(9.651)	284.791
Imobilizado em curso		157.009	16.645	(34.509)	-	-	139.145
Total do Imobilizado		**417.640**	**16.645**	**(414)**	**(284)**	**(9.651)**	**423.936**

(1) Do montante de R$(414) (R$(13.946) em 31 de dezembro de 2020) refere-se às reclassificações para o ativo contratual – infraestrutura em construção.

(2) O montante de R$(284) (R$(3.958) em 31 de dezembro de 2020), refere-se às baixas realizadas no período que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do perídio na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	-	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,30%	66.260	-	955	(62)	-	67.153
Máquinas e equipamentos	13,07%	264.985	-	89.874	(3.121)	-	351.738
Veículos	14,27%	77.557	-	5.585	(2.028)	-	81.114
Móveis e utensílios	6,49%	90.921	-	248	(148)	-	91.021
Total do Imobilizado em Serviço		**508.237**	**-**	**96.662**	**(5.359)**	**-**	**599.540**
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(881)	-	-	-	(75)	(956)
Edificações e benfeitorias		(24.961)	-	-	66	(1.748)	(26.643)
Máquinas e equipamentos		(166.870)	-	(33)	(4.716)	(22.928)	(194.547)
Veículos		(49.032)	-	(45)	2.034	(7.920)	(54.963)
Móveis e utensílios		(63.222)	-	529	4.017	(3.124)	(61.800)
Total Depreciação acumulada		**(304.966)**	**-**	**451**	**1.401**	**(35.795)**	**(338.909)**
Subtotal Imobilizado		**203.271**	-	97.113	(3.958)	(35.795)	260.631
Imobilizado em curso		81.296	186.772	(111.059)	-	-	157.009
Total do Imobilizado		**284.567**	**186.772**	**(13.946)**	**(3.958)**	**(35.795)**	**417.640**

Notas Explicativas

19. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Intangível - contrato de concessão	-	-	14.026.025	14.171.278
Direito de concessão	-	-	304.076	314.013
Direto de uso	811	838	56.053	60.372
Intangível - Software e Outros	50.594	45.419	239.671	231.184
Total	**51.405**	**46.257**	**14.625.825**	**14.776.847**

19.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2021
Intangível						
Em serviço:	10,29%	29.190.203	151.849	(36.687)	-	29.305.365
Amortização Acumulada		(12.045.256)	(1.573)	24.071	(338.512)	(12.361.270)
Total Intangível		**17.144.947**	150.276	(12.616)	(338.512)	16.944.095
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,83%	5.844.484	9.828	-	-	5.854.312
Amortização Acumulada		(2.870.815)	-	-	(65.427)	(2.936.242)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**2.973.669**	**9.828**	**-**	**(65.427)**	**2.918.070**
Total Intangível		**14.171.278**	**140.448**	**(12.616)**	**(273.085)**	**14.026.025**

(1) Do montante de R$140.448, são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção;

(2) O montante de R$12.616, referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) As controladas registraram no período créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$9.245 (R$37.206 em 31 de dezembro de 2020), R$81 referente a despesa de arrendamento mercantil da controlada ALSOL, e não inclui o montante de R$12 referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Intangível						
Em serviço:	10,80%	28.441.118	1.302.215	(553.130)	-	29.190.203
Amortização Acumulada		(11.000.550)	577	317.730	(1.363.013)	(12.045.256)
Total Intangível		**17.440.568**	**1.302.792**	**(235.400)**	**(1.363.013)**	**17.144.947**
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,80%	5.773.053	71.431	-	-	5.844.484
Amortização Acumulada		(2.633.727)	(13)	-	(237.075)	(2.870.815)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**3.139.326**	**71.418**	**-**	**(237.075)**	**2.973.669**
Total Intangível		**14.301.242**	**1.231.374**	**(235.400)**	**(1.125.938)**	**14.171.278**

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,29% (10,80% em 31 de dezembro de 2020).

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2021	31/12/2020
Contribuições do consumidor [1]	4.290.417	4.869.007
Participação da União - recursos CDE [2]	2.480.527	1.856.097
Participação do Governo do Estado [2]	336.031	336.031
Participação da União - recursos RGR [3]	317.267	317.267
Reserva para reversão [4]	7.487	7.678
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	329.713
(-) Amortização acumulada	(2.936.242)	(2.870.815)
Total	**4.834.345**	**4.844.978**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.065.974	1.059.792
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.918.070	2.973.669
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	850.301	811.517
Total	**4.834.345**	**4.844.978**

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019.

(3) Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº15).

Notas Explicativas

(4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

19.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Reconhecido por controladas [1]	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora [2]	298.589	298.589
Aquisição participação [3]	96.825	96.825
Amortização acumulada	(629.350)	(619.413)
Subtotal	**304.076**	**314.013**

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**314.013**	**334.046**
Aquisição participação	-	19.713
Amortização no período/exercício	(9.937)	(39.746)
Saldo final	**304.076**	**314.013**

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2021, o saldo a amortizar pela controlada é de R$147.750 (R$153.908 em 31 de dezembro de 2020).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R$93.746 (R$96.210 em 31 de dezembro de 2020). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R$7.022 (R$7.022 em 31 de dezembro de 2020). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

(i) O Grupo Rede - em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Notas Explicativas

Do montante do ágio de R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345, totalizando o montante de R$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R$6.361. No período findo em 31 de março de 2021 foram amortizados R$41.267 (R$39.952 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Dinâmica Diretos Creditórios - em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R$4.512 e em.

(iii) Alsol Energia Renováveis S.A. - em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R$29.467.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2021 e 2022	64.471	14.652
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 e 2030	22.402	-
2031 e 2032	5.872	-
2033 em diante	32.341	-
Total	**304.076**	**50.235**

19.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Amortização	Saldos em 31/03/2021
Direito de Uso - Imóveis				
Custo	9,30%	1.170	-	1.170
Amortização Acumulada		(332)	(27)	(359)
Total		**838**	(27)	811

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	21,63%	795	375	-	1.170
Amortização Acumulada		(101)	-	(231)	(332)
Total		**694**	**375**	**(231)**	**838**

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Amortização	Saldos em 31/03/2021
Direito de Uso - Imóveis				
Custo	18,85%	91.534	-	91.534
Amortização Acumulada		(31.162)	(4.319)	(35.481)
Total		**60.372**	**(4.319)**	**56.053**

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	20,31%	66.588	31.551	(6.605)	-	91.534
Amortização Acumulada		(15.776)	-	-	(15.386)	(31.162)
Total		**50.812**	**31.551**	**(6.605)**	**(15.386)**	**60.372**

19.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2021
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	41.399	-	25.772	-	67.171
Amortização Acumulada		(24.484)	-	-	(2.270)	(26.754)
Em Curso		28.504	7.445	(25.772)	-	10.177
Total		**45.419**	**7.445**	**-**	**(2.270)**	**50.594**

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	36.983	-	4.416	-	41.399
Amortização Acumulada		(18.146)	-	-	(6.338)	(24.484)
Em Curso		6.479	26.441	(4.416)	-	28.504
Total		**25.316**	**26.441**	**-**	**(6.338)**	**45.419**

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Amortização	Saldos em 31/03/2021
Custo dos Softwares						
Em serviço	20,00%	487.482	23	61.538	-	549.043
Amortização Acumulada		(341.407)	-	22	(13.783)	(355.168)
Em curso		85.109	21.783	(61.096)	-	45.796
Total		**231.184**	**21.806**	**464**	**(13.783)**	**239.671**

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Custo dos Softwares							
Em serviço	20,00%	440.222	711	47.768	(1.219)	-	487.482
Amortização Acumulada		(295.858)	-	(430)	538	(45.657)	(341.407)
Em curso		10.460	101.985	(27.336)	-	-	85.109
Total		**154.824**	**102.696**	**20.002**	**(681)**	**(45.657)**	**231.184**

(1) Do montante de R$464 (R$20.002 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às reclassificações para o Intangível - Infraestrura em contrução.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
CCEE [1]	-	-	276.016	761.598
Contratos Bilaterais [2]	-	-	1.125.077	1.266.962
Uso de rede básica	-	-	112.981	103.553
Conexão à rede	-	-	23.486	23.062
Encargo de serviços do sistema [3]	-	-	122.455	49.617
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	-	-	31.962	33.278
Ampla - CUSD	-	-	4.607	4.499
Materiais, serviços e outros [4]	2.627	12.643	331.928	314.233
Total	**2.627**	**12.643**	**2.028.512**	**2.556.802**
Circulante	2.627	12.643	1.919.530	2.445.104
Não Circulante	-	-	108.982	111.698

[1] No 1º trimestre de 2021 a conta CCEE reduziu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), altamente influenciada pelo período úmido. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

[2] Contratos bilaterais - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC);

[3] A variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. A estimativa é de que os reservatórios de usinas hidrelétricas nas regiões

Notas Explicativas

Sudeste e Centro-Oeste encerrem o período de chuvas com o menor índice da capacidade máxima desde 2015. Por esse motivo, houve a necessidade de despachar as térmicas para manutenção dos reservatórios.

(4) Materiais, serviços e outros - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2021
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
CDI	1.008.331	200.000	(1.400)	(1.616)	8.747	-	1.214.062
Gastos com captação	(1.938)	-	-	-	999	-	(939)
Total do custo	**1.006.393**	**200.000**	**(1.400)**	**(1.616)**	**9.746**	**-**	**1.213.123**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	208.910	-	-	-	22.831	-	231.741
Marcação a mercado	2.178	-	-	-	-	(3.488)	(1.310)
Total ao valor justo	**211.088**	**-**	**-**	**-**	**22.831**	**(3.488)**	**230.431**
Total	**1.217.481**	**200.000**	**(1.400)**	**(1.616)**	**32.577**	**(3.488)**	**1.443.554**
Circulante	817.691						843.721
Não Circulante	399.790						599.833

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	460.574	535.000	(2.950)	(9.373)	25.080	-	-	1.008.331
Gastos com captação	(424)	-	-	-	3.040	(4.554)	-	(1.938)
Total do custo	**460.150**	**535.000**	**(2.950)**	**(9.373)**	**28.120**	**(4.554)**	**-**	**1.006.393**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	324.115	-	(219.088)	(15.901)	119.784	-	-	208.910
Marcação a mercado	4.058	-	-	-	-	-	(1.880)	2.178
Total ao valor justo	**328.173**	**-**	**(219.088)**	**(15.901)**	**119.784**	**-**	**(1.880)**	**211.088**
Total	**788.323**	**535.000**	**(222.038)**	**(25.274)**	**147.904**	**(4.554)**	**(1.880)**	**1.217.481**
Passivo Circulante	175.190							817.691
Passivo Não Circulante	613.133							399.790

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	960.315	-	(724.525)	(296)	1.456	-	-	236.950
Pós Fixado								
TJLP e TLP	1.255	-	(322)	(24)	23	-	-	932
IPCA	243.197	905.057	-	(7.506)	8.976	-	-	1.149.724
Selic	486	-	(107)	(5)	6	-	-	380
CDI	3.939.460	200.000	(734.400)	(64.338)	39.803	-	-	3.380.525
TR	936.284	-	-	(9.800)	19.406	-	-	945.890
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
Gastos com captação	(6.172)	-	-	-	1.809	(4.825)	-	(9.188)
Outros	109.339	-	(4.392)	(3.882)	3.704	-	-	104.769
Total do custo	**6.184.190**	**1.105.057**	**(1.463.776)**	**(85.851)**	**75.187**	**(4.825)**	**-**	**5.809.982**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	2.754.291	288.398	(601.639)	(8.722)	255.357	-	-	2.687.685
Euro	999.402	-	(42.526)	(3.326)	51.971	-	-	1.005.521
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	188	-	-	(908)
Marcação a mercado	26.365	-	-	-	-	-	(40.439)	(14.074)
Total ao valor justo	**3.778.962**	**288.398**	**(644.165)**	**(12.048)**	**307.516**	**-**	**(40.439)**	**3.678.224**
Total	**9.963.152**	**1.393.455**	**(2.107.941)**	**(97.899)**	**382.703**	**(4.825)**	**(40.439)**	**9.488.206**
Circulante	4.049.956							3.189.701
Não Circulante	5.913.196							6.298.505

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/ 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	932.744	-	(17.497)	(3.129)	48.197	-	-	960.315
TJLP e TLP	3.263	-	(1.999)	(219)	210	-	-	1.255
Selic	890	-	(424)	(34)	54	-	-	486
CDI	2.384.337	2.161.667	(698.075)	(62.081)	153.612	-	-	3.939.460
TR	928.876	-	-	(72.749)	80.157	-	-	936.284
Cesta de moedas	405	-	(489)	(26)	136	-	-	26
Gastos com captação	(3.024)	-	-	-	5.668	(8.816)	-	(6.172)
Outros	259.042	103.590	(17.548)	(16.793)	24.245	-	-	352.536
Total do custo	**4.506.533**	**2.265.257**	**(736.032)**	**(155.031)**	**312.279**	**(8.816)**	**-**	**6.184.190**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.119.021	473.725	(1.696.767)	(106.502)	964.814	-	-	2.754.291
Euro	598.586	122.972	(13.207)	(12.017)	303.068	-	-	999.402
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	27.691	-	-	-	-	-	(1.326)	26.365
Total ao valor justo	**3.743.448**	**596.697**	**(1.709.974)**	**(118.519)**	**1.268.636**	**-**	**(1.326)**	**3.778.962**
Total	**8.249.981**	**2.861.954**	**(2.446.006)**	**(273.550)**	**1.580.915**	**(8.816)**	**(1.326)**	**9.963.152**
Passivo Circulante	1.413.791							4.049.956
Passivo Não Circulante	6.836.190							5.913.196

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020							
Energisa S/A									
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	322.345	320.370	CDI +0,55% a.a	jun/21	Final		0,63%		-
FRN Santander - 4130335 (1)	70.762	70.260	CDI +0,8948% a.a	nov/22	Final		0,71%		-
FRN Santander - 4132130 (1)	80.653	80.081	CDI +0,90% a.a	nov/24	Semestral a partir de nov/21		0,71%		-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 4ª Série	100.271	99.136	CDI +2,75% a.a	abr/21	Final		1,17%		-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 3ª	-	1.451	CDI +2,75% a.a	jan/21	Final		1,17%		
ESA X PACTUAL - CCB91/20	151.497	151.431	CDI +2,50% a.a	abr/21	Final		1,11%		-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série (1)	67.885	67.188	CDI +2,30% a.a	dez/23	Final		1,06%		-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série (1)	134.757	133.373	CDI +2,30% a.a	dez/24	Final		1,06%		-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL - CCB - L0036-2020 (1)	85.892	85.041	CDI +2,15% a.a	dez/23	Final		1,02%		-
Banco BTG - FIDC (6)	200.000	-	CDI +2,35% a.a	jan/25	Final		1,07%		-
Custo de captação incorrido na contratação	(939)	(1.938)							
Total em Moeda Nacional	1.213.123	1.006.393							
Resolução 4131 - Itau (1)	231.741	208.910	4,0375% a.a.	mai/21	Anual		10,63%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.310)	2.178	-	-	-				-
Total em Moeda Estrangeira	230.431	211.088							
Total Energisa S/A	1.443.554	1.217.481							
Energisa Sergipe									
FINAME - Itaú BBA	4.988	5.584	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Parcelamento INERGUS	12.069	12.162	IPC +5,50% a.a	dez/39	Mensal		3,16%		F
Parcelamento INERGUS - Migração	89.644	94.033	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal		3,46%		F
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	153.338	152.307	CDI + 0,80% a.a	mar/22	Final		0,69%		A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A (1)	21.034	-	IPCA +4,83% a.a	out/27	Mensal a partir de abr/22		3,24%		A + R
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B (1)	26.967	-	IPCA +4,83% a.a	dez/34	Mensal a partir de nov/27		3,24%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(637)	(171)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	307.403	263.915							
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	178.877	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final		10,13%		A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	20.597	18.786	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final		10,15%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	9	(582)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	20.606	197.081							
Total Energisa Sergipe	328.009	460.996							
Energisa Paraíba									
FINAME - Itaú	8.932	10.029	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Parcelamento FUNASA	3.056	3.143	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal		3,50%		-
CCB Bradesco 24032020 (1)	132.073	139.414	CDI + 1,6698% a.a	mar/23	Final		0,90%		A
CCB Itaú 25032020	-	20.333	CDI + 4,10% a.a	mar/21	Final	1,50%			A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A (1)	31.548	-	IPCA + 5,03%	abr/31	Mensal a partir de abr/22		3,28%		A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B (1)	40.447	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de fev/31		3,28%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	-	(179)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	216.056	172.740							
Total Energisa Paraíba	216.056	172.740							
Energisa Minas Gerais									
Repasse BNDES I - Itaú BBA	-	39	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal		2,25%		A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	-	26	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal		1,03%		A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	-	16	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal		2,54%		A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	-	25	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal		1,35%		A
FINAME - Itaú BBA	3.637	4.261	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
CCB Bradesco 24032020 (1)	-	79.212	CDI + 4,8005%	mar/21	Final	1,67%			A
CCB Itaú 25032020	-	40.671	CDI + 4,00%	mar/21	Final	1,48%			A
SANTANDER FRN 4137169	38.924	38.336	CDI + 4,10%	jun/21	Final		1,50%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020							
SANTANDER FRN 4137171	38.924	38.336	CDI + 4,10%	dez/21	Final		1,50%		A
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 (1)	33.881	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22		3,28%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	-	(93)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	115.366	200.829							
Resolução 4131 - BBM Loan	89.891	81.249	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final		10,32%		A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	104.367	-	1,83%a.a. (Pré)	fev/24	Final		10,08%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(14)	269	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	194.244	81.518							
Total Energisa Minas Gerais	309.610	**282.347**							
Energisa Nova Friburgo									
FINAME - Itaú	415	466	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62%	a	1,47%	A
FRN 4131519 (1)	15.133	15.029	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21		0,69%		A
FRN 4137167	12.385	12.198	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final		1,50%		A
FRN 4137163	12.385	12.198	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final		1,50%		A
CCB Safra 001660057	20.680	20.454	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final		1,11%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(20)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	60.988	60.325							
Total Energisa Nova Friburgo	60.988	60.325							
Energisa Borborema									
FINAME - Itaú BBA	852	955	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.133	15.029	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21		0,69%		A
Safra CCB 001660031	20.680	20.454	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final		1,11%		A
Santander FRN 4137155	14.154	13.940	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final		1,50%		A
Santander FRN 4137161	14.154	13.940	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final		1,50%		A
Santander FRN 4137241	21.224	20.904	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final		1,50%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(20)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	86.187	85.202							
Total Energisa Borborema	86.187	**85.202**							
Energisa Mato Grosso									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.592	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		1,71%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	481.873	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		0,66%		R
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	306.421	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		0,69%		A
Santander FRN 4133870 (1)	190.768	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22		0,73%		A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	1,67%			A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	1,50%			A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	1,62%			A
Santander FRN 4137163	70.770	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final		1,50%		A
Santander FRN 4137165	70.769	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final		1,50%		A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	84.544	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22		3,24%		A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	108.391	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27		3,24%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(1.818)	(518)							
Total em Moeda Nacional	1.665.310	1.970.677							
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	10,13 %	a	10,23%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	81.807	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		10,25%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	81.802	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		10,28%		A
J P MORGAN Loan (1)	152.463	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final		10,09%		A
Merryl Lynch Loan (1)	71.467	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final		5,09%		A
Scotiabank Loan (1)	282.141	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final		10,18%		A
Citibank Loan 56416 (1)	66.147	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final		9,98%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020						
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	10,33 %		A
Custo de captação incorrido na contratação	(274)	(328)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(812)	8.059						
Total em Moeda Estrangeira	734.741	897.566						
Total Energisa Mato Grosso	2.400.051	2.868.243						
Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.649	291.571	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	219.881	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	0,66%		R
Nota Promissória (1)	72.379	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	0,73%		A
CCB Safra 001660014	82.720	81.816	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	1,11%		A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	68.979	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	1,50%		A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	52.793	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	3,24%		A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	67.684	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	3,24%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(1.431)	(230)						
Total em Moeda Nacional	854.654	732.754						
Loan Citi - 4131 (1)	82.372	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	10,25%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	82.354	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	10,28%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	75.829	72.278	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	5,17%		A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	87.876	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	10,08%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(258)	(314)	-	-	-	-		
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.522)	1.202	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	326.651	223.433						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	1.181.305	956.187						
Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	3.488	4.293	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	1,47%		R
CCB ITAÚ 101120030007500	-	20.335	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	1,48%		R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 (1)	98.598	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	3,24%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(834)	-	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	101.252	24.628						
Resolução 4131 - Itaú (1)	300.072	270.261	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	10,70%		R
Loan Citi - 4131 (1)	63.954	58.349	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	10,25%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	63.937	58.331	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	10,28%		A
Merrill lynch Loan (1)	-	161.733	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	10,13%		A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	87.876	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	10,08%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(245)	(297)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.158)	3.349	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	513.436	551.726						
Total Energisa Tocantins	614.688	576.354						
Energisa Sul Sudeste								
CCB ITAÚ 101120030007400	-	40.672	CDI + 4,00%	mar/21	Final	1,48%		A
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (1)	106.813	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	3,30%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(636)	-						
Total em Moeda Nacional	106.177	40.672						
Loan Citi - 4131 (1)	39.085	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	10,25%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020							
Loan Citi EDC - 4131 (1)	39.088	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	10,28%			A
Merrill lynch Loan (1)	112.414	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	10,13%			A
Merrill lynch Loan (1)	163.612	155.944	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	5,14%			A
Scotiabank Loan (1)	70.535	63.925	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	10,18%			A
Merrill lynch Loan (1)	178.801	170.425	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	9,81%			A
Custo de captação incorrido na contratação	(131)	(157)							
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.720)	4.042	-	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	599.684	568.035							
Total Energisa Sul Sudeste	705.861	608.707							
Energisa Rondônia									
CCEE - Eletrobrás (5)	126.621	681.980	5,00% a.a	out/48	Mensal a partir de 2024	1,23%			R
FRN 4131614 (1)	50.267	49.911	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	0,71%			A
ERO X BTG PACTUAL - BNDES 4/20 (1)	87.396	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	3,28%			A + R
Total em Moeda Nacional	264.284	731.891							
Scotiabank Loan (1)	70.535	63.925	2,1964% a.a.	dez/22	Final	10,18%			A
Citibank Loan 56545 (1)	78.023	71.172	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	9,98%			A
Citibank Loan 56737 (1)	165.263	150.744	Libor + 0,75% a.a.	mar/23	Final	10,02%			A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(529)	2.914							
Total em Moeda Estrangeira	313.292	288.755							
Total Energisa Rondônia	577.576	1.020.646							
Energisa Acre									
CCEE - Eletrobrás (5)	60.206	225.730	5,00% a.a	dez/48	Mensal a partir de 2024	1,23%			R
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	66.538	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	1,67%			R
EAC X BTG PACTUAL - BNDES 1/20 (1)	40.984	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	3,28%			A + R
Custo de captação incorrido na contratação	-	(78)							
Total em Moeda Nacional	101.190	292.190							
Merrill lynch Loan (1)	472.933	491.770	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	5,27%			R + A
Merrill lynch Loan (1)	42.879	40.870	0,7619% a.a.	dez/21	Final	5,11%			R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.190)	6.329							
Total em Moeda Estrangeira	514.622	538.969							
Total Energisa Acre	615.812	831.159							
Energisa Soluções									
FINAME - Itaú BBA	1.006	1.086	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	0,62%	a	1,47%	A
Total em Moeda Nacional	1.006	1.086							
Banco BBM Loan 4131	-	27.637	2,96% a.a.	mar/21	Final		10,36%		A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56735	20.095	-	1,74% a.a.	fev/24	Final		10,06%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(113)	19							
Total em Moeda Estrangeira	19.982	27.656							
Total Energisa Soluções	20.988	28.742							
Energisa Soluções Construções									
FINAME - Itaú BBA	744	795	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal		1,47%		A
FINAME - Itaú BBA	380	486	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	1,75%	a	1,77%	A
FINAME - Itaú BBA	932	1.200	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	2,26%	a	2,28%	A
Total em Moeda Nacional	2.056	2.481							
Total Energisa Soluções Construções	2.056	2.481							
Energisa Transmissão									
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (1)	178.596	162.939	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final		9,98%		A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.079)	(1.046)							
Total em Moeda Estrangeira	176.517	161.893							

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020							
Total Energisa Transmissão	176.517	161.893							
Energisa Pará I									
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	196.028	168.174	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023		2,52%		A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.330)	(1.362)							
Total em Moeda Nacional	194.698	166.812							
Total Energisa Pará I	194.698	166.812							
Energisa Pará II									
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	152.616	75.024	IPCA + 1,6834% a.a	jul/40	Mensal a partir de 08/24		2,47%		A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.543)	(1.563)							
Total em Moeda Nacional	151.073	73.461							
Total Energisa Pará II	151.073	73.461							
Energisa Comercializadora									
SANTANDER FRN 4127249	42.449	41.808	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	1,50%			A
Total em Moeda Nacional	42.449	41.808							
BBM Loan - 4131	34.654	31.610	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final		9,97%		F
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(636)	(368)							
Total em Moeda Estrangeira	34.018	31.242							
Total Energisa Comercializadora	76.467	73.050							
Rede Energia S.A.									
Credores "RJ" - Bicbanco	6.559	6.320	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		R
Credores "RJ" - BNB	14.456	13.929	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		R
Total em Moeda Nacional	21.015	20.249							
Total Rede Energia S.A.	21.015	20.249							
Denerge									
FI-FGTS (Reestruturado)	300.649	291.215	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final		0,99%		-
Total em Moeda Nacional	300.649	291.215							
Total Denerge	300.649	291.215							
Cia Téc.de Comercialização de Energia									
Credores "RJ" - BMG	5.046	4.862	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		-
Total em Moeda Nacional	5.046	4.862							
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	5.046	4.862							
Em Moeda Nacional	5.809.982	6.184.190							
Em Moeda Estrangeira	3.678.224	3.778.962							
Energisa Consolidada	9.488.206	9.963.152							

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro

Condições restritivas financeiras (*Covenants*):

(1) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x até o vencimento Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A e empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 possuem limite de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

Notas Explicativas

(4) Em julho de 2019 e em junho de 2020 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

(5) De acordo com a Lei 14.120 de 1ª de março de 2021 foi efetuado baixa no saldo dos financiamentos junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o valor de R$728.40, sendo R$560.949 para Energisa Rondônia e R$167.455 para Energisa Acre.

(6) O valor do empréstimo com o Banco BTG Pactual, refere-se ao acordo de cotista que prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante inicial de R$ 200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a parir do quarto exercício do acordo.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$93.393 (R$96.887 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2021	31/12/2020
US$ x R$	9,63%	28,93%
TJLP	1,08%	4,87%
SELIC	0,49%	2,76%
CDI	0,49%	2,77%
IPCA	2,05%	4,52%
IGP-M	8,27%	23,14%
LIBOR	0,20%	0,28%
UMBNB	0,11%	0,10%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	1,81%	5,64%
Euro	4,92%	40,78%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	69.394	1.446.317
2023	174.685	1.454.735
2024	155.754	625.614
2025	200.000	377.864
Após 2025	-	2.393.975
Total	**599.833**	**6.298.505**

22. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 31/03/2021

Notas Explicativas

Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	1.309.695	(10.882)		10.700	1.309.513
IPCA	2.466.139	(39.449)		98.931	2.525.621
Gastos com captação	(3.996)	-		543	(3.453)
Total ao custo	**3.771.838**	**(50.331)**		**110.174**	**3.831.681**
Circulante	968.050				978.594
Não Circulante	2.803.788				2.853.087

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Saldos em 31//12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixados							
CDI	1.230.730	639.896	(561.340)	(43.589)	43.998	-	1.309.695
IPCA	2.306.799	480.000	(410.768)	(165.330)	255.438	-	2.466.139
Gastos com captação	(2.514)	-	-	-	2.105	(3.587)	(3.996)
Total ao custo	**3.535.015**	**1.119.896**	**(972.108)**	**(208.919)**	**301.541**	**(3.587)**	**3.771.838**
Passivo Circulante	969.384						968.050
Passivo Não Circulante	2.565.631						2.803.788

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação (*)	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Divida	Saldos em 31/03/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	60.606	-	-	-	2.289	-	-	62.895
Pós Fixado								
CDI	5.839.183	430.000	(278.964)	(49.036)	47.631	-	-	5.988.814
IPCA	4.224.232	-	-	(69.225)	163.537	-	-	4.318.544
Gastos com captação	(70.649)	-	-	-	4.748	(2.026)	-	(67.927)
Marcação a mercado	323.445	-	-	-	-	-	(142.251)	181.194
Total ao custo	**10.376.817**	**430.000**	**(278.964)**	**(118.261)**	**218.205**	**(2.026)**	**(142.251)**	**10.483.520**
Circulante	1.780.414							1.651.123
Não Circulante	8.596.403							8.832.397

(*) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ETE	300.000	05/03/21	Única	3ª	0,94%
ALSOL	130.000	15/03/21	Única	2ª	1,05%
Total	**430.000**				

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da divida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré fixado	55.507	-	-	(3.339)	8.438	-	-	60.606
Pós fixado								
CDI	4.917.344	2.328.954	(1.392.084)	(225.386)	210.355	-	-	5.839.183
IPCA	3.736.006	750.000	(410.768)	(250.211)	399.205	-	-	4.224.232
Gastos com captação	(53.566)	-	-	-	17.524	(34.607)	-	(70.649)
Marcação a mercado	283.335	-	-	-	-	-	40.110	323.445
Total ao custo	**8.938.626**	**3.078.954**	**(1.802.852)**	**(478.936)**	**635.522**	**(34.607)**	**40.110**	**10.376.817**

Notas Explicativas

Passivo Circulante	1.167.067		1.780.414
Passivo Não Circulante	7.771.559		8.596.403

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2020 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	63.500	05/05/2020	Única	12ª	6,57%
ESA	576.396	25/08/2020	Única	13ª	5,07%
ESA	480.000	15/10/2020	1ª e 2ª	14ª	8,75%
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	3,72%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	3,50%
EBO	20.000	15/02/2020	Única	1ª	3,72%
ENF	41.300	15/02/2020	1ª e 2ª	1ª	3,72% e 3,92%
EPB	60.000	15/02/2020	Única	7ª	3,72%
ESE	275.000	15/02/2020	Única	8ª	3,72%
EMG	60.000	15/02/2020	Única	12ª	3,72%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	3,92%
EMT	381.354	25/08/2020	Única	12ª	5,07%
EMS	139.471	25/08/2020	Única	14ª	5,07%
EPB	146.933	25/08/2020	Única	8ª	5,07%
ETE	140.000	15/10/2020	1ª e 2ª	2ª	8,75% e 8,99%
EMT	130.000	15/10/2020	1ª e 2ª	13ª	8,75% e 8,99%
ERO	100.000	18/11/2020	Única	4ª	4,97%
EAC	200.000	18/11/2020	Única	13ª	4,97%
Total	**3.078.954**				

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2021	31/12/2020							
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/2ª Série (*)	219.250	218.550	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	4,17%	F
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série (*)	219.249	218.550	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	4,17%	F
Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	219.606	219.669	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	4,52%	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	219.606	219.669	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	4,52%	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	241.137	232.219	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	3,42%	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	216.524	208.486	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	3,44%	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	73.108	70.585	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	3,15%	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	13.639	13.162	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	3,21%	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	25.427	24.513	15/10/17	2.472 /2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	3,30%	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	508.273	505.641	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	0,53%	R
Debêntures 10ª Emissão	158.378	157.200	20/06/18	70.000 / 47.121	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	0,76%	SG
Debêntures 11ª Emissão	567.576	547.811	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	3,19%	SG
Debêntures 12ª Emissão	64.028	64.054	05/05/20	63.500 / 63.500	CDI+3,80% a.a	mai / 21	Final	1,43%	SG
Debêntures 13ª Emissão	578.834	582.800	25/08/20	576.396 / 573.396	CDI+2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	1,06%	SG
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	58.444	56.460	15/10/20	55.000 / 55.000	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	3,09%	SG
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	452.055	436.465	15/10/20	425.000 / 425.000	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	3,15%	SG
Custos de captação	(3.453)	(3.996)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	**3.831.681**	**3.771.838**							
ENERGISA SERGIPE									
6ª Emissão	72.377	71.491	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
7ª Emissão	50.403	50.073	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	0,67%	A
Debêntures 8ª Emissão	276.000	277.916	15/02/20	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Custos de captação	(1.389)	(1.514)							
Total ENERGISA SERGIPE	**397.391**	**397.966**							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 4ª Emissão	-	33.882	15/02/18	18.000 / 3.352	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	0,74%	SG
Debêntures 5ª Emissão	150.321	148.483	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 6ª Emissão 1º Série	72.580	72.104	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	0,67%	A
Debêntures 6ª Emissão 2º Série	48.401	48.072	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	0,70%	A
Debêntures 7ª Emissão	60.218	60.636	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Debêntures 8ª Emissão	147.556	148.566	25/08/20	146.933 / 146.933	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	1,06%	A
Custos de captação	(1.716)	(1.899)							
Total ENERGISA PARAÍBA	**477.360**	**509.844**							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	62.895	60.606	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	**62.895**	**60.606**							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
Debêntures 8ª Emissão	200.259	201.202	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	0,53%	A
Debêntures 10ª Emissão	-	11.066	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	0,73%	SG

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Titulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2021	31/12/2020							
Debêntures 11ª Emissão	172.591	170.480	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.887	110.160	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	0,67%	A
Debêntures 13ª Emissão	37.687	56.905	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	0,67%	A
Debêntures 14ª Emissão	140.061	141.021	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	1,06%	A
Custos de captação	(1.970)	(2.171)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	**659.515**	**688.663**							
ENERGISA MATO GROSSO									
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	0,76%	SG
Debêntures 9ª Emissão	428.695	423.451	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.448	117.668	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	0,67%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.793	32.553	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	0,75%	A
Debêntures 11ª Emissão	130.473	131.378	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Debêntures 12ª Emissão	382.967	385.591	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	1,06%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	63.863	61.696	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	3,09%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	74.349	71.786	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	3,15%	A
Custos de captação	(5.631)	(6.157)							
Total EMTENERGISA MATO GROSSO	**1.225.957**	**1.305.513**							
ENERGISA MINAS GERAIS									
Debêntures 10ª Emissão	55.676	54.994	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 11ª Emissão 1º Série	34.274	34.050	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	0,67%	A
Debêntures 11ª Emissão 2º Série	36.301	36.055	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	0,70%	A
Debêntures 12ª Emissão	60.218	60.636	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Custos de captação	(939)	(999)							
Total ENERGISA MINAS GERAIS	**185.530**	**184.736**							
ENERGISA TOCANTINS									
Debêntures 4ª Emissão	267.239	263.969	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	239.667	237.970	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	0,73%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.916	162.677	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	0,78%	A
Custos de captação	(4.225)	(4.495)							
Total ENERGISA TOCANTINS	**666.597**	**660.121**							
ENERGISA SUL SUDESTE									
Debêntures 4ª Emissão	77.945	76.992	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	3,30%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.232	60.681	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	0,78%	A
Custos de captação	(1.010)	(1.075)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE	**137.167**	**136.598**							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	84.851	81.840	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	3,26%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	57.869	55.788	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	3,31%	A
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	138.295	133.371	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	3,27%	A
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	60.994	58.924	15/10/20	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	3,09%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	87.858	84.828	15/10/20	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	3,15%	A

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Titulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	31/03/2021	31/12/2020							
Debêntures 3ª Emissão	300.515	-	05/03/21	300.000 / 300.000	CDI + 1,80% a.a	mar / 24	Final	0,94%	A
Custos de captação	(7.457)	(6.389)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	**722.925**	**408.362**							
ENERGISA NOVA FRIBURGO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.055	15.159	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	26.402	26.598	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a	fev / 25	Final	0,78%	A
Custos de captação	(143)	(155)							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	**41.314**	**41.602**							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	20.073	20.213	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	0,73%	A
Custos de captação	(54)	(61)							
Total ENERGISA BORBOREMA	**20.019**	**20.152**							
ENERGISA RONDÔNIA									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	1.378.477	1.507.576	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	0,90%	A
Debêntures 4ª Emissão	101.291	100.274	18/11/20	100.000 /100.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	1,04%	A
Custos de captação	(1.732)	(1.896)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	**1.478.036**	**1.605.954**							
ENEGISA ACRE									
Debêntures 3ª Emissão	202.581	200.548	18/11/20	200.000 / 200.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	1,04%	A
Custos de captação	(920)	(1.006)							
Total ENEGISA ACRE	**201.661**	**199.542**							
ALSOL									
Debêntures 1ª Emissão	101.489	100.711	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a	out / 24	Final	0,79%	A
Debêntures 2ª Emissão	130.077	-	15/03/221	130.000 / 130.000	CDI+2,25% a.a	mar / 25	Anual após fev/23	1,05%	A
Custos de captação	(274)	(293)							
Total ALSOL	**231.292**	**100.418**							
TOTAL	**10.370.253**	**10.124.021**							
Custos de captação	**(37.014)**	**(38.543)**							
Custos de captação	**(30.913)**	**(32.106)**							
Total dos custos de captação	**(67.927)**	**(70.649)**							
Marcação à Mercado de Dívida	**181.194**	**323.445**							
Total em moeda nacional	**10.483.520**	**10.376.817**							
CONSOLIDADO	**10.483.520**	**10.376.817**							

(*) O montante de R$139.347 (R$129.368 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

(**) F= Fiança Gipar, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No período findo em 31 de março de 2021 foram reconhecidas perdas com os títulos da ordem de R$201.087 (perda R$46.196 em 31 de dezembro de 2020) registrados na demonstração do resultado do período em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R$894.838 (R$1.095.925 em 31 de dezembro de 2020).

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R$17,26, enquanto teve preço de fechamento de a R$44,55/unit em 30 de março de 2021. Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram

Notas Explicativas

destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de energia elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento Para a 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A, o limite é de 4,0 em 2021 e 3,5 de março de 2022 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA Ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5x até o vencimento	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (**)	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(**) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de março de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	987.924	1.484.260
2023	191.527	2.173.532
2024	412.151	2.104.628
2025	191.728	1.296.749
Após 2025	1.069.757	1.773.228
Total	**2.853.087**	**8.832.397**

23. Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Os arrendamentos referentes aos terrenos são referentes a controlada Alsol que contrata para construção dos projetos de usinas fotovoltaicas.

A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento, e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode ocasionar distorções relevantes na informação a serem prestadas, por conta disto. A Companhia e suas controladas avaliaram estes efeitos e concluíram quanto sua imaterialidade para as informações financeiras intermediarias. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Notas Explicativas

As movimentações do período são como segue:

	Controladora					
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2020	Amortização	Juros	Saldos em 31/03/2021
Arrendamentos operacionais - imóveis			883	(27)	4	860
Total			**883**	**(27)**	**4**	**860**
Passivo Circulante			168			195
Passivo Não Circulante			715			665

	Controladora						
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 31/12/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis			719	375	(264)	53	883
Total			**719**	**375**	**(264)**	**53**	**883**
Passivo Circulante			112				168
Passivo Não Circulante			607				715

	Consolidado					
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2020	Amortização	Juros	Saldos em 31/03/2021
Arrendamentos operacionais - imóveis			48.198	(4.062)	130	44.266
Arrendamentos operacionais - terrenos			14.378	(167)	113	14.324
Total			**62.576**	**(4.229)**	**243**	**58.590**
Passivo Circulante			20.095			23.207
Passivo Não Circulante			42.481			35.383

	Consolidado							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 31/12/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis			48.208	20.933	(12.556)	(1.782)	(6.605)	48.198
Arrendamentos operacionais - terrenos			4.260	10.618	(1.138)	638	-	14.378
Total			**52.468**	**31.551**	**(13.694)**	**(1.144)**	**(6.605)**	**62.576**
Passivo Circulante			22.407					20.095
Passivo Não Circulante			30.061					42.481

No período findo em 31 de março de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 31/03/2021	Consolidado 31/03/2021
2022	104	9.827
2023	102	5.704
Após 2024	459	19.852
Total	**665**	**35.383**

Notas Explicativas

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	949.582	975.515
Encargos Sociais	5.104	5.239	59.735	60.330
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	56.608	46.301
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	42.690	31.056
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.131	4.336	261.108	255.621
PIS e COFINS- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	11.048	10.668
Imposto Sobre Serviços - ISS	976	985	18.396	18.964
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	2.545	2.334	4.013	3.461
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	804	1.734	11.852	14.518
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	675	591
Outros	790	1.152	25.842	27.102
Total	**13.350**	**15.780**	**1.441.549**	**1.444.127**
Circulante	10.860	13.501	777.712	812.733
Não Circulante	2.490	2.279	663.837	631.394

(a) Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R$38.176 (R$37.043 em 31 de dezembro de 2020), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R$520.575 (R$490.704 em 31 de dezembro de 2020), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica fornecimento no ativo não circulante.

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo no montante R$33.715 (R$37.278 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Denerge, possui resíduo de parcelamento ordinário de débitos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R$999 a serem liquidados em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R$812 (R$191 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de março de 2021, o saldo do parcelamento é de R$187 (R$359 em 31 de dezembro de 2020) e o número de parcelas a serem quitadas são de 6 (9 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada ERO, em março de 2020, parcelou débitos de ICMS junto ao Estado de Rondônia, referente a processos tributários de créditos de faturas canceladas, no montante de R$44.914, a ser pago em 60 parcelas mensais corrigidos pela Unidade Padrão Fiscal-UPF/RO. Os valores foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, no consolidado, nas rubricas de dedução da receita operacional - ICMS de R$2.784 e em outras despesas financeiras de R$42.130 pelo valor de juros, multa e atualizações monetárias. Adicionalmente foram revertidas provisões de contingências fiscais de R$16.899. No período foram efetuados pagamentos de R$8.627 (R$6.351 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 março de 2021 o saldo do parcelamento é de R$36.287 (R$38.563 em 31 de dezembro de 2020) e o número de parcelas a serem quitadas são de 47 (R$51 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, que são como segue:

	Consolidado				
	ERO	ESS	DENERGE	31/03/2021	31/12/2020
ICMS	36.287	33.715	-	70.002	75.841
COFINS/PIS - PRT	-	-	187	187	359
Total	**36.287**	**33.715**	**187**	**70.189**	**76.200**
Circulante	8.789	17.314	187	26.290	26.448
Não Circulante	27.498	16.401	-	43.899	49.752

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	22.110	24.540
Multa	20.331	46.569
Juros	27.748	5.091
Total	**70.189**	**76.200**
Circulante	26.290	26.448
Não Circulante	43.899	49.752

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado
	31/03/2021
2021	20.100
2022	45.387
Após 2023	4.702
Total	**70.189**
Circulante	26.290
Não Circulante	43.899

26. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2021	31/12/2020
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.815	3.438
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	6.057	6.889
Ministério de Minas e Energia – MME	3.009	3.425
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	13.784	9.198
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D [(1)]	193.084	185.545
Programa de Eficiência Energética-PEE [(1)]	269.267	256.442
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	**490.495**	**466.416**
Circulante	365.293	203.865
Não circulante	125.202	262.551

Notas Explicativas

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

Controladora	Trabalhistas	
	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	108	3.164
Constituições de provisões	78	3.599
Reversões de provisões	-	(3.102)
Pagamentos realizados	(10)	(3.575)
Atualização monetária	8	22
Saldos finais - não circulante -31/03/2021 e 31/12/2020	**184**	**108**
Depósitos e cauções vinculados (*)	(304)	(301)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$1.134 (R$741 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, R$830 (R$440 em 31 de dezembro de 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	**213.632**	**596.451**	**1.221.289**	**107.215**	**2.138.587**	**2.169.725**
Constituições de provisões	14.873	32.769	10.585	-	58.227	607.920
Reversões de provisões	(10.424)	(44.193)	(4.125)	(27)	(58.769)	(554.589)
Pagamentos realizados	(6.991)	(24.350)	-	-	(31.341)	(144.719)
Atualização monetária	5.038	10.047	29.219	1.308	45.612	60.250
Saldos finais - não circulante -31/03/2021 e 31/12/2020	**216.128**	**570.724**	**1.256.968**	**108.496**	**2.152.316**	**2.138.587**
Depósitos e cauções vinculados (*)					(136.085)	(56.145)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$795.855 (R$767.415 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, na controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que encontra-se em discussões judiciais de R$45.645 (R$43.845 em 31 de dezembro de 2020), e cerca de R$614.125 (R$667.425 em 31 de dezembro de 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Notas Explicativas

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos;(iii). Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se às discussões relacionadas ao Pis, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R$582.200 (R$580.699 em 31 de dezembro de 2020), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de intepretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O prognóstico de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas possíveis:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais -31/12/2020 e 31/12/2019	**1.453**	**46.202**	**79.707**	**127.362**	**122.850**
Novos processos	63	-	-	63	**369**
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	(44.540)	-	(44.540)	**276**
Encerramento	-	-	-	-	**(368)**
Atualização monetária	38	802	352	1.192	**4.235**
Saldos finais 31/03/2021 e 31/12/2020	**1.554**	**2.464**	**80.059**	**84.077**	**127.362**

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais -31/12/2020 e 31/12/2019	**215.439**	**2.561.773**	**3.337.650**	**27.744**	**6.142.606**	**5.579.164**
Novos processos	24.357	82.972	51.232	-	158.561	2.093.854
Mudança de prognóstico e valor pedido	(6.046)	(161.685)	67.385	1	(100.345)	(1.267.117)
Encerramento	(6.799)	(44.847)	(4.067)	-	(55.713)	(456.868)
Atualização monetária	5.455	62.487	14.297	121	82.360	193.573
Saldos finais 31/03/2021 e 31/12/2020	**232.406**	**2.500.700**	**3.466.497**	**27.866**	**6.227.469**	**6.142.606**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede.

Principais processos:

Controladas

EPB

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R$64.907 (R$63.282 em 31 de dezembro de 2020), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R$187.289 (R$182.600 em 31 de deembro de 2020), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas

Notas Explicativas

praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R$69.536 (R$67.795 em 31 de dezembro de 2020), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R$335.199 (R$326.806 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R$77.580 (R$75.637 em 31 de dezembro de 2020), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R$43.964 (R$42.863 em 31 de dezembro de 2020), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R$37.971 (R$37.021 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R$31.564 (R$30.774 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R$36.981 (R$36.055 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R$502.998 (R$490.404 em 31 de dezembro de 2020) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R$117.396 (R$114.456 em 31 de dezembro de 2020) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R$55.165 (R$53.784 em 31 de dezembro de 2020) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

Rede Energia Participações

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R$48.125 (R$46.920 em 31 de dezembro de 2020), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) escrituração de documento fiscal, (ix) multa não escrituração CIAP; (x) ICMS

Notas Explicativas

em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (xi) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; e (xii) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R$62.631 (R$62.356 em 31 de dezembro de 2020), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R$156.019 (R$159.717 em 31 de dezembro de 2020). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R$189.283 (R$188.452 em 31 de dezembro de 2020), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. A redução do valor decorre do desmembramento do processo após vitória parcial no Conselho Administrativo e Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R$80.199 (R$79.848 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.

. Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R$36.042 (R$35.884 em 31 de dezembro de 2020), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e sua fundações e autarquias.

Notas Explicativas

EPB

. Auto de Infração 0830317-38.2018.8.15.2001 com valor envolvido de R$46.901, processo, onde se discute questões relacionadas a ICMS, recebido em fevereiro de 2021.

EMG

. Execução Fiscal 0087729-97.2016.8.13.0153, com montante envolvido de R$39.808 (R$39.634 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute quebra de diferimento do ICMS referente as aquisições de energia elétrica em consequência das saídas isentas e não tributadas para consumidores de baixa renda e órgãos da administração. Em novembro de 2020 o processo teve prognóstico alterado de remoto para possível, tendo como base parecer dos consultores jurídicos.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R$72.955 (R$72.751 em 31 de dezembro de 2020), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R$655.370 (R$652.495 em 31 de dezembro de 2020), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R$119.088 (R$118.952 em 31 de dezembro de 2020), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R$84.678 (R$84.306 em 31 de dezembro de 2020) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R$73.892 (R$65.369 em 31 de dezembro de 2020), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso.

ERO

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R$342.151 (R$340.650 em 31 de dezembro de 2020) que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017, recebido em setembro de 2020.

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R$240.215 (R$239.161 em 31 de dezembro de 2020) referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível, recebido setembro de 2020.

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R$155.161 (R$154.480 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015, recebido em novembro de 2020.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R$145.916 (R$145.276 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R$78.541 (R$78.196 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016, recebido em novembro de 2020.

Notas Explicativas

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R$33.992 (R$33.843 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R$32.490 (R$32.348 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

EAC

. Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R$59.295 (R$59.036 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute questões relacionadas à ICMS, recebido em dezembro de 2020.

. Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R$45.041 (R$44.843 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel, recebido em agosto de 2020.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R$33.536 (R$33.389 em 31 de dezembro de 2020) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos dos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica.

Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Saldo em 31/12/2020 e 31/12/2019	**222.733**	**198.522**
Adição no período/exercício	12.650	24.210
Atualização monetária e juros	8.111	49.221
Pagamentos/Baixas	(21.887)	(49.220)
Saldo em 31/03/2021 e 31/12/2020	**221.607**	**222.733**
Circulante	74.404	69.955
Não circulante	147.203	152.778

29. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Participações Empregados	17.156	17.156	135.747	130.597
Salários a pagar	6.357	6.589	42.142	43.507
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.754	2.863	20.103	28.425
Prêmio de seguros	6	71	1.494	7.557
Adiantamentos de clientes	5.233	5.233	136.265	79.022
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	314	44.761	41.147
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	743	926
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.323	1.234
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.167	18.166
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios (1)	-	-	164.482	163.609
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (2)	-	-	43.732	43.340
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (3)	-	-	1.077.484	1.053.993
Obrigações de ressarcimento - CCC (4)	-	-	6.437	6.437
Outras contas a pagar (5)	20.923	20.107	134.695	219.815
Total	**103.436**	**103.026**	**1.890.469**	**1.900.669**
Circulante	79.468	79.056	497.047	507.926
Não Circulante	23.968	23.970	1.393.422	1.392.743

(1) Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário , correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas contabilizaram a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás nos montantes de R$164.482 (R$163.609, sendo 116.248 (ERO) e R$42.385 (EAC), diretamente a conta de transações entre sócios no patrimônio líquido. No período findo em 31 de março de 2021 as controladas ERO e EAC reconheceram os valores de R$640 e R$233, respectivamente de atualização financeira em receitas financeiras - outras no consolidado correspondentes a 111% da Selic a serem pagos em 60 parcelas mensais.

(2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

Notas Explicativas

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – consolidado.

Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017 e ESE). Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB, EBO, ETO, ESS e ESE constituíram no ativo não circulante PIS e de COFINS a recuperar de R$1.088.797 (R$1.065.087 em 31 de dezembro de 2020) e passivo não circulante de R$1.077.484 (R$1.053.993 em 31 de dezembro de 2020), líquido de honorários devidos aos advogados consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pelas controladas aos consumidores na forma que vier a definir a norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS	1.088.797	-	1.065.087	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	1.077.484	-	1.053.993
Total do ativo e passivo não circulante	**1.088.797**	**1.077.484**	**1.065.087**	**1.053.993**

	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	(15.545)	(24.611)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS – tributos a recuperar	15.545	24.611
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	8.165	5.394
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(8.165)	(5.394)
Resultado apurado	-	-

(*) Deduzidos de R$11.313 (R$11.094 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

(4) Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a

Notas Explicativas

nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R$6.437 (R$6.437 em 31 de dezembro de 2020), no passivo não circulante.

(5) Na controladora e no consolidado incluem, R$17.671 referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos.

30. Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R$3.363.685 (R$3.363.685 em 31 de dezembro de 2020), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2020) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.300.739 (262.473.214 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R$65.723 (R$65.723 em 31 de dezembro de 2020), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

30.2 Reserva de Capital

	31/03/2021	31/12/2020
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios [1]	307.315	307.896
Custo de captação – aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos [2]	8.042	8.042
Investimento PUT [3]	40.969	41.173
Programa de remuneração variável (ILP) [4]	16.822	14.591
Saldos em 31/03/2021 e 31/12/2020	**309.274**	**307.828**

(1) Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

Notas Explicativas

(3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R$1.226 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R$42.196 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Programa de remuneração variável – ILP – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 13).

Transações entre sócios	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial -31/12/2020 e 31/12/2019	**307.896**	**335.817**
Perda apurada com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas (1)	(581)	(27.921)
Saldo final -31/03/2021 e 31/12/2020	**307.315**	**307.896**

(1) O montante de R$581 (R$27.921 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a perdas apurada em transações de investimento na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, nota explicativa nº 17.

30.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE;
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2021	31/12/2020
EPB	SUDENE	197/2012	22.672	72.978
ESE	SUDENE	205/2012	10.772	32.041
EBO	SUDENE	206/2012	2.088	6.787
EMT	SUDAM	114/2014	35.799	128.587
ETO	SUDAM	113/2014	11.274	31.369
Total			**82.605**	**271.762**

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Notas Explicativas

Em 11 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R$399.204 (R$0,22 por ação ordinária e preferencial ou R$1,10 por Unit) que foram pagos em 29 de março de 2021, com base na posição acionária em 19 de março de 2021.

Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

31. Receita operacional

31.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2021	31/03/2020
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	61.482	64.066
Deduções a receita operacional		
PIS	1.014	1.057
COFINS	4.673	4.870
ISS	1.334	1.427
Receita operacional líquida	**54.461**	**56.712**

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

31.2 Receita operacional- consolidada

	31/03/2021			31/03/2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	6.623.785	3.596.097	2.827.747	6.403.601	3.557.342	2.714.484
Industrial	41.003	479.809	344.720	42.158	553.915	380.118
Comercial	539.670	1.410.764	1.136.480	536.177	1.621.646	1.256.212
Rural	797.455	867.059	555.402	789.974	846.446	496.103
Poder público	70.459	345.730	253.578	72.280	425.813	299.067
Iluminação pública	7.507	479.750	220.964	6.992	418.097	184.668
Serviço público	8.619	276.265	150.776	8.220	290.478	151.317
Consumo próprio	1.765	10.841	-	1.540	11.005	-
Subtotal	**8.090.263**	**7.466.315**	**5.489.667**	**7.860.942**	**7.724.742**	**5.481.969**
Suprimento de energia a concessionárias	2	683.345	157.811	2	718.583	152.912
Fornecimento não faturado líquido	-	(59.380)	130.931	-	26.327	43.951
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.103	-	408.530	1.005	-	365.871
Energia comercializada com clientes livres	-	1.133.536	214.107	-	1.514.006	316.973
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	494.828	-	-	528.093
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	2.913	-		297
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	27.175	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	36.153	-	-	49.155
Serviços especializados	-	-	22.844	-	-	20.303
Penalidades Regulatórias	-	-	(38.850)	-	-	(32.307)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – outros passivos	-	-	(15.545)	-	-	(24.611)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – tributos a recuperar	-	-	15.545	-	-	24.611
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	131.380	-	-	27.925
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Excedentes de Reativos	-	-	-	-	-	-
Constituição e amortização – CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	453.893	-	-	(188.817)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	326.327	-	-	308.177
Outras receitas operacionais	-	-	53.744	-	-	56.495
Total - receita operacional bruta	**8.091.368**	**9.223.816**	**7.911.453**	**7.861.949**	**9.983.658**	**7.130.997**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.319.535	-	-	1.304.401
PIS	-	-	117.092	-	-	110.608
COFINS	-	-	539.348	-	-	509.478
CPRB	-	-	1.555	-	-	1.924
ISS	-	-	4.642	-	-	5.107
Deduções Bandeiras Tarifárias (2)	-	-	(13.944)	-	-	1.873
Programa de Eficiência Energética – PEE -	-	-	18.345	-	-	15.610
Encargos de consumidor - Procel	-	-	4.586	-	-	3.904
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	424.885	-	-	370.257
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	9.409	-	-	7.823
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	9.173	-	-	7.807
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	4.586	-	-	3.904
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	6.811	-	-	5.987
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**2.446.023**	**-**	**-**	**2.348.683**
Total - receita operacional líquida	**8.091.368**	**9.223.816**	**5.465.430**	**7.861.949**	**9.983.658**	**4.782.314**

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R$380.686 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R$114.142 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R$494.828 o montante de R$488.676 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R$107.990 refere-se ao custo de construção das transmissoras.

Notas Explicativas

(2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 31 de março de 2021, foram de R$154.556 (R$11.394 em março de 2020), tendo recebido da CCRBT o montante de R$13.944 (R$1.873 em março de 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das controladas distribuidoras de energia elétrica no consolidado no período findo de 31 de março de 2021 foi de R$168.500 (R$9.521 em março de 2020).

32. Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Energia de Itaipú - Binacional	844.120	835.560	309.465	259.873
Energia de leilão	4.545.775	4.706.709	1.049.375	1.021.886
Energia bilateral e outros suprimentos	1.659.451	1.892.110	824.200	1.079.416
Reembolso CCC	-	-	(150.650)	(338.407)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	288.747	284.520	61.758	82.228
Energia de curto prazo - CCEE	189.968	174.347	452.244	139.239
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.100.724	2.128.102	288.582	248.745
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia – PROINFA	157.177	164.887	78.083	62.583
Energia de Reserva - ERR	-	-	16.267	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(261.200)	**(232.556)**
Total	**9.785.962**	**10.186.235**	**2.668.124**	**2.323.007**

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

33. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	-	-	34.507	4.187
Valor recuperável dos títulos cedidos	-	-	99.389	-
Outras	65	-	-	-
Total	**65**	**-**	**133.896**	**4.187**
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	(19)	(29)	(24.337)	(21.730)
Marcação a mercado dos contratos (1)	-	-	(13.900)	(30.078)
Outras	-	-	(74.599)	(2.860)
Total	**(19)**	**(29)**	**(112.836)**	**(54.668)**

Notas Explicativas

Descrição das operações	31/03/2021
Valor justo dos títulos cedidos (*)	254.707
Reversão por revisão da estimativa com a provisão de devedores duvidosos	91.028
Custo dos títulos cedidos	(246.346)
Efeitos - outros resultados - valor recuperável dos títulos cedidos	**99.389**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	69.632
Receitas Financeiras - outros	9.660
Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	7
Efeitos apurados antes dos tributos	**178.688**

(*) Vide nota explicativa nº3.

(1) Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia nos montantes de perdas em 31 de março de 2021 de R$13.900 (R$30.078 em 31 de março de 2020). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue.

	31/03/2021	31/03/2020
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	270.280	69.567
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(284.180)	(39.489)
	(13.900)	**(30.078)**

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	Controladora	
			31/032021	31/12/2020
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	80	80
Auto - Frota	23/10/2021	Até 360/ veículo	15	15
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	133.650	398	382
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	3	3
Total			**496**	480

Notas Explicativas

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	Consolidado	
			31/03/2021	31/12/2020
Riscos Operacionais	13/03/2022	90.000	5.722	5.102
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2022	90.000	3.228	3.228
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110/ veículo	739	755
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2021	10.000	97	97
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	12/12/2021	1.332	3	3
Aeronáutico – casco/LUC	12/12/2021	117.056	314	314
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	133.650	2.997	2.902
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/ viagem	173	164
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	351	346
Responsabilidade do Explorador ou Transporte – R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	25	25
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	31/08/2021	36.122	211	180
Total			**13.860**	**13.116**

(*) Importância Segurada relativa ao mês de março/2021 e projeção de prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$131.380 (R$27.925 em 31 de março de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 15.1.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora				
		31/03/2021		31/12/2020	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		221.049	221.049	18.629	18.629
Clientes		26.966	26.966	25.582	25.582
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		1.535.785	1.535.785	1.277.925	1.277.925
		1.783.825	**1.783.825**	**1.322.161**	**1.322.161**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.496.030	2.496.030	2.636.327	2.636.327
Instrumentos financeiros derivativos (1)	2	158.969	158.969	64.986	64.986
		2.654.999	**2.654.999**	**2.701.313**	**2.701.313**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.627	2.627	12.643	12.643
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		5.275.235	5.243.609	4.989.319	4.954.638
Arrendamentos operacionais		860	860	883	883
		5.278.722	**5.247.096**	**5.002.845**	**4.968.164**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	896.064	896.064	1.097.117	1.097.117
		896.064	**896.064**	**1.097.117**	**1.097.117**

Notas Explicativas

		Consolidado			
		31/03/2021		31/12/2020	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.240.489	1.240.489	1.062.102	1.062.102
Clientes, consumidores e concessionárias		5.355.515	5.355.515	5.735.842	5.735.842
Títulos de créditos a receber		106.932	106.932	25.353	25.353
Ativos financeiros setoriais		942.529	942.529	1.272.576	1.272.576
		7.553.084	**7.553.084**	**8.095.873**	**8.095.873**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.445.595	4.445.595	5.561.281	5.561.281
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.305.491	6.305.491	6.062.396	6.062.396
Instrumentos financeiros derivativos (1)	2	2.094.125	2.094.125	2.013.198	2.013.198
		12.845.211	**12.845.211**	**13.636.875**	**13.636.875**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.028.512	2.028.512	2.556.802	2.556.802
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		19.971.726	19.958.074	20.339.969	20.314.761
Arrendamentos operacionais		58.590	58.590	62.576	62.576
Passivos financeiros setoriais		1.462.102	1.462.102	1.506.815	1.506.815
Parcelamento de impostos		70.189	70.189	76.200	76.200
Taxas regulamentares (2)		3.815	3.815	3.438	3.438
		23.594.934	**23.581.282**	**24.545.800**	**24.520.592**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (3)	2	1.264.455	1.264.455	1.399.650	1.399.650
		1.264.455	**1.264.455**	**1.399.650**	**1.399.650**

(1) Inclui R$75.790 de posição favorável relativo ao valor justo da sua opção compra, contabilizados na demonstração do resultado do período em despesas financeiras na controladora e consolidado em que o Conselho de Administração aprovou, em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Itaú como acionista minoritário no quadro acionário da controlada Energisa Participações Minoritárias.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A., passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Energisa S.A., por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com resultado da operação, a Energisa passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia Participações e 88,9% da Energisa Mato Grosso.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Energisa S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Energisa Participações Minoritárias, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. A Energisa mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida por acionista minoritário. O preço da compra caso incorrido pela controladora, é o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação (101% da taxa DI), reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o equity risk do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

(2) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no montante de R$3.815 (R$3.438 em 31 de dezembro 2020), divulgada na nota explicativa 26.

(3) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Notas Explicativas

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R$142.251 (R$125.596 em março de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no 1º trimestre de 2021 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R$40.439 (R$45.365 em março de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Notas Explicativas

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas tem como objetivo identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Dívida (a)	19.971.726	20.339.969
Caixa e equivalentes de caixa	(1.240.489)	(1.062.102)
Dívida líquida	**18.731.237**	**19.277.867**
Patrimônio líquido	7.459.190	6.648.737
Índice de endividamento líquido	**2,51**	**2,90**

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.627	-	-	-	-	2.627
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	8,28%	1.584.242	362.956	1.970.516	1.687.724	757.662	6.363.100
Instrumentos Financeiros Derivativos		(83.179)	-	-	-	(75.790)	(158.969)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	447.419	448.645	-	-	896.064
Total		**1.503.690**	**810.375**	**2.419.161**	**1.687.724**	**681.872**	**7.102.822**

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.919.530	-	-	-	108.982	2.028.512
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	5,14%	3.586.937	2.141.817	9.411.906	6.971.694	6.506.111	28.618.465
Instrumentos Financeiros Derivativos		(425.004)	(62.158)	(734.587)	(242.847)	(143.675)	(1.608.271)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	448.492	448.645	-	(118.536)	778.601
Total		**5.081.463**	**2.528.151**	**9.125.964**	**6.728.847**	**6.352.882**	**29.817.307**

(*) Inclui R$1.226 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base

Notas Explicativas

pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	221.049	18.629	1.240.489	1.062.102
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	2.496.030	2.636.327	4.445.595	5.561.281
Clientes, consumidores e concessionárias	6	26.966	25.582	5.355.515	5.735.842
Títulos de créditos a receber	7	25	25	106.932	25.353
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	(519.573)	(234.239)
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	6.305.491	6.062.396
Instrumentos financeiros derivativos	35	158.969	64.986	2.094.125	2.013.198

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2021 com alta de 9,63%% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$5,6973 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2021 era de 20,21% %, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2021 com alta de 4,92%% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$ 6,6915 /Euro. A volatilidade do Euro era de 19,56% % em 31 de março de 2021.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2021, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R$20.049.749 (R$20.417.886 em 31 de dezembro de 2020), R$3.679.132(R$3.780.058 em 31 de dezembro de 2020) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 21 e 22. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Notas Explicativas

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em fevereiro de 2024) e custo máximo de 4,35% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativo circulante	83.179	64.986	601.353	683.965
Ativo não circulante	75.790	-	1.492.772	1.329.233
Total do ativo	**158.969**	**64.986**	**2.094.125**	**2.013.198**
Passivo circulante	447.419	(547.963)	562.683	(598.882)
Passivo não circulante	448.645	(549.154)	701.772	(800.768)
Total do passivo	**896.064**	**(1.097.117)**	**1.264.455**	**(1.399.650)**

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	40.000	USD + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,647%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	USD + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	18.257	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.375	USD+ 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI+ 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,853%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDU + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,0235%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	70.625	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.405	EURO + 0,90%	CDI + 0,95%	15/12/2021	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	13.683	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	29.000	(Libor + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.521	USD + 2,33%	CDI + 1,34%	01/02/2024	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(Libor + 0,56%) x 117,65%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMG					
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EPB					
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESE					
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETE					
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
ERO					

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú x ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
EAC					
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

Adicionalmente, em 31 de março de 2021 a companhia contratou Non Deliverable Foward (NDFs) para sua subsidiária, Alsol Energias Renováveis. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
Santander x Alsol	USD @ 5,66	549	3.111	07/05/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,46	1.099	5.999	08/04/2021
XP x Alsol	USD @ 5,40	1.125	6.081	20/04/2021
XP x Alsol	USD @ 5,41	665	3.595	30/04/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,36	175	940	24/06/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,38	657	3.534	10/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,39	140	755	25/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,41	525	2.842	11/10/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	159	818	05/07/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	55	286	15/07/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	2.496	12.875	22/06/2021

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2021.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge)	145.600	145.600	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(230.430)	(211.061)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	230.430	211.061
Swap Cambial			**Posição Passiva**		
(Instrumento de Hedge)	145.600		Taxa de Juros CDI	(147.251)	(146.075)
		145.600	Posição Líquida Swap	83.179	64.986
			Posição Líquida Dívida + Swap	(147.251)	**(146.075)**

Notas Explicativas

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge)	2.319.714	2.319.714	Taxa Pré-Fixada	(2.833.170)	(2.912.171)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	2.319.714	2.319.714	**Posição Ativa**		
			Taxa Pré-Fixada	2.840.466	2.919.736
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.340.178)	(2.338.900)
			Posição Líquida Swap	500.288	580.836
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.332.882)	**(2.331.335)**

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
Dívida designada para "Fair Value Option"	2.605.635	2.760.867	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.682.105)	(3.782.278)
Swap Cambial (Derivatkivo)	2.605.635	2.760.867	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.725.954	3.842.393
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.617.971)	(2.768.137)
			Posição Líquida Swap	1.107.983	1.074.256
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.574.122)	**(2.708.022)**

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(145.600)		(138.865)	(194.788)	(250.712)
Variação Dívida	-		6.735	(49.188)	(105.112)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	230.430		223.695	279.618	335.542
Variação - USD e LIBOR	-		(6.735)	49.188	105.112
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(147.251)		(147.251)	(147.251)	(147.251)
Subtotal	83.179		76.444	132.367	188.291
Total Líquido	**(62.421)**		**(62.421)**	**(62.421)**	**(62.421)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2021, o que é refletido no valor presente negativo de R$62.421, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$62.421, em ambos os casos.

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.605.635)		(2.306.428)	(3.152.152)	(3.997.876)
Variação Dívida	-		299.207	(546.517)	(1.392.241)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.725.954	Alta câmbio	3.426.747	4.272.471	5.118.195
Variação - USD e LIBOR	-		(299.207)	546.517	1.392.241
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.617.971)		(2.617.971)	(2.617.971)	(2.617.971)
Subtotal	1.107.983		808.776	1.654.500	2.500.224
Total Líquido	**(1.497.652)**		(1.497.652)	(1.497.652)	(1.497.652)

Notas Explicativas

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2021, o que é refletido no valor presente negativo de R$1.497.652, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$ 1.497.652 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)		(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa Instrumentos Financeiros Derivativos – Pré	2.840.466		2.840.466	2.840.466	2.840.466
Variação – Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.340.178)		(2.340.178)	(2.486.349)	(2.631.841)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(146.171)	(291.663)
Subtotal	500.288		500.288	354.117	208.625
Total Líquido	**(1.819.426)**		**(1.819.426)**	**(1.965.597)**	**(2.111.089)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 0,49%, SELIC = 0,49% TJLP = 4,39%, IPCA =2,05%, TR = 0,00% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos: Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.351.855	Alta CDI	233.113	291.391	349.670
Instrumentos financeiros passivos: Swap	(2.617.971)	Alta CDI	(96.080)	(120.100)	(144.120)
	(9.369.339)	Alta CDI	(343.855)	(429.819)	(515.783)
	(932)	Alta TJLP	(41)	(51)	(62)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.649.462)	Alta IPCA	(115.814)	(144.768)	(173.721)
	(380)	Alta SELIC	(2)	(3)	(3)
	(645.241)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(18.283.325)		(555.792)	(694.741)	(833.689)
Total -perdas (2)	**(11.931.470)**	-	**(322.679)**	**(403.350)**	**(484.019)**

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2022 (3,67% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2021, Selic 0,49% ao ano, TJLP 4,39% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 2,05% ao ano.

Notas Explicativas

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R$1.766.424.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Margem Bruta (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Cenário 1					
Compra (contrato + exposição)	(325.983)	Alta PLD	(16.248)	(20.310)	(24.372)
Venda (contrato + exposição)	367.656		22.624	28.280	33.936
Total Cenário 1	**41.673**		**6.376**	**7.970**	**9.564**
Cenário 2					
Compra (contrato + exposição)	(325.983)	Baixa PLD	16.248	20.310	24.372
Venda (contrato + exposição)	367.656		(22.624)	(28.280)	(33.936)
Total Cenário 2	**41.673**		**(6.376)**	**(7.970)**	**(9.564)**
Total líquido			-	-	-

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

36. Benefícios pós-emprego

36.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 31 de março de 2021, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$582 (R$540 em 31 de março de 2020) na controladora e R$10.938 (R$10.920 em 31 de março de 2020), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

36.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Notas Explicativas

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 31 de março de 2021, a despesa de manutenção do plano foi de R$97 (R$408 em 31 de março de 2020) na controladora e R$398 (R$976 em 31 de março de 2020) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

36.3 Plano de saúde:

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

As controladas EMG, ENF e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo de 31 de março de 2021, as despesas com esse benefício foram de R$1.443 (R$1.194 em 31 de março de 2020) na controladora e R$20.014 (R$25.541 em 31 de março de 2020) no consolidado. Inclui R$90 (R$50 em 31 de março de 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R$1.890 (R$2.193 em 31 de março de 2020) no consolidado.

37. Compromissos – consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2021 a 2031	578.362	328.629	200.860	129.895	864.303

Notas Explicativas

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2021 a 2031	62.408	84.642	86.720	88.897	684.338
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	287.285	378.767	378.458	382.756	4.593.054
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	548.410	591.673	578.420	570.727	9.426.224
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	365.144	449.774	447.880	429.878	7.078.872
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	89.256	95.340	91.920	89.673	1.480.525
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	1.621.887	2.153.683	2.106.781	2.157.935	21.394.145
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	317.029	414.446	415.998	411.048	6.340.439
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2021 a 2054	854.140	1.084.546	1.099.067	1.101.504	14.489.241
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	590.466	822.565	818.431	813.098	10.248.641
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2021 a 2031	540.963	258.580	208.243	154.604	1.077.242
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	547.656	599.373	583.332	596.604	7.531.927
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	167.252	286.988	306.521	309.562	4.796.544
		5.991.896	**7.220.377**	**7.121.771**	**7.106.286**	**89.141.192**

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Alsol Energias Renováveis S/A	2021 a 2043	3.489	3.489	3.777	3.761	72.639

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de março de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2021	31/12/2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	119.602	735.709
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	131.380	222.606
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	269.788	115.230
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	292.670	98.195
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	12.650	24.210
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	24.946
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	23.491	399.307
Fundo de Investimento FIDC	200.000	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	292.670	98.195
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	(12.650)	(24.210)
Intangível - CPC 06 (R2)	-	24.946

Notas Explicativas

39. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do período – controladora	819.763	573.023
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R$	**0,45**	**0,32**
Lucro líquido do período – consolidado	873.337	581.706
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	819.763	573.023
Acionistas não controladores	53.574	8.683
Lucro líquido do período – controladora	819.763	573.023
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	38.545	35.499
Lucro líquido básico diluído por ação - R$ (*)	**0,4949**	**0,3097**
Lucro líquido do período - consolidado	**873.337**	**581.706**
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	**819.763**	**573.023**
Acionistas não controladores	**53.574**	**8.683**

(*) Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

40. Eventos subsequentes

40.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de abril de 2021 e Bandeira Vermelha Patamar 1 para o mês de maio de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

40.2 Reajuste Tarifário

Controlada EMS:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.855/2021, de 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,9%.

Controlada EMT:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.856/2021, de 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,9%.

Controlada ESE:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.860/2021, de 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,9%.

40.3 Aumento de Capital - controlada EPM

Em AGE de 01 de abril de 2021 foi aprovado o aumento de capital da controlada Energisa Participações Minoritárias S/A no valor de R$200.000, passando o capital social da Companhia de R$5.009.167 para R$5.209.167, tendo sido

Notas Explicativas

destinado também R$200.000 à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1.º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, mediante a emissão de 15.707.835 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, pelo preço de emissão de R$25,465 por ação, fixado, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora ("Novas Ações Preferenciais"), devidamente aprovado pela unanimidade dos acionistas presentes a esta Assembleia e arquivado na sede da Companhia, a serem integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional, sendo R$12,7325 por ação destinado ao capital social da Companhia e R$12,7325 por ação destinado à reserva de capital da Companhia.

40.4 Empréstimos contratados

Em 07 de abril de 2021 a Companhia e suas controladas diretas captaram o montante de R$315.000 em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil, com remuneração do CDI mais 1,70% a.a., conforme segue:

Controladas	Valor Captado	Vencimentos
Energisa S/A	145.000	11/04/2023
Energisa Minas	25.000	11/04/2023
Energisa Rondônia	45.000	11/04/2023
Energisa Acre	100.000	11/04/2023
Total	**315.000**	

40.5 OPA Rede Energia

Em 07 de abril de 2021, a CVM comunicou à Companhia o deferimento do registro da Oferta, por meio do Ofício n.º 185/2021/CVM/SRE/GER-1. Dessa forma, em 13 de abril, a Companhia publicou o edital da Oferta na forma do art. 11 da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("ICVM 361/02"). Nos termos do Edital, a Oferta será efetivada por meio de leilão ("Leilão") a ser realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 14 de maio de 2021, tendo por objeto a aquisição das até 8.975.847 (oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentas e quarenta e sete) ações ordinárias de emissão da Rede Energia atualmente em circulação.

A Oferta será realizada pelo preço atualizado de R$ 8,11 por ação, de acordo com o mecanismo de ajuste previsto no item 3.7.1 do Edital e com as divulgações anteriores sobre o assunto. Esse preço, já refletido no Edital ora publicado, equivale ao montante de R$ 8,42, já deduzindo a distribuição de dividendos intercalares aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2021 e pagos em 29 de março de 2021, correspondente a R$ 0,3171531230597 por ação.

40.6 Empréstimo liquidado antecipadamente

Em 15 de abril de 2021 as controladas diretas efetuaram a liquidação antecipada dos financiamentos no montante de R$5.923, na modalidade Finame junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, conforme segue:

Controladas	Valor liquidado	Data da liquidação
Energisa Minas	3.645	15/04/2021
Energisa Nova Friburgo	418	15/04/2021
Energisa Borborema	853	15/04/2021
Energisa Soluções	1.007	15/04/2021
Total	**5.923**	

40.7 Encerramento do Programa de Recompra de Ações

Encerramento, em 23 de abril de 2021, do Plano de Recompra aprovado pelo conselho da administração da Energisa S.A. em 15 de abril de 2021, mediante a aquisição da totalidade de Units objeto deste Programa, em que foram adquiridas, em ambiente de bolsa, a preço de mercado, 1.100.000 Units de emissão da Companhia, representativas

Notas Explicativas

de 1.100.000 ações ordinárias e 4.400.000 ações preferencias de emissão da Companhia, equivalente, nesta data, a 0,30% e 0,44% das ações totais emitidas e em circulação da Companhia, respectivamente.

As ações recompradas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria para posteriormente fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de concessão de ações aprovados, de tempos em tempos, pelo Conselho de Administração da Companhia com base no Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abri de 2018 (“Programas de Concessão de Ações - ILP”).

As ações adquiridas que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações - ILP deverão ser destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações.

40.8 Liquidação de sentença arbitral

Em 03 de maio de 2021 a controladora Energisa S.A. comunicou ao mercado, a prolação em fase de liquidação, de sentença em arbitragem sigilosa relevante movida pela Energisa S.A. e sua controlada Energisa Soluções S.A. contra a São João energética S.A., informada nas demonstrações financeiras da Energisa S.A.
O tribunal arbitral, por unanimidade, condenou a São João Energtica S.A. a pagar à Energisa S.A. o valor histórico de R$110.251 a ser corrigido monetariamente pelo IPCA e acrescido de juros de 1% ao mês desde 22/10/2016, bem como a ressarcir os custos e despesas incorridas com arbitragem.

A Sentença Arbitral ainda está sujeita a eventual pedido de esclarecimentos a ser apresentado pelas partes.

40.9 Antecipação de dividendos do exercício de 2021 - Controladas

As subsidiarias abaixo, aprovaram em 13 de maio de 2021, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2021, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R$)	Data pagamento
Energisa Paraíba	93.558	101,8970751611 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Borborema	8.776	29,9612325933 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Sergipe	42.685	218,3278770286 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Minas Gerais	35.177	42,9721816940 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Nova Friburgo	3.181	105,6169046354 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Sul Sudeste	46.869	482,6275383062 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Mato Grosso do Sul	120.199	185,7752738499 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Rede Power	37.857	144,0038695333 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Para I	2.255	0,0147757991 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Goiás I	2.548	0,0181446481 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Distribuição com base em Reservas especial de dividendos			
Energisa Para I	2.559	0,0167715567 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Goiás I	3.634	0,0258796948 ON	A partir de 14 de maio de 2021

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ/MF: 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), realizada em 13 de maio de 2021.

1. Data, Hora e Local: Aos 13 dias do mês de maio de 2021 às 15h00, na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.250, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho; e (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Sr. Vicente Cortes de Carvalho.

3. Mesa: Presidente:. Jorge Nagib Amary Junior
Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros

4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2. Aprovar a eleição do Sr. Jorge Nagib Amary Junior para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Fiscal.

4.3. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2021, conforme apresentação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

4.4. A cópia do material apresentado no item 4.3, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.

5. Encerramento: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

Jorge Nagib Amary Junior João Paulo Paes de Barros
Presidente Secretário

Conselheiros:
Jorge Nagib Amary Junior
Flavio Stamm
Vania Andrade de Souza
Carlos Jurgen Temke
Emiliano Ricci Sanchez

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de março de 2021.

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de maio de 2021.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de maio de 2021.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7